

Sandra Maria Moniz Tavares

**O Planeamento na Assomada: Proposta de Parâmetros
Urbanísticos Para a Construção da Qualidade no
Ambiente do Território Urbano em Cabo Verde,
Assomada – Santa Catarina como Caso de Estudo.**

Orientador: Professor Doutor José Diogo Da Silva Mateus

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias,

Departamento de Urbanismo.

Lisboa, Junho de 2012

Sandra Maria Moniz Tavares

**O Planeamento na Assomada: Proposta de Parâmetros
Urbanísticos Para a Construção da Qualidade no
Ambiente do Território Urbano em Cabo Verde,
Assomada – Santa Catarina como Caso de Estudo.**

**Dissertação apresentada para a obtenção do
Grau de Mestre, no curso de Mestrado em
Urbanismo, conferido pela Universidade
Lusófona de Humanidades e Tecnologias.**

**Orientador: Professor Doutor José Diogo Da
Silva Mateus**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Lisboa, Junho de 2012

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus familiares, em especial aos meus pais, avó, esposo, filhos e irmãos pela estima, pelo carinho e pelo amor souberam acolher e acompanhar a minha decisão em enfrentar aos novos desafios pela busca de conhecimentos e novas oportunidades que a vida me exigiu. Por isso não posso deixar de, com muito apreço manifestar a profunda gratidão.

AGRADECIMENTOS

O Planeamento na Assomada: Propostas de Parâmetros Urbanísticos para a Construção da Qualidade no Ambiente do Território, é o resultado de uma investigação intensa, baseada: nos trabalhos de terreno, inquéritos, recolha bibliográfica, análises dos ortofotomapas existentes e de outros documentos em Assomada - Santa Catarina, ilha de Santiago Cabo Verde. A proposta de um quadro paramétrico e do esboço de cartogramas que protege, valorize e recupere o ambiente no território, não teria sido possível, sem a colaboração de um conjunto de entidades e pessoas que doutamente contribuíram para a sua concretização. Agradeço, **a Deus**, pela vida, saúde que me concedeu para lutar todos os dias ultrapassando as dificuldades do dia-a-dia e ao **meu esposo Carlos António Mascarenhas Almeida**, pelo ânimo, apoio concedido da execução dos trabalhos de terreno e pela compreensão de ter ficado sozinho em Cabo Verde. **À minha família**, todos os amigos, agradeço a paciência e nos apoios incondicionais que sempre me manifestaram.

Ao Professor **Doutor José Diogo Da Silva Mateus**, meu orientador de Mestrado, as suas críticas construtivas, as estratégias, os conselhos e sugestões dadas foram fundamentais para a realização deste projeto.

Ao Professor Doutor Mário Moutinho, pela correção e apoio na arrumação e organização da tese, tenho uma grande admiração pela humildade, forma de acolher as pessoas.

À **ULHT** – a instituição que me concedeu uma vaga e seguiu toda a minha investigação, como também para todos os professores do curso: Teresa Craveiro, Ana Bordalo, Costa Lobo, Mário Moutinho, Fernando Varanda, José Geraldo Simões pelos documentos facultados, ensinamentos, partilha de experiências e conhecimentos.

Estou grato, com O Professor Doutor Miguel Pires Amado da FCT-UN de Lisboa, pelo ensinamento, apoio incondicional e pela correção de toda a tese, assim pelas críticas duras, mas serviu para a qualidade da redação final.

Para toda a equipa do departamento de **Urbanismo da FCT-Universidade Nova de Lisboa**, pelo acolhimento e trocas de experiência nas várias realizações do trabalho em especial destaco a Eng^a Evelina Rodrigues pela paciência de corrigir todo o trabalho e nos apoios/ensinamentos diversos.

À **EPUL**, duas referências: Pela oportunidade que me concedeu para desenvolver a dissertação no âmbito de um estágio profissional, durante um ano (12 meses); especialmente na pessoa do **Administrador Professor Doutor Luís Bento e pelo orientador do estágio O Arqt^o-Urbanista Nuno Ventura Bento - Diretor do Gabinete de Gestão e Empreendimentos (DGE)** não poderia deixar de agradecer todo apoio, empréstimo dos livros e, sobretudo, o grande incentivo que me ofereceu ao longo do período da elaboração desta dissertação.

Aos colaboradores e colegas da EPUL, em especial: O Arqt^o. Sá Gomes, Arqt^o Sansão Clemente, Arqt^a. Joana Pinto, Arqt^a Helena Martins, Eng^a Paula Nobre e a Eng.^a Sofia Real, pelas inúmeras conversas e trocas de opiniões.

À **CMSC**, por me ter colocado em Comissão Eventual de Serviço em referência - Eng.^o Felisberto Varela Robalo, Vereador do Urbanismo e Patrimónios Municipais que fez a proposta e fundamentou através dos decretos regulamentares, no sentido de poder usufruir dos direitos para efetuar a pesquisa - a minha gratidão é eterna.

À **Cáritas de Lisboa**, na pessoa da **Dra. Almerinda Girão** e ao **Diácono Armando Dilão** pelas conversas de encorajamento, um obrigado pelas lindas palavras de encorajamento.

Aos colegas, investigadores Caboverdianos, pelos dados facultados e diálogos diversos, na pessoa do Professor Universitário Mário Gâmbôa, Diretora da DGOTDU Geógrafa Jeiza Tavares, Arqt^o Rafael Fernandes – Diretor do Gabinete Técnico da CMSC, Economista Carlos Oliveira, Historiador Augusto Siva, Urbanista e Técnico da DGOTDU Manuel Barradas; Mestre em Agronomia Anabela Varela e a todos os outros colegas.

A todos, o meu sincero obrigado, a minha gratidão é profunda e eterna!

RESUMO

Os dados recentes, mostram que a tendência do crescimento no arquipélago, está direcionada para centros urbanos, como decorre da nova lei das cidades¹.

Para construção da qualidade do ambiente no território, indubitavelmente, deve optar pelo planeamento, incluindo medidas concretas que definem áreas para espaços verdes de utilização coletiva. Deve insistentemente procurar linhas estratégicas que garantem os cidadãos acesso aos bens essenciais e primários: este por si só justificaria a dissertação.

O Resultado de ocupação verificado com uma sobre-exploração do solo, **esquecendo espaços verdes de utilização coletiva/equipamentos de lazer**, deu origem a uma situação preocupante, impõe que se planeia um novo centro urbano, pensando nas medidas de recuperação ambiental, reintrodução dos espaços verdes coletivos, que são hoje muito insuficiente para a estabilidade e integração social dos **Somadenses**.

Assim a investigação visa propor um modelo de organização territorial, põe um conjunto de parâmetros e dimensionamento urbano que protege, valorize e conserve o ambiente no território em Assomada.

Palavras-chave: Planeamento Estratégico, Urbanismo, Morfologia Urbana, Parâmetros para a construção da qualidade no território.

¹ DL nº 77/VII/2010, de 02 de Setembro, Aprova à elevação de todas as sedes dos concelhos à categoria de cidade, o que passou a contar com 24 cidades em Cabo Verde.

ABSTRAT

The recent data show that the tendency growth in the archipelago, is directed to urban centers, resulting from the new law cities.

For construction of the environment in the territory, undoubtedly, must opt in planning, including specific measures that define areas for collective use of green spaces.

You should urgently seek strategic guidelines that ensure the city dwellers access to essential goods and primary: this alone would justify the thesis.

The result of occupation checked with an over-exploitation of ground, overlooking green spaces of collective use / leisure facilities, has led to a worrying situation, it is planned to impose a new urban center, thinking of the measures of environmental restoration, reintroduction of the spaces green collectives, which are now highly insufficient for stability and social integration of the Somadenses.

Thus the research aims to propose a model of territorial organization, put a set of parameters and urban design which protects, enhances and preserves the environment in the territory of Assomada.

Keywords: Strategic Planning, Urban Design, Urban Morphology, Parameters for quality construction in the territory.

Resumo em Crioulo – Caboverdiano

Atualmente informação ta prova ma crescimento na Cabo Verde sta virado pa centro urbano, prova disso, p abai djobe novo lei di cidade².

Pa garante construção de qualidade do meio ambiente na território, obrigatoriamente, debe opta pa planeamento qui ta inclui medida concreto e ta define áreas destinado pa espaço verde de uso público. Também incansavelmente, debe procura caminhos e técnicas qui ta garante tudo pessoas o acesso aos bens essenciais e primários. Só kel afirmação li ta justifica nha dissertação.

Ku resultado de uso e ocupaçon de solo verificado na Assomada sta bem claro qui tudo solo foi ocupado pa construi casa de habitação privada, ku esquecimento na reserva de solo destinado pa espaços verde de utilização coletiva e equipamentos de lazer. Uma situação é muito preocupante e ta obriga rapidamente na definiçon de um novo centro urbano já ku normas e medidas de proteção ambiental reintrodução de espaços verdes coletivos qui hoje é muito pouco para estabilidade e integração social dos Somadenses.

Por isso, o objetivo funtamental de quel pesquisa li é pa apresenta a forma de organiza território qui ta defini um conjunto de parâmetros e dimensionamento urbano, pa protege, valoriza e qui ta conserva o ambiente no território de Assomada.

Palavra_chave: Planeamento Estratégico, Urbanismo, Morfologia Urbana, Parâmetros para a construção da qualidade no território.

²DL n°77/VII/2010, de 02 de setembro, ta prova tudo sede de concelho, pa categoria de cidade, e Cabo Verde, passa logo ta conta ku 24 cidades.

ÍNDICE DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

CMSC – Câmara Municipal de Santa Catarina.

INE – Instituto Nacional de Estatística.

ODM – Objetivos do Desenvolvimento do Milénio.

ONU – Organização das Nações Unidas.

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

MIT – Ministério das Infraestruturas e Transportes.

IGT – Instrumento de Gestão Territorial.

DNOT – Diretiva Nacional de Ordenamento do Território.

PSOT – Plano Sectorial de Ordenamento do Território.

PEOT – Plano Estratégico de Ordenamento do Território

EROT-Santiago – Esquema Regional de Ordenamento do Território da Ilha de Santiago

PNDCC – Programa Nacional do Desenvolvimento de Capacitação das Cidades.

PDM- SC – Plano Diretor Municipal de Santa Catarina.

PDU- AF – Plano de Desenvolvimento Urbano de Achada Falcão.

PD – Plano Detalhado.

PAM – Plano Ambiental Municipal

PANA – Plano de Ação Nacional para o Ambiente, 2004 a 2014

RNOTPU – Regulamento Nacional de Ordenamento do Território, Planeamento Urbano

LBOTPU – Lei da Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico.

PNPOTPU – Programa Nacional da Política: Ordenamento do Território

RPDMSC – Regulamento do Plano Diretor Municipal de Santa Catarina.

QUIBB-CV – Questionário Unificado, Indicadores Básicos Bem-Estar de Cabo Verde

IDRF – Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias.

INDP - Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas.

CEDOAU – Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente.

APDU – Associação Portuguesa do Direito de Urbanismo.

AMS – Associação dos Municípios de Santiago.
B.O – Boletim Oficial.
ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
PIB – Produto Interno Bruto.
L – Lei.
DL – Decreto-Lei.
D – Diploma.
De – Deliberação.
A – Artigo.
P – Portaria.
CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna.
P.A – Formação do Pico de Antónia (complexo eruptivo interno antigo).
A – Formação de Assomada.
SC – Santa Catarina.
OMC – Organização Mundial do Comercio.
EU – União Europeia.
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.
CMP- Câmara Municipal de Praia.
CMSV- Câmara Municipal de São Vicente.
FNAUP – Fundo das Nações Unidas para a População.
PSR – Pressão Estado Resposta.

ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	6
ABSTRAT.....	7
RESUMO NA LÍNGUA CRIOULA.....	8
ÍNDICE DE ABRAVIATURAS E SÍMBOLOS.....	10
ÍNDICE DE FIGURAS.....	14
ÍNDICE DE TABELAS.....	15
INTRODUÇÃO.....	16
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	25
1.1. A Morfologia Urbana.....	25
1.2. O Planeamento Estratégico na Preservação dos Recursos Naturais	26
1.3. As Condicionantes à Atividade do Planeamento e ao Processo do Planeamento 28	
1.4. A Importância de Rede Ecológica para o Processo de Planeamento.....	29
1.5. Elementos de Articulação entre Espaços Urbanos e Rede Ecológica	31
1.6. A Rede de Espaços Públicos Livres	31
1.7. A Importância da Topografia e do Território para a Evolução da Cidade.....	33
1.8. Parâmetro de Qualidade Urbana para os Territórios Insulares	35
1.9. A Relação entre Qualidade Urbana, Proteção e Valorização do Ambiente.....	42
1.10. A Importância da Organização do Território para a Qualidade de Vida	43
II. AS CIDADES EM CABO VERDE E AS FIGURAS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL.....	44
2.....	44
2.1. A Evolução Morfológica das Cidades em Cabo Verde	44
2.1.1. O Centro Urbano da Praia – Ilha de Santiago, Capital do País.....	46
2.1.2. O Centro Urbano do Mindelo - Ilha de São Vicente:.....	48

2.2.	Figuras de Planeamento Municipal	49
2.2.1.	O PDM (Plano Diretor Municipal) de Santa Catarina – Santiago de Cabo Verde.....	51
2.3.	O Papel da Rede Ecológica Municipal	56
III.	O CONCELHO DE SANTA CATARINA E A CIDADE DE ASSOMADA – SANTIAGO DE CABO VERDE	58
3.	58
3.1.	Caraterização.....	58
3.1.1.	Histórica	58
3.1.2.	Localização e População	59
3.1.3.	Económica	63
3.1.4.	Social.....	65
3.2.	Estrutura Funcional do Concelho de Santa Catarina.....	67
3.3.	A Cidade de Assomada – Delimitação do Objeto de Estudo.....	71
3.4.	Caraterísticas Urbanas e Metas de Crescimento.....	74
3.4.1.	Metas de Crescimento	76
3.5.	A Malha Urbana de Assomada entre 1964 a 2010	77
3.5.1.	Malha de Assomada entre 1960 a 1980.....	77
3.5.2.	A Malha de Assomada entre 1980 a 2010.....	81
IV.	PROPOSTAS DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS E PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	84
4.	84
4.1.	Tabela da Proposta dos Parâmetros Urbanísticos para a Construção da Qualidade do Ambiente na Assomada	84
4.2.	Espaços Verdes Públicos: Avaliação e Programação dos Equipamentos	89
4.2.1.	Equipamentos Coletivos.....	92
4.2.1.1.	Equipamentos Existentes.....	93

4.2.1.2.	Equipamentos Propostos	97
4.2.2.	Estrutura Ecológica Urbana.....	99
4.2.3.	Redes de Infraestruturas Básicas.....	101
4.2.4.	Sistema de Acessibilidades e Rede Viária em Assomada.....	104
4.2.5.	Espaços Verdes de Utilização Coletiva	107
4.2.6.	Higiene Urbana na Assomada	109
4.2.6.1.	Acesso água, Energia e Recolha dos Resíduos.....	109
4.2.6.2.	Avaliação da saúde pública na Assomada	113
4.2.7.	Situação do Planeamento Urbanístico na Assomada	114
4.2.8.	O Acesso à Habitação Familiar	118
4.2.9.	Programação e Localização dos Equipamentos.....	120

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo Pressão Estado Resposta	39
Figura 2: Traçado Urbano da Cidade da Praia em 1822.....	46
Figura 3: Evolução Morfológica da Cidade da Praia 1990 e 2000.....	48
Figura 4: Localização Geográfica do Concelho de Santa Catarina.....	61
Figura 5 Evolução da População do Concelho entre 1940 a 2020.....	63
Figura 6: Esquema dos Fluxos da Demanda Sanitária no Concelho de Santa Catarina.	70
Figura 7: Evolução da População da Cidade de Assomada 1990 a 2010.....	73
Figura 8: Estrutura Urbana na Assomada em 1964	78
Figura 9: Estrutura Urbana na Assomada em 1973	80
Figura 10 - Malha Urbana de Assomada entre 1980 a 2010.....	82
Figura 11: Percentagem de Ocupação do Solo, entre 1964 a 2010.....	83
Figura 12: Gráfico das Habilitações Literárias dos Inquiridos	91
Figura 13 Parque Infantil No Bairro de Achada Riba.....	96
Figura 14 Fotografia do Bairro Cumbém: Construção Numa Encosta da Escarpa Montanhosa.....	100
Figura 15 Taxa de Carência das Infraestruturas e Equipamentos Públicos	103
Figura 16: Mapa da Rede Viária.....	106
Figura 17: Situação Ocupacional dos Inquiridos	107
Figura 18: Classificação dos Espaços Públicos Verdes na Assomada	108
Figura 19 : Classificação do Acesso a água	111
Figura 20: Classificação da Higiene Urbana.....	112
Figura 21: Edifício para Habitação usado como oficina no eixo da rede viária.....	113
Figura 22: Avaliação da Saúde Pública.....	113
Figura 23: Situação do Planeamento e Ordenamento do Território na Assomada	118
Figura 24: Dificuldade em Arranjar Casa	119
Figura 25: Localização dos Equipamentos Existentes	123
Figura 26: Mapa: Programação e Localização dos Equipamentos: Existentes e da Proposta.....	126
Figura 27: Representação dos Declives na Assomada.....	128

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Os ODM, Proposto pela ONU, para Cabo Verde até 2015.....	40
Tabela 2 – Indicadores Urbanos Globais	41
Tabela 3: Figura dos IGT e as Entidades competentes em Cabo Verde	53
Tabela 4: Classificação e Quantificação de Classes de Espaços em Santa Catarina.....	54
Tabela 5: Relação Nominal das Localidades do Concelho de Santa Catarina	60
Tabela 6: Evolução da população de Santa Catarina de 1940 a 2020	62
Tabela 7: Estruturas Sanitárias Existentes no Concelho.....	68
Tabela 8: Índice de Insuficiência na Prestação de Serviço de Saúde.....	68
Tabela 9: Estabelecimento Farmacêuticos no Concelho.....	68
Tabela 10: Estabelecimento de saúde Privados no Concelho	69
Tabela 11: A Cidade de Assomada e os seus Bairros distribuídos em hectares	75
Tabela 12: Proposta dos Indicadores e Parâmetros para a construção da qualidade do ambiente em Cabo Verde.....	85
Tabela 13: Tempo da Residência dos Inquiridos.....	90
Tabela 14: Equipamento Coletivo Existe	93
Tabela 15: Relação entre os Equipamentos Existentes e a Taxa de Cobertura.....	98
Tabela 16: Resultado dos Inquérito_ Questionário n°12.....	102
Tabela 17: Resultado do Questionário N°6	104
Tabela 18: Resultado do Questionário n°1.....	110
Tabela 19: Resultado do Questionário n°2.....	117
Tabela 20: Delimitação das Áreas Livres existentes na Assomada.....	120
Tabela 21: Áreas dos Equipamentos Existentes	122
Tabela 22: Programação e Definição sobre o critério do Dimensionamento dos Equipamentos da Proposta	125
Tabela 23: Equipamentos da Proposta.....	127

INTRODUÇÃO

Introdução ao tema

O processo de ocupação do solo, a programação e rentabilização dos equipamentos bem como as infraestruturas em Cabo Verde está influenciado pelos vários fatores nomeadamente: a dispersão entre as ilhas, topografia do relevo, contexto histórico/político, meios financeiros, opção do modelo de gestão e o processo do planeamento urbanístico.

Os dados recentes, mostram que a tendência do crescimento no arquipélago, está direcionada para os centros urbanos, como decorre da nova lei das cidades³. Este facto constitui grande desafio no âmbito do planeamento e gestão urbanística.

O processo do planeamento é recente, teve início no século XIX, com o objetivo de regular o crescimento das cidades e minimizar os problemas ambientais que decorrem das atividades humanas. Todavia, em Cabo Verde, esta iniciativa apenas é registada na metade do século XX, imposta através de leis e regulamentos que normalizam a intervenção no território⁴.

Na localidade de Assomada do Município de Santa Catarina – Santiago Cabo Verde, os solos urbanos foram ocupados na sua maioria para edificações habitacionais na ausência de um instrumento que regule, proteja, valorize e conserve o ambiente de acordo com as características e capacidades biofísicas. Como resultado do processo de ocupação verificou-se uma sobre-exploração do solo esquecendo o espaço público e os equipamentos de recreio e lazer dando origem a uma situação preocupante, impondo que se planeie um novo centro urbano, pensando nas medidas de recuperação ambiental com a reintrodução dos espaços

³ DL, nº 77/VII/2010, Aprova a elevação de todas as sedes de concelho no arquipélago à categoria de cidade, e deste modo Cabo Verde passou a contar com 24 cidades

⁴DL nº 43/2010, Aprova o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU)

verdes, de lazer e recreio, que são hoje muito insuficientes para a estabilidade e integração social da população de Assomada.

Objetivos:

O objetivo geral deste trabalho é: **Propor um modelo de organização territorial, propor um conjunto de parâmetros e dimensionamento urbano que valorize, conserve e proteja o ambiente no território na Assomada.**

Para atingir o objetivo geral torna-se necessário destacar um conjunto de objetivos específicos:

- ❖ Identificar as características físicas, económicas e urbanas do País;
- ❖ Conhecer a evolução morfológica e a política do planeamento definido em Assomada desde 1960 até 2010;
- ❖ Efetuar um levantamento sobre os vários tipos de serviços/bens existentes em Assomada e agrupando-as por setores;
- ❖ Identificar os equipamentos e espaços verdes públicos existentes e identificar as necessidades dos residentes na Assomada ao nível destes;
- ❖ Caracterizar a estrutura da malha urbana de Assomada, entre 1960 a 2010, ilustrando-a, através da cartografia, em imagens da planta habitacional do Ilídio do Amaral, em ortofotomapas de 2010 e da carta militar de 1973;
- ❖ Propor um quadro tendo incluído os indicadores, parâmetros e dimensionamento urbanístico para a construção de qualidade urbana no território de Assomada;
- ❖ E indicar um conjunto de ações para a melhoria do saneamento básico, a preservação, valorização e construção da qualidade no ambiente no território de Assomada;

Metodologia Adotada

A investigação está dividida em quatro etapas em: (ver o plano de investigação apêndice).

1. A primeira corresponde a pesquisa bibliográfica, organização dos documentos, recolha de dados e das informações.
2. A teorização do problema e o esboço do índice geral.
3. Na terceira etapa efetua-se a redação e o desenvolvimento dos trabalhos.
4. Por ultimo a correção, formatação, arrumação e a entrega da dissertação para defesa.

O desenvolvimento do trabalho, será baseado tendo em consideração os conceitos definidos pelos relevantes urbanistas e as análises/discussões dos dados de várias instituições, nomeadamente:

O Kevin Lynch, na sua obra a imagem da cidade.

Gordon Cullen – “ A paisagem urbana”

Miguel Pires Amado, “O Desenvolvimento Sustentável”

Mário Moutinho, Diogo Mateus e Judite Primo “Desenho Urbano - elementos da análise morfológica”.

Nos dados do INE.CV; O QUIBB.CV-2007 e o censos 2010;

DGODU.PT em 2010 - “ Sistema Nacional dos Indicadores e Base de dados Sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano”, e das Normas para Programação e Caraterização dos Equipamentos Coletivos – versão atualizada, 2002.

Nos Indicadores Urbanos Globais proposta pela ONU-Habitat em 1996 e versão 2004,

Nos 8 ODM propostas pela ONU para Cabo Verde até 2015,

Nos dados do RPDMSC e outros IGT de Cabo Verde.

E nos dados dos inquéritos aplicados.

Considerando a abrangência do tema, será recorrida e referenciada ainda vários outros autores como:

O Ilídio do Amaral,” Santiago de Cabo Verde – A Terra e os Homens”,

José Lamas, “Morfologia Urbana e o Desenho da Cidade”,

Fernando dos Reis Condesso, “Ordenamento do Território Administração e Políticas Públicas Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional”

A nova Carta de Atenas, Visão de Conselho Europeus do Urbanistas Sobre as Cidades do Século XXI, 2003.

O Jorge Carvalho, “Ordenar a Cidade” e entre outros constantes na lista de bibliografias.

A par das diversas consultas bibliográficas, pesquisas na internet, efetuou-se a observação direta dos espaços urbanos e procedeu-se a diversos diálogos junto dos investigadores na área do urbanismo, o levantamento da cartografia de base, ortofotomapas existentes, planos de loteamento dos bairros e levantamento dos elementos formais e informais de Assomada. A execução do trabalho no terreno é efetuado através de inquérito à população.

Em seguida apresentar-se-á proposta do modelo de planeamento urbanístico na Assomada incluindo os parâmetros e dimensionamento para a construção da qualidade do ambiente no território e a programação, localização dos equipamentos de utilização pública como estratégicas para a recuperação dos espaços verdes como também pela qualificação do espaço urbano apoiado nos seguintes softwares: Autocad, ArcGIS e Microsoft Office Excel.

Justificação pela escolha do tema:

Tendo sido feito um levantamento e análise da planta habitacional, esquematizada pelo Geógrafo Amaral em 1964, no livro “**A ilha de Santiago a Terra e os Homens**”, efetuada a comparação e análise com as outras plantas mais recentes obtidas e pela imagem de fotografias aéreas durante o período de 1990-2010. **A análise do indicador: uso, ocupação e transformação do solo**, apela para uma atenção imediata na viragem no estilo de gestão do solo, com a introdução de uma cultura de planeamento destinada à coletividade e à população em geral, **numa visão estratégica de valorizar, proteger e recuperar os espaços verdes de utilização coletiva, que rege pela construção da qualidade do ambiente no território de Assomada**. O Ilídio do Amaral, afirmava que “O Planalto de Assomada” pelo seu uso, parecia uma “mata”, com grandes achadas e solos disponíveis destinados à prática de agricultura e os seus “aglomerados em edificações não ultrapassam uma dezena” (Amaral 1964, pág. 94).

Mas, atualmente, o solo na Assomada encontra-se completamente alterado e totalmente ocupado com edificações diversas resultado de uma rápida expansão e crescimento demográfico o que condicionou a ocupação de toda área do Planalto através de loteamentos esporádicos destinado na sua maioria para habitações. Os espaços verdes, os equipamentos de lazer, são aparentemente muito insuficientes para o equilíbrio, a valorização e a construção da qualidade ambiental no território de Assomada.

Assim, surgiu o tema “ **Planeamento na Assomada: Propostas de Parâmetros Urbanísticos para a Construção da Qualidade no Ambiente**”, por um lado, pretende a continuidade aos trabalhos já iniciados no Gabinete Técnico da CMSC, relativamente à execução/seguimento do PDM, tendo sido envolvido desde o início do processo até a fase do anteprojecto, incentivo no prosseguimento dos vários projetos: **Toponímia/Cadastro, Implementação do Sistema de Informação Territorial, Arruamentos, Remoção de Terras/Escombros/Lixos** que através da própria iniciativa elaborou os termos de referência

no âmbito do exercício da atividade profissional exercida naquele município, desde Setembro de 2008 a Julho de 2010⁵.

E por outro, pôr em prática aos conhecimentos curricularmente adquiridos durante a formação em **Urbanismo pela FAUGA- ULHT**, Campo Grande Lisboa, associado a um estágio considerado de “profissão trainee”, concedido pela Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) e aos ensinamentos do Miguel Pires Amado auxiliado pelas suas equipas do Departamento de Urbanismo e Ordenamento do Território na **FCT- Universidade Nova de Lisboa**, Campus da Caparica com a Eng^a. Evelina Rodrigues.

Ainda, sendo residente e natural do concelho, uma observadora atenta aos fenómenos do território, sente-se tocado pelos relevantes problemas do saneamento básico e ambiental, nos acessos aos bens e serviços primários, nomeadamente (água, energia, recolha de lixos, vias de trânsito), considerados como indicadores fundamentais à construção da qualidade no ambiente do território urbano e bem-estar das pessoas no geral.

Com base nessas considerações e entre outras razões pela escolha do tema destacam-se as seguintes:

Necessidade pessoal de aprofundar os conhecimentos e na demanda aos novos desafios que a vida impõe,

Pertinência e atualidade do tema,

Importância crucial da matéria para a qualidade de vida das populações locais e para o desenvolvimento municipal sustentável,

⁵ Consultar os Termos de Referência das Fichas de projetos elaborados pela iniciativa própria coadjuvado pelo Eng.º Felisberto Varela Robalo – Vereador do Urbanismo e Patrimónios Municipais. Encontra-se nas pastas do arquivo na CMSC.

Contribuir para o melhoramento da qualidade de vida e de habitabilidade no âmbito das necessidades dos cidadãos de Assomada e Cabo Verde em geral.

Para orientar a investigação, foram feitas algumas perguntas de partida que permitem contextualizar a pesquisa.

1. Como surgiu o povoado na Assomada e a expansão/crescimento dos seus bairros?
2. Existe equilíbrio entre os espaços verdes/livres dos seus edificados?
3. Quais os tipos de espaços verdes públicos e necessidades prementes sentem os residentes de Assomada?
4. Como é que os residentes de Assomada classificam o ambiente e o saneamento básico no território?

Estrutura do trabalho

O presente trabalho se encontra estruturado em 4 capítulos, numerados em numeração romana e dividida em subcapítulos pela numeração árabe e se resume no seguinte:

No I capítulo – Enquadramento Teórico

Faz-se a revisão bibliográfica que permite atualizar o conhecimento sobre os principais elementos teóricos da dissertação, nomeadamente: a morfologia da cidade, o planeamento estratégico para o urbanismo na preservação dos valores ambientais, as condicionantes à atividade do planeamento, a programação dos equipamentos, os parâmetros de qualidade urbana e o papel da Rede Ecológica Municipal (REM) no processo de planeamento urbano.

Analisa os indicadores Urbanos Globais, proposta pela Agenda Habitat em 1996 e atualizada em 2004, os 8 ODM proposta pela ONU de que Cabo Verde é signatária para o cumprimento até 2015, analisa o quadro do SIDS (sistema de indicadores do desenvolvimento sustentável), proposta pela DGOTDU em 2010.

Ainda, se encontra as citações e referências bibliográficas atuais e absolutamente adequadas ao tema em causa.

No II Capítulo – As Cidades em Cabo Verde e as Figuras de Planeamento Municipal

No referido capítulo, caracteriza e descreve a evolução morfológica das principais cidades em Cabo Verde, desde a história do povoamento à atualidade (1460 a 2010) o que permitiu conhecer a evolução das cidades em Cabo Verde.

Carateriza os dois principais Pólo Urbano, nomeadamente:

1. A Cidade da Praia ilha de Santiago;
2. E a Cidade do Mindelo ilha de São Vicente.

Descreve a importância na organização e estruturação do território para a qualidade de vida, caracteriza as figura dos instrumentos de gestão territorial (**IGT**) em Cabo Verde, com base no Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (**RNOTPU**), pelo decreto-lei n.º 43 de 2010, tanto pelo âmbito espacial quanto as entidades responsáveis.

E ainda faz uma descrição, análise e síntese do Plano Diretor Municipal (PDM) do Concelho de Santa Catarina.

O III capítulo: O Concelho de Santa Catarina e a Cidade de Assomada – Santiago de Cabo Verde

Neste capítulo, permitiu conhecer as características urbanas, sociais, históricas, económicas e demográficas no concelho *Santa Catarina e particularmente na Assomada numa forma mais detalhado.*

Faz uma caracterização dos equipamentos existentes no concelho, através do levantamento da estrutura funcional e a discriminação por tipos de equipamentos públicos existentes.

Efetua um estudo pormenorizado na Assomada como o objeto de estudo e faz a descrição da forma e ocupação do solo entre 1964 a 2010. Por último, faz uma caracterização da estrutura da malha urbana de Assomada desde 1964 a 2010, separando-as em duas fases: entre 1960-1980 e entre 1980-2010.

O IV capítulo: Propostas de Parâmetros Urbanísticos e Programação dos Equipamentos

Elabora a tabela de “proposta dos indicadores, parâmetros e dimensionamentos” que garantem a construção da qualidade do ambiente para os territórios insulares e concretamente na Assomada como o caso de estudo.

Faz a discussão e analisa os dados sobre os resultados dos inquéritos. Elabora uma tabela com os critérios de programação dos equipamentos públicos que mais necessidades sentem os residentes de Assomada. Faz o esboço esquemático, através do desenho das plantas da proposta sobre os equipamentos conforme os resultados do inquérito aplicado na Assomada.

Identifica todas as possíveis áreas livres no território de Assomada, incluindo o cálculo das suas respetivas áreas, com o software “ArcGis 10.0” e por último, através da engenharia e do grande esforço, pela conjugação tanto dos conhecimentos de terreno, da legislação como também nas normas de programação e localização dos equipamentos públicos coletivos segundo o documento técnico da DGOTDU em Portugal localiza os equipamentos.

As conclusões, desenvolvimentos futuros, bibliografias, anexos, referências legais e apêndices, também fazem partes dos componentes que constituem esta dissertação.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A Morfologia Urbana

A estrutura de qualquer cidade, pode ser expressa pelo esboço “o mapa” e nele é representada os principais elementos estruturantes que definem a morfologia urbana. A morfologia é entendida como a ciência que estuda a forma da estrutura exterior de um objeto, ou seja as partes do meio físico urbano ou elementos morfológicos relacionando-a, com a sua produção/conceção e transformação no tempo. Essa necessidade de identificação e clarificação desses elementos a nível da leitura/análise e conceção/produção é importante no estudo morfológico das urbes. Segundo Lamas, na sua obra a Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, para se fazer o estudo da morfologia urbana *“Há necessidade de identificação e clarificação imediata dos elementos morfológicos, quer em ordem de leitura ou análise do espaço, quer em ordem da sua conceção ou produção, que para isso, devem dividir-se o meio urbano em partes e destes é articulada entre si com o conjunto que os definem”*⁶.

Na referência do relevante urbanista Lynch, na obra “A imagem da cidade” que através do desenvolvimento do conceito sobre a *“imaginalidade” ou a “legibilidade”* em que cada cidade deve ter; isto é, a facilidade com que as características da cidade são reconhecíveis e organizáveis cognitivamente de uma forma clara e unificada. Passou pelo estudo de três cidades norte americanas, com as características diferentes e recorreu várias metodologias, tais como: às técnicas de inquérito, o desenho e esboço de mapas da cidade, descrições de percursos através da cidade, identificação de elementos marcantes do espaço urbano, e identificação de áreas urbanas importantes e/ou relevantes. Consequentemente demonstrou que as cidades estão compostas por cinco elementos cognitivos do ambiente, elementos que nos **ajudam na criação do ambiente urbano. Para ele, os cinco elementos** constituintes da imagem da cidade podem ser agrupados segundo as características distintas e se agrupam em:

⁶ Lamas José Manuel Ressano Garcia (2000), Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Fundação Calouste Gulbenkian

- a) **Vias** ou seja, os caminhos como meios de circulação;
- b) **Limites**, ou seja as orlas, representando as barreiras entre as diferentes partes da cidade;
- c) **Bairros**, ou seja as zonas, como secções amplas da cidade, geralmente apreendidas de uma forma global;
- d) **Cruzamentos** ou nós, como espaços de interseção;
- e) **E os pontos marcantes** ou de referência, como elementos facilmente identificáveis.

Afirmou, que com estes cinco elementos básicos deve-se estruturar uma cidade baseada em vários aspetos, que podem ser de cariz físico, social, histórico e/ou simbólico⁷. Assim sendo é considerado, como um dos autores que deu início no esboço e na representação mental para a construção do ambiente urbano.

1.2. O Planeamento Estratégico na Preservação dos Recursos Naturais

“O surgimento do Planeamento Estratégico/Contemporâneo, veio a contrariar aquela antiga ideia de que um Urbanista deverá “projetar” uma cidade. Conforme afirma o Hall”⁸.

Dois reparos importantíssimos introduzidas no surgimento do novo conceito de planeamento urbano:

⁷ Lynch Kevin, *A Imagem da Cidade* (1960), Edições 70, pág.57-102, Lisboa (1982)

⁸ Hall Peter, *Cities of Tomorrow* (2002), Third Edition, pág.6-10 “Uma mudança da velha ideia de planeamento como a produção de projetos para a cidade desejada do futuro para uma nova ideia de planeamento como uma série contínua de controlos sobre o desenvolvimento de uma área, auxiliados por mecanismos que buscam simular o processo do desenvolvimento, de forma que esse controle possa a ser aplicado”.

Primeiro reconhece que o fenómeno urbano é um processo dinâmico e sistémico o que deduz a cidade como um produto de um determinado contexto histórico. A cidade é algo que está a evoluir com o tempo e que resulta da sua própria história.

A segunda mudança, assenta numa abordagem permanente da conceção de um modelo para uma cidade ideal e universal, buscando solução dos problemas com ações práticas e concretas e incluem mecanismo de controlo da expansão do crescimento e desenvolvimento urbano.

O processo do desenvolvimento urbano, é entendida como um processo complexo, porque se encontra associada a diversas variáveis, nomeadamente: ambiental, económico, social, cultural, político entre outros.

No livro, **Planeamento Urbano Sustentável**, Amado, considera que o planeamento urbano deve exigir uma abordagem do “**conceito de desenvolvimento sustentável**”⁹...esta será garantida através do processo de planeamento territorial e o mesmo deve estar direcionado para comunidade. Pelo que a satisfação das necessidades humanas, devem ser orientada pelo modelo ou instrumento definidor de normas do uso dos recursos naturais, com ações que permitem um equilíbrio ambiental, sustentabilidade socioeconómica, e melhorias de condições de vida. O desenvolvimento sustentável defende que no uso dos recursos naturais devem ser de forma pensada, planeada e projetada sem comprometer às gerações vindouras e nela devem integrar quatro fatores essenciais, nomeadamente: ambiental, económico, social e cultural. Apela para utilização responsável dos recursos.

No final do século XIX, com o fenómeno da industrialização, foi registado problemas avultados de insalubridades, como consequência de um brusco crescimento das cidades. Esse brusco crescimento no centro urbano transformou-se “**numa espécie de batalha na luta pelo aproveitamento**”¹⁰, citada pela investigadora Mendes Maria Clara, na sua obra “O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia Evolução e Tendências”.

⁹ Amado Miguel Pires, **O Planeamento Urbano Sustentável** (2005), Edição Caleidoscópio, pág. 19 - 58

¹⁰ Mendes Maria Clara, **O planeamento Urbano na Comunidade Europeia Evolução e Tendências** (1990), Biblioteca Camões, Bairro Alto.

Muitas vezes a essência do desenvolvimento urbano sustentável, contraria o conceito de preservação ambiental, isto quando há uma sobre-exploração dos jazigos minerais com graves falhas no cálculo e no reconhecimento da capacidade de retorno, uma gestão danosa dos bens e recursos territoriais pelo não reconhecimento do tipo de formação e aptidão do solo no qual é atribuído certos usos. Com a nova conjuntura económica que se vivência no mundo atual, o processo de preservação dos recursos naturais está sendo perseguida para a riqueza material e financeira quando fale mais alto do que a valorização do capital humano.

É notório que o sistema de planeamento urbano tem contribuído para a preservação dos recursos naturais e o desenvolvimento urbano. Todavia o planeamento procurar intervir na cidade, a partir da conceção de um modelo de organização territorial a ser desencadeada pela Administração, em princípio pelas autarquias que conhece a realidade territorial e as necessidades dos seus povoados para garantir o desenvolvimento urbano. Existem uma reciprocidade de relações entre o desenvolvimento urbano e a preservação dos recursos naturais. E a aplicabilidade de uma, muitas vezes pode prejudicar a outra, pelo que são sempre antagónicas, mas ambas, necessários e imprescindíveis à qualidade de vida.

1.3. As Condicionantes à Atividade do Planeamento e ao Processo do Planeamento

Sendo solo como um recurso inevitável e um bem escasso e esgotável, deve ser pensado quanto ao uso e gerido de forma muito eficaz, sem comprometer às gerações vindouras¹¹.

A política dos solos, tem vindo a aumentar a importância da estruturação, organização da sociedade e os seus efeitos na forma de urbanização.

O processo do planeamento, “incorpora os sistemas naturais presente na aptidão do uso do solo, que será destinada a uma determinada capacidade de carga, visando não só uma correta gestão dos recursos, mas preconizando também o ordenamento e um desenvolvimento sustentável. Desde logo as condicionantes assumem um papel importante na reserva do território, na estruturação, organização do solo e no planeamento urbano. E é constituída pelas zonas das servidões e restrições e de utilidade pública.

¹¹ Políticas dos Solos no Planeamento Municipal (2002) 403pág. Fundação Calouste Gulbenkian

Costa Lobo *et al.* (1993), citado pelo Condesso (2005), o ordenamento do território, “*procura a sua fundamentação no conhecimento da geomorfologia e dos ecossistemas concretos, observando a distribuição racional das diferentes atividades humanas. O planeamento do território decorre da análise física e da resolução dos diferentes interesses em confronto, nos termos da lei, identificando as diversas estruturas invariantes do território, fixando classes de usos para cada unidade territorial*”¹².

A constituição cabo-verdiana determina que o solo deve ser utilizado de forma sustentada em todas as suas componentes de uso e ocupação, em vários domínios de ordenamento do território e urbanismo nomeadamente: nos transportes, na energia, na agricultura, no turismo, na proteção da natureza e preservação da paisagem, na exploração de matérias-primas, na gestão da água, nos resíduos sólidos e na qualidade do ar.

No conceito da utilização sustentada do solo, como defende a nossa constituição e na distribuição de classes de espaços, regista condicionalismo que dificultam à prossecução dos estabelecimentos humanos de modo equilibrado e harmónico, pelo fato das inerentes características geográficas. E normalmente, devido às características morfológicas do território, têm provocado custos desproporcionados, quer financeiro, quer em tempo ou oportunidade, para a instalação dos equipamentos e das infraestruturas necessárias à satisfação das atividades humanas. Este, constitui como um dos grandes condicionalismo para programação e a rentabilização dos mesmos. Assim o papel de um urbanista torna imprescindível para equacionar os condicionalismos pelo processo do planeamento urbano, tendo sempre presente o ser humano como único e principal beneficiário no processo de planeamento urbanístico.

1.4. A Importância de Rede Ecológica para o Processo de Planeamento

O conceito de estrutura ecológica prende-se com a proteção e integração dos elementos biofísicos, culturais, recreativos e paisagísticos, com as diversas atividades humanas, convergindo para a ideia de sustentabilidade do território.

¹² Condesso, Fernando dos Reis, *Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional* (página 38 a 118), ISCSP, Lisboa, 2005.

Deverá, por um lado orientar as intervenções antrópicas no sentido de reconhecer, conservar e promover elementos naturais e culturais que, por terem características únicas, deverão ser sujeitos a um ordenamento e planeamento ambientalmente sustentável, contribuindo desta forma para a qualidade de vida das populações. A estrutura ecológica tem por objetivo a preservação e manutenção da integridade dos principais recursos naturais e processos ecológicos, integrados numa estrutura predominante contínua de características diversas consoante a realidade em que se inserem. Garante a sustentabilidade ecológica dos sistemas naturais e compatibiliza estas áreas com espaços tipológicos de recreio e lazer articulando-se com a estrutura edificada.

A criação das áreas para estrutura ecológica, são imprescindíveis ao processo de planeamento para a estruturação e gestão do território. E a estrutura ecológica favorece a conservação da natureza e dos seus elementos ambientais necessária ao equilíbrio das atividades antrópicas com a natureza. São indiscutíveis as funções e os benefícios de que a rede ecológica desempenha no meio urbano. Entretanto, na lógica de ocupação do solo, e estrutura ecológica está definida na classe de espaços para as **áreas dos espaços verdes**. As áreas verdes integram um conjunto de categorias de espaços diferenciados pela sua função na estrutura verde da cidade. Essas áreas têm desempenhado as mais diversas funções, desde saúde e bem-estar, ambiental, social, didático, cultural, económico entre outros. Usando a metáfora, **a rede ecológica**, são semelhantes a um pulmão para o processo de respiração de todo o ser humano.

A conservação da natureza e a valorização do património natural e da paisagem não devem ser entendidas como restrições ao desenvolvimento, mas antes como pressupostos para o planeamento e o desenvolvimento sustentável. Estas áreas obedecem tanto objetivos de natureza biológica como paisagística, tendo em consideração critérios de raridade, valor estético, científico, cultural e ou social.

A localização, a quantidade e a qualidade dos espaços verdes nos centros urbanos influencia a qualidade do ambiente urbano para os residentes. Os espaços verdes oferecem oportunidades de recreio e contribuem para a estética do ambiente. Espaços urbanos verdes podem também ser importantes para a biodiversidade, proporcionando habitats para algumas espécies.

1.5. Elementos de Articulação entre Espaços Urbanos e Rede Ecológica

“A proteção da natureza, também envolve a proteção das pessoas, considerando as suas necessidades e os seus direitos, sem esquecer das suas obrigações”. Mesmo que os dados científicos sejam usados como base para a proposição de políticas públicas ambientais, deve ser lembrado que não há decisões neutras e inteiramente baseadas em dados racionais, pois, os técnicos, especialistas e outros formuladores dessas políticas são também humanos e usam valores subjetivos em seus julgamentos.¹³

Sem o homem não há planeamento, este constitui elemento de ligação insubstituível para a criação e estabilização da rede ecológica. O mesmo integra vários elementos desde económicos, sociais, culturais naturais e biofísicos, entre o espaço urbano e a rede ecológica. A teoria de proteção e conservação do “verde urbano” foram defendidas e registadas, pelos vários cientistas e correntes urbanísticas cujo efeito, dependem do modelo adotado pelos decisores na administração. Neles, integram todos os elementos do sistema - material e imaterial através do processo de planeamento e ordenamento do território.

1.6. A Rede de Espaços Públicos Livres

Assim como o ser humano não consegue viver isolado, que pela característica intrínseca, necessita sempre de outrem para satisfazer as suas necessidades, a determinação e criação da rede de espaços públicos verdes, são imprescindíveis e fundamental para a estruturação, organização do território, como garantia do equilíbrio e o bem-estar social.

Assim, será fundamental criar rede de espaços públicos numa cidade, país ou região para a vitalidade e rentabilização dos equipamentos e recursos financeiros que através desta aumenta a eficiência e qualidade nos serviços/gestão e proporcionar a sua dinâmica.

Em toda a humanidade, não tem registo que nenhuma etapa do desenvolvimento as pessoas conseguem viver de forma isolada, mas pelo contrário, a cooperação e a aglomeração

¹³ Costa Lobo Manuel e Craveiro Teresa: apontamento lecionado na cadeira de IGT - tema: Planeamento e Espaço Humaniza em 2011, na ULHT.

é que constituem a regra. Conforme, o Cullen, no seu livro *“Paisagem Urbana”*, são vários exemplos de vantagens sobre a vivência num meio urbano em reunião de pessoas com o cumprimento pelo dimensionamento das áreas construídas e dos espaços delimitados para o ambiente natural, do que viver isolado. Por exemplo a facilidade de encontrar um museu, uma sala de cinema, uma biblioteca, um centro de saúde, um centro comercial, entre outros meios de diversão e lazer¹⁴.

Vivemos num mundo novo, em constante transformação e cada vez mais competitivo, mas também interdependente. A cidade contemporânea torna-se, cada vez mais, uma cidade fluída e em rede, onde os impactos das tecnologias faz compreender as grandes mudanças sociais e intervenções tecnológicas.

A Rede de Espaços Públicos Livres provoca impacto no reforço da coesão social, na igualdade de oportunidades, no bem-estar e na melhoria das condições de vida. Permite às pessoas o acesso a todos os sistemas e serviços na comunidade, criando condições para o exercício efetivo de uma cidadania plena, designadamente, pelo princípio da igualdade, o direito à qualidade de vida, à educação, à cultura e ciência e ao desporto entre outros. Constitui um dos parâmetros consagrados nos diversos instrumentos de gestão territorial como imperativo para a progressiva eliminação das barreiras, urbanísticas e arquitetónicas.

Vivemos num mundo globalizado (industrializado) e o desenvolvimento tecnológico têm sido uma ferramenta programática de auxílio na construção de redes de equipamentos para a transformação social. O nosso país está integrado, nas diversas organizações internacionais nomeadamente: Organização das Nações Unidas, União Europeia e esta auxilia na construção de uma sociedade moderna e justa, através da implementação de políticas. O programa do governo - 2011 a 2016, integra várias medidas prioritárias para o desenvolvimento do País, orientada pelas seguintes linhas estratégicas nomeadamente:

- Ampliação e modernização das infraestruturas básicas como: rede viária, comunicação, energia, água e esgoto, para todas as ilhas do arquipélago. O Reforço da aposta estratégica nas energias renováveis, para que se reduza

¹⁴ Cullen, Gordon a Paisagem Natural, Edições 70, Abril 2009, (pág.12-47).

substancialmente a dependência do exterior e se produza energias limpas e amigas do ambiente.

- Planeamento para integração de rede dos equipamentos.
- Requer estudos e concepção do modelo de planeamento com visões estratégicas que permite assegurar a equidade territorial, programação dos equipamentos e infraestruturas de acesso aos serviços de interesse coletivo.

O modelo de gestão territorial adotado no PDMSC – (modelo policêntrico), compatível com o modelo nacional adotado pela EROT - proposta da DGOTDU permite aos seus futuros polos desenvolver e estar em redes e também estar em rede com todos os centros urbanos da ilha de Santiago.

1.7. A Importância da Topografia e do Território para a Evolução da Cidade

Um solo plano, amplo, bem localizado, com uma formação geológica compatível e com o uso definido, segundo o processo de planeamento permitem não só uma evolução/crescimento rápido, e por outro contribui para a rentabilização financeira e gestão dos equipamentos. As condições topográficas e geológicas, orientadas por opções políticas acertadas, facilitam no desenvolvimento e na evolução da cidade.

Como refere Condesso na sua obra “Ordenamento do Território Administração e Políticas Públicas Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional” o planeamento urbano transforma-se num conceito lato, chamado de “*plano de ordenamento do território*” o que constitui a base necessária e fundamental de toda a ordenação urbanística, antecipando no tempo a fisionomia do que será um dado espaço territorial.

Entende o planeamento como toda a representação simplificada da realidade¹⁵. Segundo ele, o território pode ser representado através dos modelos iónicos, que “reproduzem a realidade a uma escala dimensional diferente, conforme a simplificação da natureza, e pode ser: como no caso das “*maquettes*” - modelos simbólicos, a exemplo das cartas geográficas

¹⁵ Condesso Fernando do Reis, “Ordenamento do Território Administração e Políticas Públicas Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas 2005,

(plantas, como são utilizadas para sintetizar a aptidão do solo e a sua utilização) e modelos analógicos – (entre os quais os modelos matemáticos), que *“simulam a realidade por fenómenos físicos ou expressões matemáticas apropriados”*¹⁶

Segundo, Carvalho, no seu livro, ordenar a cidade, assegurou que “há cinco formas de formulação do modelo para representar uma cidade e que não se afigura necessário nem útil inventar mais, podendo, aquelas ser utilizadas de forma pura ou em soluções mistas (mais com carácter próprio na realidade territorial). Essas formas podem ser: **orgânica; clássica; jardim; modernista e urbano-campestre**¹⁷. Tal formulação de modelo, quando aplicada a um caso concreto, terá que constituir como instrumento em que ele próprio deve antever o futuro, apontar estratégias e meios para a sua execução¹⁸.

O processo do desenvolvimento das cidades cabo-verdianas tem uma forte influência nas opções político-administrativo, na topografia e forma morfológica e nos seus recursos. O registo das grandes assimetrias registadas nos vários centros urbanos do país, deve-se essencialmente pelas oportunidades do desenvolvimento das atividades terciárias, capacidade de empregabilidade e pelas ofertas dos equipamentos públicos localizados.

São considerados como indicadores que atraem a migração interna no país e variam desde a oferta dos bens e serviços de integração no mercado de trabalho, como também na facilidade de acesso às infraestruturas de escoamento para a ligação e comunicação entre as ilhas. Foi assim que a Praia, hoje, possui cerca de um quarto da população cabo-verdiana e continua a crescer e atrair pessoas de todas as ilhas. O mesmo centro urbano, encontra afetada com a maior taxa de criminalidade e construções clandestinas “ Barracas” com pessoas a viver nas condições insalubres – tornando uma cidade muito problemática, pelo que citando o Miguel Mires Amado – Desenvolvimento Sustentável “As cidades surgem hoje aos nossos olhos como algo impossível de mudar”, não obstante ter deixado a conceção do planeamento e desenvolvimento urbano sustentável.

¹⁶ **Idem** Condesso Fernando dos Reis.

¹⁷ Carvalho Jorge, “Ordenar a Cidade, Quarteto Editora, Coimbra 2003, (pág. n° 36 -129)

¹⁸ **Idem**, Carvalho Jorge, “Ordenar a Cidade, Quarteto Editora, Coimbra 2003

1.8. Parâmetro de Qualidade Urbana para os Territórios Insulares

O que é exatamente a qualidade urbana? Qual seria o grau de prioridade desta discussão para um país onde milhares de pessoas não têm acesso às necessidades básicas e primárias, nomeadamente: acesso permanente a água potável, a energia, a recolha e tratamento dos resíduos?

À primeira vista, parece uma discussão secundária, a ser feita apenas depois de cumpridas certas etapas. Mais ou menos como, por exemplo, discutir a qualidade de uma cachupa quando apenas depois de garantir que existe, ainda que esteja salgada e queimada. Seria uma questão puramente adjetiva, pelo um valor meramente subjetivo, portanto, fora, do campo científico? Seria um luxo (como o faz supor a publicidade em geral, sempre a vincular oportunidade única de conhecer um excelente centro urbano (cidade bonita e atraente ao "detalhe que faz a diferença"), e, portanto, algo supérfluo diante de questões mais substantivas, como garantir um "patamar mínimo de dignidade e de condição humana? Mas, qual é este patamar e como defini-lo? Como determinar as necessidades básicas? E quem as determina?

Há outras críticas ao tema: a questão do entendimento sobre o que é a qualidade de vida também pode ser vista como desnecessária, não por ser fundamental ou pouco palpável, mas pela sua essência. Talvez a ênfase dos estudos sobre a qualidade de vida assenta predominantemente na sua mensuração, **ficando encaixada na escolha sobre o que medir**. A avaliação sobre a qualidade de vida de uma população vem sendo proposta em primeiro lugar, examinando os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades.

Por exemplo, podemos analisar as **condições de saúde** pela quantidade de camas hospitalares e número de médicos disponíveis, **ou taxa de analfabetismo** pelo número da população abrangida no sistema educativo, número de escolas, jornais publicados, níveis de escolaridade atingidos. **Como também podemos avaliar e medir as condições ambientais pela potabilidade da água**, coliformes fecais presentes e partículas de substâncias nocivas em suspensão, pela emissão de poluentes, pela quantidade de domicílios desconectados às

redes de abastecimento de água e de rede de esgoto, e **pela dimensão per capita de áreas verdes por população e espaço verde urbano disponíveis para respiração e tranquilidade humana, assim como pela densidade populacional.**

Considero, ainda uma outra forma de estimar a qualidade de vida será através de avaliação das necessidades de satisfação dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar medir a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estados de consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados a partir de um julgamento que se propõe substantivo, feito pelo próprio pesquisador, sobre o que tornaria a vida melhor.

Nestes dois caminhos, devemos levar em consideração que a definição do que é qualidade de vida variará em razão das diferenças civilizacionais, sociais, culturais, políticas e pela acessibilidade às inovações tecnológicas. A história tem registado exemplos de governos e nações que tentaram escapar deste efeito fechando fronteiras, impondo e contendo padrões culturais, em fórmulas ditatoriais que se revelaram causadora de infelicidades pela desconsideração dos direitos individuais e pela imposição de limites e de padrões às individualidades.

Entende-se que a qualidade urbana será indubitavelmente ligada ao conceito de bem-estar social e da qualidade de vida. A conceptualização da temática “Parâmetros de Qualidade Urbana”, é entendida pelo um conjunto de ações orientadoras e definidoras para a implementação de políticas públicas a partir da construção de indicadores adequados aos usuários e às necessidades do contexto. Assim deve identificar as questões pertinentes para a medição e para a definição dos domínios de observação e dividir o território em diferentes campos ou domínios de observação para a identificação e gestão da informação de carácter muito heterogéneo com a finalidade de aceder ao conhecimento e caracterizar o território. Os parâmetros para a construção da qualidade urbana, faz parte da temática que é amplamente consensualizados entre os vários atores de intervenção da política pública mundial como a União Europeia (EU) e a Organização das Nações Unidas (ONU) pelos indicadores do desenvolvimento sustentável nas áreas de maior relevância política¹⁹.

¹⁹ Sistema Nacional de Indicadores de bases de dados sobre o ordenamento do território, DGOTDU, 2010.

A Agenda 21 (1992), concebe que o desenvolvimento sustentável deve compatibilizar a preservação do meio ambiente, a justiça social, o crescimento econômico, a participação e controle da sociedade como elementos para democratizar o direito à qualidade de vida. Essa preocupação leva a uma reflexão sobre a qualidade ambiental sustentável.

Em territórios insulares, os parâmetros de qualidade urbana ainda constitui um processo muito recente e deve prosseguir os estudos através dos incentivos nas várias investigações científicas no âmbito do contexto.

É fundamental perceber que os parâmetros da qualidade urbana, para Cabo Verde fundamentado nos princípios, âmbitos e objetos já consagrados na Constituição da República, nomeadamente: **o direito à vida saudável e ecologicamente equilibrada, ao acesso à habitação e suas condições de habitabilidade, a água potável em quantidade e qualidade suficiente, à educação com a escolaridade mínima e obrigatória até 6ª classe, assim como o direito à segurança, paz, justiça social**²⁰. Assim o tema **Urbanismo**, encontra-se fundamentado pela Constituição da República, especialmente no artigo nº 71º, em que designa **“todos os cidadãos têm direito à habitação condigna”**, atribuindo aos poderes públicos o seguinte: promover a criação das condições económicas, jurídicas institucionais e infraestruturais adequadas, inseridas no quadro de uma política de ordenamento do território e do urbanismo.

Cabo Verde, é um caso especial e de referência para os outros Países de África, pelo que deve optar no cumprimento do quadro dos indicadores de sustentabilidade urbana e pela opção do modelo de Pressão/Estado/Resposta (PER), que, segundo vários estudos, tem causado impactos positivos, possui fórmulas práticas para medir e monitorizar a qualidade ambiental. é o mais utilizado - PER (Input, Output, Outcome, Outreach – IOOO): Pressure-State-Response, no qual entende-se que:²¹.

- ❖ **O (P) é a Pressão sobre o ambiente** que traduz essencialmente na ocupação e exploração humana gerada por todos os setores económicos e sociais no meio território.

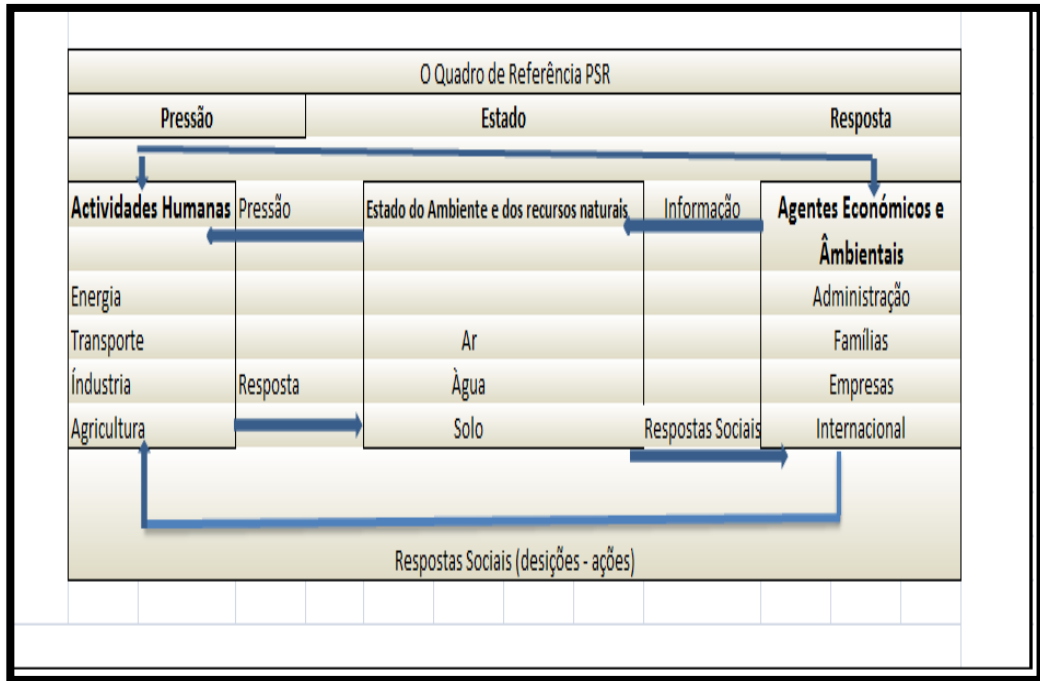
²⁰ Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio

²¹ Sistema Nacional de Indicadores de bases de dados sobre o ordenamento do território, DGOTDU, 2010.

- ❖ **O (S) como estado do ambiente:** o ambiente modifica-se em respostas às pressões exercidas pelas atividades antrópicas. São alterações complexas e difíceis de avaliar. As modificações são representadas em termos dos riscos naturais e da qualidade, disponibilidade dos recursos naturais e níveis de poluição. Essas alterações contêm a componente geográfica.
- ❖ **E o (R) Resposta/Ação,** correspondem à resposta da sociedade e dos organismos governamental com o dever de regular as diferentes fontes de poluição.

A inclusão da categoria Impacto (I) – provoca uma mudança no modelo, perguntando o que causa impacto? São as perturbações produzidas pelo **Estado** do meio ambiente, sobre diferentes objetos como: a qualidade de vida, saúde pública, a natureza, o ambiente construído e a economia urbana local. **O Impacto (I)** - o estado do ambiente se altera e ocorrem danos ambientais, existe um impacto sobre a população exposta. E esses se traduzem no aumento dos riscos sobre a saúde pública A densidade populacional como um indicador que mede as pressões do homem sobre o meio ambiente imprescindíveis e prioritárias haver leis e normas que definem o modo do uso, ocupação e transformação do solo. E para a materialização dos Indicadores Urbanos Globais, definidos no quadro nº8, sugere que seja aplicado o modelo PSR.

Figura 1: Modelo Pressão Estado Resposta



Fonte: Elaboração própria, adaptado aos dados do SIDS, DGOTDU, 2010.

Recentemente, Cabo Verde, assinou um acordo com a ONU, e tem como metas a alcançar até 2015, os oito objetivos para o desenvolvimento do Milénio (ODM) (ver a tabela nº 1).

Tabela 1: Os ODM, Proposto pela ONU, para Cabo Verde até 2015.

Oito Objetivos para o Desenvolvimento do Milénio até 2015	
Objetivos	Metas a atingir
1º Erradicar a pobreza extrema e a fome	Reduzir para metade a percentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia. Reduzir para metade a percentagem da população que sofre de fome.
2º Alcançar o ensino primário universal	Garantir que todos os rapazes e raparigas terminem o ciclo completo do ensino primário.
3º Promover a igualdade de género e a autonomização da mulher	Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, se possível até 2005, e em todos os níveis, até 2015.
4º Reduzir a mortalidade de crianças	Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.
5º Melhorar a saúde materna	Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna
6º Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças	Deter e começar a reduzir a propagação do VIH/SIDA, deter e começar a reduzir a incidência de malária e outras doenças graves.
7º Garantir a sustentabilidade ambiental	Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais. Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável. Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos 100 000 habitantes de bairros degradados, até 2020.
8º Criar uma parceria global para o desenvolvimento	Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso em relação a uma boa governação, ao desenvolvimento e à redução da pobreza, tanto a nível nacional como internacional. Tratar de uma maneira global os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a sua dívida sustentável a longo prazo. Em cooperação com os países em desenvolvimento, formular e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar acesso a medicamentos essenciais, a preços acessíveis, nos países em desenvolvimento. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação.

Fonte: acedidos em <http://www.un.cv/omd.php>, 09/02/2012.

Considero, que esses ODM, para Cabo Verde, constituem os indicadores que também ajudam na construção da qualidade no ambiente urbano, fundamentado na essência do sétimo objetivo de ODM “**Conceito de Sustentabilidade Ambiental**”. Considero como um indicador determinante que permite avaliar o ambiente, que através desta prevê um conjunto de ações concretas para a construção da qualidade urbana. A tabela nº 2, ilustra indicadores urbanos globais, proposta pela ONU Habitat.

Tabela 2 – Indicadores Urbanos Globais

Os Indicadores Urbanos Globais Proposta pela Agenda Habitat: 1996 e Versão 2004			
ABRIGO	Objectivo	Indicadores (Versão (1996)	Indicadores (Versão 2004)
	ABRIGO	Promover o direito à habitação condigna	Dereito a Habitação
Rácio preço de habitação e rendimento			Sobreocupação
			Preço de habitação e renda/rendimento
Garantir Segurança de Usufruto		Tipos de Usufruto	Direito a Habitação Condigna
		Despejos	Usufruto Seguro
Garantir a Igualdade de Acesso ao Crédito		Hipoteca e não Hipoteca	Habitação Autorizada
			Despejos
Garantir a Igualdade de Acesso ao Solo	Rácio preço do solo/rendimento	Finanças de Habitação	
Promover os Serviços Básicos	Acesso à água	Rácio preço do solo/rendimento	
	Ligações a Infraestruturas	Acesso a água segura	
		Acesso a infraestruturas de saneamento	
Desenvolvimento Social e Eradição da Pobreza	Promover a Igualdade de Oportunidades para uma vida segura e saudável	Mortalidade de Crianças < 5 anos	Mortalidade de Crianças < 5 anos
		Níveis de Criminalidade	Homicídios
		Violência Urbana	Violência Urbana
		Violência Urbana	Prevalência da VIH
	Promover a integração social e o apoio a grupos desfavorecidos	Famílias pobres	Famílias pobres
Promover a igualdade de géneros nos povoamentos humanos em desenvolvimento	Diferença entre homens e mulheres	Taxa de Literacia	
		Inclusão do género	
		Inscrição escolar	
GESTÃO AMBIENTAL	Promover estruturas de povoamento geográficamente equilibradas	Crescimento da população urbana	conselheiros femininos
			Crescimento da população urbana
	Reduzir a poluição urbana	Poluição do ar	Povoamentos planeados
			tratamento de águas residuais
			desposição de resíduos sólidos
	Gerir a Oferta e a procura de água de uma maneira efectiva	Preço de água	desposição de resíduos sólidos
			desposição de resíduos sólidos
	Prevenir desastres e reconstruir povoamentos	Instrumentos de prevenção e mitigação de desastre	Preço de água
			Tempo de viagem
	Promover sistemas de transportes efectivos e ambientalmente sólidos	Modo de Transporte	Consumo de água
Tempo de viagem			
Apoiar mecanismos para preparar e execuatr planos ambientais locais e iniciativas de Agenda Local 21	Planos ambientais locais	Instrumentos de prevenção e mitigação de desastre	
		Planos ambientais locais	

Fonte: Elaboração adaptado aos dados do SIDS, DGOTDU, 2010.

1.9. A Relação entre Qualidade Urbana, Proteção e Valorização do Ambiente

A relação entre a qualidade urbana com a proteção/valorização do ambiente é diretamente proporcional, ou seja, quanto maior proteção e valorização do ambiente melhor será a qualidade urbana e mais saudáveis os seus recursos nomeadamente: a água, o ar e o solo. A qualidade urbana pode ser entendida igualmente pela qualidade de vida.

Para muitos ambientalistas o fenómeno da urbanização é positivo e é visto como uma solução para a preservação da biodiversidade. Ao optar por viver nas cidades, o homem permitirá que a natureza se recomponha nas áreas rurais. A ideia parece boa, mas necessita de enormes investimentos financeiros em urbanização. A aglomeração humana em centros urbanos também é um grande desafio para as políticas públicas de combate aos efeitos do aquecimento global.

Segundo o relatório do Global Report On Human Settlements em 2009, acedida em www.unhabitat.org, este, afirma que cerca de 50% da população mundial vive em meio urbano, e a tendência do crescimento das áreas urbanas deve continuar até 2050 para os 80%, restando apenas 20% da população mundial morando em áreas rurais²². A maioria das novas megacidades do futuro encontra localizada nos países em vias do desenvolvimento (Ásia e África), o que serão necessários enormes investimentos em infraestrutura para torná-las habitáveis designadamente através da construção de estradas, escolas, habitações, hospitais, sistemas de transporte público e de redes de saneamento básico. O continente africano tem dois desafios: o de melhorar a vida dos moradores das barracas e casas clandestinas e evitar a formação de novos bairros e acima de tudo, será necessário um compromisso com o planeamento estratégico urbano para que as necessidades dos pobres sejam atingidas.

²² Relatório da Global Report On Human Settlements 2009 acedida em www.unhabitat.org, em 10/02/2012.

O relatório, pediu para governos Africanos que dificultassem acordos com países estrangeiros dispostos a comprar terras e água²³.

As obras que hoje fazemos nas cidades e as respostas que damos sobre os problemas momentâneos – serão vinculativos por muitos anos, mesmo quando os modos de pensar e viver – já tiverem mudado, prejudicando a vida das gerações futuras. A qualidade urbana tem uma relação intrínseca no âmbito da valorização/proteção do ambiente para o planeamento e vice-versa. **“A necessidade de conservar convenientemente as paisagens de pedra construídas nos longos tempos do passado, está confiado por agora, o equilíbrio entre memória individual e coletiva” (Benévolo, 1995, pág. 15/ 2º parte) ”.**

1.10. A Importância da Organização do Território para a Qualidade de Vida

É fundamental e insubstituível a organização do território (O Planeamento) para a qualidade de vida do homem. Tanto é, que qualquer que seja o planeamento, deve estar centralizado às necessidades do homem.

A organização do território distingue as funções e as atividades a serem desenvolvidas em parcelas territoriais delineadas. Facilita e contribui para o desenvolvimento social, económico, financeiro, cultural nas diferentes escalas urbanas, desde uma casa como fogo habitacional, bairro, cidade, região e ou país. **Existe uma consciência global, de que o território deve ser organizado e planeado quanto ao seu uso e modo de ocupação.** As sucessivas investigações científicas comprovam que todos os seres vivos adaptam e vivenciam dentro do seu habitat, por exemplo o homem só consegue viver na parte emersa da terra, os peixes na água, entre outros. No entanto, um país bem ordenado, respeita o território na sua escala tanto de tempo como o modo de vida.

²³ **Idem²², “Os governos devem prestar muita atenção aos sinais de advertência de 2008 e considerar seriamente os efeitos potenciais de escassez de alimentos e de água em áreas urbanas no futuro Quantidades expressivas de terra e água estão sendo compradas na África por governos e empresas estrangeiras de processamento de alimentos. Algumas até trazem trabalhadores agrícolas para a África. “Os governos devem negociar com mais firmeza para fechar contratos melhores que contribuam para a segurança alimentar e de água para África.**

II. AS CIDADES EM CABO VERDE E AS FIGURAS DE PLANEAMENTO MUNICIPAL

2.1. A Evolução Morfológica das Cidades em Cabo Verde

Cabo Verde, um pequeno país insular, composta por dez ilhas e oito ilhéus, semelhantes a graus de milho espalhado no oceano atlântico e muito confinante com o continente Africano. Pela história da descoberta e povoamento, trata de um País jovem, achado pelos Portugueses, em 1460-1462, povoado pelos escravos oriundos do continente Africano, Americano e Europeu, colonizado até 1974. Após a sua independência em 05 de Julho de 1975, viveu em regime de partido único entre 1975 a 1990.

E no 13 de Janeiro de 1991 à atualidade orienta-se sob a forma de regime democrático (multipartidarismo), com o registo dos dois maiores partidos: PAICV - Partido Africano para a Independência de Cabo Verde e o MPD-Movimento para a Democracia).

Antes da independência, o solo no arquipélago eram orientadas pelas leis coloniais, seguiam os regulamentos definidos pelo decreto nº43894 de 1961, através da portaria nº 24 229 de 1969, que fixa, define e regulamenta a ocupação e concessão dos terrenos das Províncias Ultramarinas. Ultrapassou o regime de partido único e através das opções políticas instaurou a descentralização no qual contribuiu para um rápido crescimento demográfico bem como a criação das cidades.

O surgimento das cidades cabo-verdianas é semelhante ao surgimento da maioria das cidades no mundo. Através do seu contexto histórico, surgiu pela reunião e concentração de pessoas junto do litoral e comercialização de escravos oriundos pelos continentes: africanos, americanos e euro.

Entre 1460, época da descoberta de Cabo Verde, a 1533 a Ribeira Grande de Santiago foi o primeiro local de residência e constituía o único ponto de referência para a concentração de pessoas.

Com o evoluir do tempo e devido às condições socioeconómicas, a Ribeira Grande, deixou a função de ser o ponto de referência para acolhimento das pessoas e transferiram os equipamentos para outra localidade chamado de Praia, atual capital do país.

Entre 1533 a 1838, com o crescimento demográfico, comercial, favoreceu a evolução para dois centros urbanos referência em Cabo Verde: O centro urbano da Praia na ilha de Santiago e o Mindelo na ilha de São Vicente. Através do resultado de múltiplos elementos, o centro urbano nos finais do século XIX, aumentaram de dois para seis: Porto Novo, Mindelo, Praia, Assomada, São Filipe e Ribeira Grande de Santiago²⁴.

Entre 1990 a 2010, atendendo às políticas dos sucessivos governos do arquipélago as cidades, cresceram de seis para vinte e quatro.²⁵ Pela análise da essência da lei nº 77/VII/2010, os desafios que se impõe no âmbito da gestão e planeamento urbanístico são enormes, uma vez que existem cidades em Cabo Verde sem terem pelo menos uma estrada com dimensões suficientes para incluir os passeios destinado aos transeuntes. As cidades nos países em vias de desenvolvimento, particularmente no continente africano, requer trabalhos, projetos e programas estratégicos incluindo linhas de ações diversificadas para colmatar as necessidades básicas dos cidadãos, nomeadamente: o acesso a água domiciliária em quantidades e qualidade, a recolha dos resíduos sólidos e líquidos, o acesso à energia elétrica com eficiência bem como a segurança do meio e a qualidade ambiental em geral.

As cidades em Cabo Verde, estão classificadas, segundo os dados do INE, pelo Pólo urbano principal e Pólo urbano secundário, de acordo com o tipo de atividade desenvolvida, a capacidade dos equipamentos, o número da população residente e entre outros indicadores.

²⁴ **Relatório de caracterização e diagnóstico do PDM da Praia, acessido em sites.google.com/site/praiapdm/, 03 de Fevereiro de 2012**

²⁵ **Lei nº 77/VII em 2010: elevação de vila à categoria de cidades em todas as sedes do concelho no arquipélago**

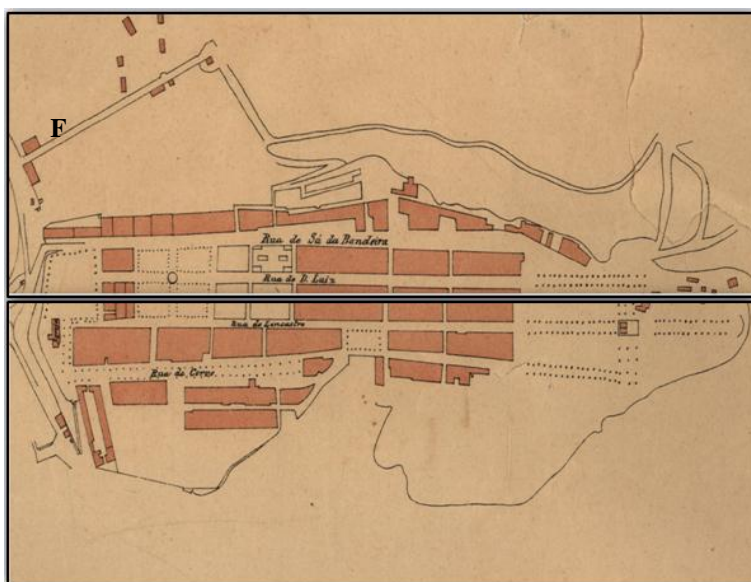
A cidade da Praia e o Mindelo, são classificados como o Pólo urbano principal, a cidade de Assomada e os outros centros no arquipélago são classificados de Pólo urbano secundário.

2.1.1.O Centro Urbano da Praia – Ilha de Santiago, Capital do País

Com o crescimento da Ribeira Grande de Santiago, em 1533, foi instituída a Diocese da Praia – Santiago de Cabo Verde, coincidindo ao período da decadência pelos ataques de Corsários e Piratas e por desmembramento da arquidiocese do Funchal, pelo Papa Clemente VII, abrangendo então todo o arquipélago de Cabo Verde e Guiné Bissau.

A partir de então, Praia, funcionou como a sede do país pelo desempenho dos principais serviços: o bispado, a administração, a educação, as atividades marítimas entre outros, isto, porque possui uma morfologia muito favorável (plana e vasta) o que permitiu a localização dos equipamentos e infraestruturas estruturantes (ver na figura 2 – “O Traçado Urbano da Cidade da Praia em 1822)”²⁶.

Figura 2: Traçado Urbano da Cidade da Praia em 1822



Fonte: [acesido em sites.google.com/site/praiapdm/](https://sites.google.com/site/praiapdm/), 06 de Fevereiro de 2012

²⁶ Relatório de caracterização e diagnóstico do PDM da Praia, [acesido em sites.google.com/site/praiapdm/](https://sites.google.com/site/praiapdm/), 06 de Fevereiro de 2012

Segundo o relatório do PDM da Praia, o desenho do traçado urbano, foi uma opção, que privilegiou a Praia e ficou, segundo os dados estatísticos, o primeiro Pólo de atratividade para a residência das pessoas e para a procura dos serviços, pelo que permitiu um rápido crescimento demográfico e das edificações. Iniciaram com os trabalhos de reconversão urbanística introduzida pelo Governador João da Mata Chapuzet (1822 a 1826), marcaram o alinhamento e calcetamento de ruas, abertura das vias, incentivo às populações para cobrirem as casas com telhas e o arranjo da primeira rua alinhada da Praia “Rua do Corvo.

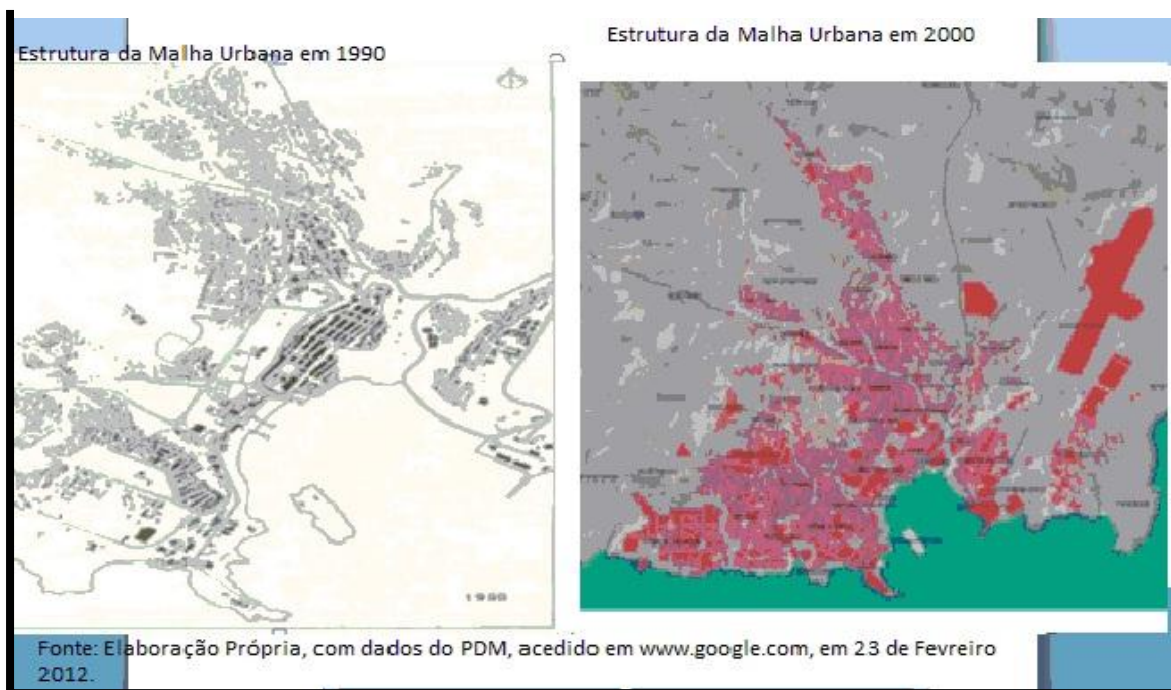
A cidade da Praia, é a mais populosa e representa um quarto da população de Cabo Verde, cerca de 140 mil habitantes e nela desenvolve as atividades secundárias e terciárias. Também, estão localizadas os equipamentos e infraestruturas estruturantes do país: O Porto da Praia, o aeroporto internacional, sede governamental e administrativas, universidades, hospitais entre outros. Em 2010 estimava uma densidade habitacional de 1.291 hab/km².²⁷

Uma densidade populacional duas vezes e meia superior que há duas décadas, representando um aumento de mais 100 mil habitantes em 40 anos. O valor é elevado e coloca a **cidade da Praia** entre as cidades mais densas a nível mundial²⁸ O crescimento demográfico exponencial e o registo de uma forte migração das pessoas do campo para as cidades permitiram rápida evolução da população do meio urbano em relação ao meio rural. Hoje, uma das imagens que caracteriza e tipifica visualmente a cidade da Praia, é o fenómeno das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), ou comumente chamadas de Cidade Informal e ainda zonas de construções/ocupações ilegais e/ou "espontâneas". Consequência da evasão do êxodo rural e imigração de pessoas de outras ilhas ultrapassa a lentidão e a ausência de resposta do poder público, traduzidos nas ocupações informais que caracterizam a Cidade da Praia. E é evidente o registo de permanentes assaltos e ondas de criminalidades, violências e revoltas sociais, com maior intensidade nos bairros urbanos de génese ilegal (AUGI) nomeadamente: Fontão, Bela Vista, Ribeira de Água Funda, Ribeira de Água Funda Jamaica, Várzea, Ponta Calabaceira, Vila Nova, Ponta D`gua, Safente. A figura 3; ilustra a evolução morfológica da cidade da Praia em 1990 e 2000.

²⁷ *Idem*, 26

²⁸ Censo 2010, acedida em www.ine.cv, 03 Fevereiro de 2012

Figura 3: Evolução Morfológica da Cidade da Praia 1990 e 2000



Fonte: acedido em sites.google.com/site/praiapdm/, 23 de Fevereiro de 2012

2.1.2.O Centro Urbano do Mindelo - Ilha de São Vicente:

O segundo Pólo urbano de maior relevância para o país é a Cidade do Mindelo em São Vicente onde concentra grande parte da população cerca de 81.224 habitantes²⁹.

Em tempos do domínio colonial, registaram várias tentativas sobre o povoamento da ilha de São Vicente. Mas o futuro só viria a ser traçado em 1838, perante o interesse de uma companhia inglesa que escolheu o porto natural de São Vicente para a instalação de um depósito de carvão de modo a servir de abastecimento aos navios a vapor em trânsito, que navegavam pelo Oceano Atlântico.

No entanto, foi criado o primeiro Plano de Urbanização do Mindelo, inspirado nos esquemas tradicionais das cidades europeias através da portaria régia de 30 de Junho de 1838.

²⁹ Censo 2010, INE.

Projetaram uma malha de forma retangular rígida que respeitava o traçado das vias e a localização dos diversos edifícios e serviços públicos³⁰. Até a década de 40 do séc. XX, a cidade foi sendo estruturada de forma regular, tendo a Baía do Porto Grande como elemento condicionador, baseada na malha inicial do seu centro.

Os ingleses mostraram-se os primeiros e principais interessados, explorando a mão-de-obra cabo-verdiana que muito condicionou o desenvolvimento económico e urbano do Mindelo. Contudo com o estabelecimento das companhias carvoeiras da década de cinquenta do séc. XIX despoletou um crescimento acelerado da povoação. As atividades do porto aumentaram as possibilidades de emprego atraindo os habitantes das ilhas vizinhas, provocando assim o aumento da população. Em 1850 já se tinham estabelecido em Mindelo cinco companhias de carvão, que depois fundiram-se numa única. A companhia Cory Brothers & Co, estabelecida em 1875, viria incrementar o povoamento da ilha atraindo e empregando pessoas das outras ilhas, em especial de Santo Antão e de São Nicolau.

A atividade do Porto viria alcançar o mais alto nível em 1889, ano em que se registou a entrada de 1.927 navios mercantis de longo curso. Depois dessa altura, o declínio da atividade tornou-se evidente. Num processo relativamente lento, o Porto Grande deixou de poder competir com os portos vizinhos de Las Palmas e Dakar³¹.

2.2. Figuras de Planeamento Municipal

Entre final do século XX e o início do século XXI, marca a inculturação no processo de planeamento urbanístico, imposta através de leis e regulamentos em Cabo Verde que por um lado “obrigou” a todos os municípios elaborar o PDM, num prazo estabelecido, caso contrário ficariam ausentes do direito de financiamento de qualquer projeto, e por outro definir as

³⁰ A portaria régia de 1838, ordenava a criação de uma nova capital. Três meses depois da sua assinatura, foi publicado o primeiro plano de urbanização do Mindelo, woc.uc.pt/darq/ em 06 Fevereiro de 2012

³¹ *Idem* do 30

figuras dos IGT no País, o âmbito e a competência das entidades responsáveis³². Uma iniciativa meritória e de extrema importância no desenvolvimento do País. A inculturação pelo processo do planeamento urbano, programas e projetos visando a introdução e recuperação dos espaços verdes de utilização pública, prevendo áreas para implantação do mesmo, deve constituir uma base prioridade para qualquer que seja o Estado.

Cabo Verde urge conceber o **Planeamento Urbano** na sua máxima prioridade. Sendo certo que, esta constitui políticas que promovem atividades socioculturais, de recreio, lazer e desporto com funções variadas: desde respiração e equilíbrio urbano, estruturação do território e ainda regula o crescimento populacional. O surgimento do “Planeamento Urbano” veio em geral, regular os problemas do saneamento básico contribuindo para melhores condições de segurança e desenvolvimento urbano centralizado às pessoas.

Se Cabo Verde continuar progressivamente com **políticas de planeamento e ordenamento do território**, apesar de só recentemente ter iniciado o processo com a elaboração dos planos urbanísticos para todo o território nacional, será muito bem louvado por todos, isto na certeza de ter apostado numa ferramenta que propõe ações para o bem comum.

A legislação vigente em matéria de Ordenamento do Território, nomeadamente, as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro com alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo nº 6/2010, de 21 de Junho) e o **RNOTPU, (Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico)**, segundo o **Decreto-lei nº 42/2010**, define as seguintes figuras de planeamento ou instrumento de gestão territorial (IGT):

1. **O Esquema Regional** do Ordenamento do Território (**EROT**) - é o instrumento de ordenamento e desenvolvimento territorial que, a nível regional, estabelece o quadro espacial das atuações com impacto na organização do território, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considera as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo

³² Decreto-lei nº 43 de 2010, aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbano (RNOTPU).

o quadro de referência para a elaboração dos planos urbanísticos, situando-se na charneira do sistema de gestão territorial cabo-verdiano.

2. **Plano Diretor Municipal (PDM)** um instrumento de nível hierárquico imediatamente inferior que deve absorver as orientações do EROT e definir as diretivas para a elaboração dos IGT de nível hierárquico inferior (Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e Plano Detalhado (PD)).

2.2.1.O PDM (Plano Diretor Municipal) de Santa Catarina – Santiago de Cabo Verde

O PDM - estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal, constituindo uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respectiva área de intervenção. Identifica os interesses públicos que se propõe proteger e dispõe, em especial, sobre: a delimitação das áreas urbanas e periurbanas, qualificação das áreas não urbanizáveis, o traçado esquemático da rede viária e das redes de infraestruturas urbanísticas, a localização dos principais equipamentos públicos, a delimitação das áreas a abranger por Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) e por Plano Detalhado (PD).

O PDM visa ainda: Definir a classificação do uso e destino do respectivo território, bem como o regime geral dos solos, proceder ao zonamento do território, prever as áreas de localização das atividades produtivas, das infraestruturas e dos equipamentos sociais, assegurar a adequada distribuição demográfica, garantir a coordenação das diferentes atividades e dos projetos de incidência local dos departamentos do Estado, fornecer informações necessárias à definição de políticas de âmbito regional ou nacional e servir de base à programação das atividades do Município.

O PDM é constituído pelos seguintes documentos fundamentais: o regulamento, a planta de ordenamento e a planta de condicionantes. Constituem elementos complementares do PDM os seguintes: relatório justificativo; e programa de execução. O período de vigência é de 12 anos, ao fim dos quais deve ser revisto³³.

Os dados do PDMSC, pela planta de ordenamento estão projetadas, para além de Assomada (ainda o único centro urbano) mais 7 unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG) nomeadamente: Achada Falcão, Pingo Chuva, Figueira da Naus, Ribeira da Barca, Ribeirão Manuel/Tomba Touro/Chã de Tanque, Rincão/Engenhos e Entre-Picos de Reda.

Íntegra ainda para os próximos **12 anos a projeção da criação de mais 4 centros urbanos**, com características e funções específicas que perspectiva o seu desenvolvendo em Pólo urbano: **O centro urbano para a localidade de Ribeira da Barca** – como um Pólo de cabotagem e de pesca, **o centro urbano na localidade de Rincão** – como um Pólo de pesca, **o centro urbano na localidade de Achada Falcão** – como um Pólo do conhecimento tendo conceito da criação de uma cidade universitária e **o centro urbano na localidade de Ribeirão Manuel/ Achada Leite** – como um Pólo turístico (turismo de montanha).

Prevê, a implementação de rede de esgotos, melhoramento das infraestruturas de água e de energia, de acordo com o financiamento do projeto “Água e Saneamento” para a cidade de Assomada, no valor de 10 milhões de euros, assim como a instalação da empresa de urbanização “ Habitar Assomada”. O concelho, no seu PDM, assume a estratégia de ser o centro de acolhimento intra-ilha, para a Região Norte de Santiago e inter-ilha, para o grupo das ilhas de Sotavento (Maio, Fogo e Brava), a desempenhar o cargo do centro de prestações de serviços e de escoamento dos produtos e de mercadorias, através da reativação do Porto na localidade de Ribeira da Barca, que segundo a história, desempenhava a referida função.

Nota-se se existe algumas incongruências entre a organização espacial do território de Santa Catarina pelos dados do PDM, com o modelo de organização territorial proposto pelo EROT-Santiago, por exemplo: o PDM de Santa Catarina define as áreas envolventes a ZDTI de Rincão como áreas de expansão urbana, mas o modelo territorial no EROT identifica essas áreas como sendo as de alto valor agro-silvo-pastoril; o PDM propõe a criação das

³³ RNOTPU (Decreto-lei nº 42/2010).

centralidades urbanas de Achada Falcão e Achada Lém, mas o EROT elegeu essas áreas como espaços de uso e potencial agrícola intensiva.

As figuras de planeamento, suportado nos IGT desempenham um papel preponderante no ordenamento e na gestão do território. O PDM, pela sua abrangência territorial e pelo seu corpo normativo sobre a regulação da ocupação, uso e transformação do território, assume um lugar cimeiro no seio do sistema de gestão territorial cabo-verdiano.

A tabela seguinte, ilustra o resumo dos instrumentos de gestão territorial (IGT) determinados, segundo o RNOTPU, decreto-lei número 43 de 2010.

Tabela 3: Figura dos IGT e as Entidades competentes em Cabo Verde

Entidades competentes	Instrumento de Gestão Territorial em Cabo Verde		
Administração Central (Governo)	DNOT (Directiva Nacional de Ordenamento do Território)		
	EROT (Esquema regional de Ordenamento do Território)		PS(Plano sectorial)
Administração Municipal (Autarquias)	PEOT(Plano Estratégico de Ordenamento do território	PDM (Plano Director Municipal)	PIMOT(Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território)
		PDU (Plano do desenvolvimento Urbano)	
			PD (Plano Detalhado)

Fonte: Diagrama adaptado ao Decreto Lei nº 43 de 2010 - RNOTPU

Fonte: Adaptado ao D-lei nº43 de 2010 do RNOTPU

No RPDMS, o capítulo IV- artigo 53º, classifica o uso do solo no concelho de Santa Catarina pelo solo urbano e rural e distribui-se através da qualificação nas seguintes categorias de classes de espaços, (ver a tabela número 9).

Tabela 4: Classificação e Quantificação de Classes de Espaços em Santa Catarina

Classificação e Qualificação do Solo (Artigo nº 53 RPDMS)C				
Solos	Classificação	categorias	Qualificação	
			Espaços Agrícolas	
			Espaços Florestais	
	Rural		Infra-estrutura destinados a equipamentos estruturante	
	Urbano			espaço urbanizado agrupado em 4 níveis hierárquicos em função da expressão demográfico, económico e cultural.
				Estrutura Ecológica Urbana
				espaços urbanizáveis
				espaços industriais
				espaços e aptidão turística
		espaços destinados a infraestruturas e equipamentos estruturantes		

Fonte: Adaptada, aos dados do RPDMS.

A Assomada, pelos dados do RPDMS, está classificada e qualificada, como espaço urbanizado de nível primário e hierarquicamente superior aos outros três níveis (aglomerado de nível 1), o regulamento descreve através do artigo nº 58º as condições gerais de edificação o seguinte:

As áreas abrangidas por alvará de loteamento em vigor, são aplicáveis as disposições nelas contidas e na realização de operações urbanísticas em áreas urbanas, até à existência de PDU's ou de PD's eficazes, **e respeitar-se à moda dos indicadores patentes** na envolvente mais próxima, designadamente no que respeita a utilização dominante dos edifícios, número de pisos, tipologia, índice de implantação, índice de construção e densidade habitacional.

Como condições específicas de edificação em áreas urbanizadas dos aglomerados de nível 1 (Assomada), o PDM, atribui para áreas urbanizáveis (expansão), a elaboração de um PDU e a PD's. E para as áreas consolidadas, na realização de operações urbanísticas não podem ser ultrapassados os seguintes valores máximos: **Densidade bruta: 50 fogos/ha, número de pisos acima da cota média do terreno: quatro (4 pisos) ou cerca de 15 metros; percentagem de utilização comercial: 20% da área bruta de construção.**

Os parâmetros propostos no PDM, carece de dimensionamentos das infraestruturas/estacionamento à realidade da função e exigência da cidade de Assomada. Por

exemplo para a estrada nacional o PDM, propõe que seja valores não inferiores a 8 metros. Esse valor é incongruente e desconexo à mobilidade exigida. Tem anotado a passagem de responsabilidade da determinação dos dimensionamentos dos parâmetros urbanos em função do tipo de ocupação e aos estudos especializados. Por exemplo para a rede rodoviária, incluindo a implantação e dimensionamento das vias incumbiu um estudo nas áreas de engenharia de tráfego. Suscita interrogação para quando o estudo e a brevidade que o assunto tomar, para travar o desregulamento e desnivelamento das ruas, passeios, estradas apertadas muito insuficientes para tráfegos de pessoas e extrema carência de espaços para estacionamento?

É notório o impacte da organização territorial (planeamento – elaboração dos planos) para a qualidade urbana e vida, mas, mais do que a elaboração dos vários IGT (alguns já aprovados), é preciso adotar uma cultura de planeamento e dar continuidade ao plano-processo. Certamente, nada servirá um plano elaborado, se não complementado pelas fases seguintes (execução, monitorização, avaliação da monitorização e a revisão, quando necessária). Deverá apresentar ainda ao longo do processo de implementação do plano conjuntos de ações prioritárias para dinamizar o sucesso ou precaver o insucesso. Essas práticas no território poderão ser seletivo e parcial, consoante a demanda e a procura no mercado. Na fase de implementação é crucial ter: um programa de execução; um plano de financiamento e uma metodologia para a monitorização.

A implementação e monitorização permitem a reavaliação constante dos resultados alcançados face aos objetivos e ações previstas no plano, possibilitando, se necessário, a mudança de rumo em tempo útil e tornar o planeamento mais adaptativo a partir dos ajustamentos. O RNOTPU estipula um prazo de dois em dois anos a elaboração do relatório de seguimento e avaliação do impacte da implementação do PDM. Para que aconteça, será necessário a criação de um observatório, autónomo e independente formada por uma equipa multidisciplinar.

É fundamental, identificar os planos e programas que, a curto e médio prazo, tenham impacte no desenvolvimento local (económico, social e ambiental) e assumi-los como imperativos da transformação territorial. Para tal, todos (administração central, poder público local, os parceiros privados e a sociedade civil) devem assumir esta cultura de planeamento e participar na organização e transformação sustentável do territorial. E para garantir a

qualidade de vida, tudo deverá começar em casa, no nosso dia-a-dia, na rua, no bairro, nas aldeias, nas vilas e cidades interiorizando o planeamento territorial, e o respeito das leis e do homem no geral.

2.3. O Papel da Rede Ecológica Municipal

A Rede Ecológica Municipal, constitui um instrumento de planeamento municipal cujo objetivo fundamental é estabelecer a continuidade e complementaridade dos sistemas naturais e culturais, a sustentabilidade ecológica e física do meio, a biodiversidade e a valorização e dinamização do património arquitetónico e paisagístico. Tem um papel importante na estruturação e organização do território.

Enquanto fator estruturante da qualificação territorial avaliando as potencialidades e as condicionantes do sistema de drenagem e circulação da água e ar; a rede ecológica visa garantir a sustentabilidade do território municipal. Nela integra a rede hídrica, compreendida pelo conjunto das linhas de água e das zonas inundáveis, a rede de acessibilidades, compreendida pelas infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e aeroportuárias, assim como espaços de valor patrimonial nomeadamente: jardins, quintas de recreio, tapadas, miradouros,azinhas etc. São processos considerados fundamentais à garantia da sustentabilidade ambiental do território concelhio³⁴.

O RPDMS, classifica o à estrutura ecológica urbana, integrando os seguintes espaços “A Estrutura Ecológica Urbana”: espaços naturais, os leitos dos cursos de água situados no interior do perímetro urbano e ainda os troços que constituem como limites dos referidos perímetros e das áreas públicas ou privadas. Como tal, estes vieram a ser estabelecidas em plano de urbanização ou de pormenor.

Aponta como elementos complementares da **Estrutura Ecológica Urbana** as áreas verdes de utilização pública, os maciços arborizados e os alinhamentos arbóreos relevantes situados no interior dos perímetros urbanos, sem prejuízo dos condicionamentos legais a que possam estar sujeitas. São de funções estritamente necessárias ou convenientes aos fins a que as mesmas estão afetas. **O Artigo 68º – Regime de uso e ocupação das EEU** as áreas de

³⁴ RPDMS, relatório de caracterização e diagnóstico

verde ecológico urbano, **permite atividades socioculturais, de recreio, desporto e lazer, compatíveis com a sua natureza e condicionantes legais aplicáveis.**

Os projetos para equipamentos e serviços necessários ao desenvolvimento de atividades em áreas de verde ecológico urbano, devem ter em conta as condições topográficas, morfológicas e ambientais que caracterizam a envolvente, e respeitar uma área bruta de construção máxima de 150 m², sem prejuízo da legislação em vigor.

Nas áreas de Verde Ecológico Urbano onde já existam edificações habitacionais, estas poderão ser recuperadas, ampliadas ou remodeladas, de acordo com os mecanismos legais aplicáveis, desde que a área bruta de construção resultante não exceda 250 m² para habitação e 50 m² para edifícios de apoio, sem prejuízo da legislação em vigor³⁵.

Nas áreas de **Verde Ecológico Urbano (EEU)** é interdita, designadamente: a instalação de unidades industriais, instalação de unidades de indústria extrativa, instalação de atividades agropecuária, instalação de estufas e abrigos, instalação de depósitos de sucatas, de resíduos sólidos e de produtos explosivos, realização de operações de loteamento ou de qualquer edificação para uso habitacional, instalação de estruturas precárias destinadas ao comércio³⁶.

³⁵ RPDMS, relatório de caracterização e diagnóstico

³⁶ Idem de 34

III. O CONCELHO DE SANTA CATARINA E A CIDADE DE ASSOMADA – SANTIAGO DE CABO VERDE

3.1. Caraterização

3.1.1. Histórica

Santa Catarina, interior da ilha de Santiago, é conhecida como o terceiro maior concelho do País, que pela história do povoamento, também tem registado assentamento populacional durante o período evolutivo de colonização. O seu povoamento corresponde às terras férteis do interior, por parte dos grandes proprietários, cansados de fugir aos ataques piratas de que era alvo a Cidade da Ribeira Grande (**atual Cidade Velha Património Mundial da Humanidade**).

O crescimento rápido da população de Assomada, está ligado à iniciativa tomada pelo prefeito, em 1833, que contribuiu para o conhecimento das potencialidades dos recursos naturais existentes no interior da ilha de Santiago. Administrativamente, tinham ordenado a ilha em dois grandes concelhos e dividiram ao meio: **O concelho de Santa Catarina na Região Norte de Santiago o concelho da Praia na Região Sul da ilha de Santiago.**

No concelho da Praia, pertenciam as seguintes freguesias: Nossa Senhora da Graça, Santíssimo Nome de Jesus, São Nicolau Tolentino, Nossa Senhora da Luz, Santiago Maior e S. Lourenço dos Órgãos. Tinham como sede a Praia, atual capital do país. E no concelho de Santa Catarina englobava as seguintes freguesias: Santa Catarina, S. João Baptista, S. Salvador do Mundo, S. Miguel e Santo Amaro Abade. “O concelho passou durante um longo período (de 1834 a 1912), na mudança de sede administrativos, até que, pela portaria N.º 146

de 4 de Maio de **1912**, **Assomada adquiriu definitivamente a posse da sede do Concelho de Santa Catarina**³⁷.

Embora carece de documentos que permitem fazer uma análise das motivações que estiveram na base das sucessivas mudanças da sede do concelho, denota-se que a transferência para o interior se relaciona com problemas ligados à insegurança e à consequente decadência de Ribeira Grande. E, segundo, Gâmbôa, as sucessivas mudanças da localização da sede no concelho de Santa Catarina, poderá ser o interesse de caráter hegemônico em virtude da importância da agricultura e o papel que os grandes proprietários desempenhavam no seio da sociedade.³⁸ São várias localidades que desempenharam a função da sede no concelho, nomeadamente: Ribeira da Barca em 1845; Casa grande nos Picos, em 1845 e entre 1851 a 1857; Flamengos entre 1846 e 1849; Achada Falcão (em Cabeça Carreira) – 1859; e “Mangue” no Tarrafal, em 1869.

Na época, eram de opinião que a sede da ilha devia ser instalada em Achada Falcão - concelho de Santa Catarina, por ser a mais extensa, com uma morfologia plana e vasta, muito fértil e produtiva, a mais populosa e cujo rendimento era tanto como das restantes juntas, que inclusivamente foram expropriados terrenos para a construção de paços do concelho.³⁹

3.1.2. Localização e População

O Arquipélago fica situado na Costa Ocidental da África, a cerca de 300 km do Senegal e da Guiné – Bissau. Faz fronteira com 3 grandes continentes: Africano, Americano e Europeu. Têm uma localização estratégica, servindo de rotas comerciais entre os 3 continentes.

³⁷ Vieira, Santa Rita, *A Vila de Assomada- Concelho de Santa Catarina*, Editada Pela Associação dos Amigos de Assomada em 1993, pág. (5-29)

³⁸ *Caracterização da Organização Territorial do Concelho, Citado Por Mário Silva Gâmbôa na sua tese de Pós Graduação em Geografia, intitulado: Impactos Decorrentes da Expansão na Cidade de Assomada, Município de Santa Catarina – Cabo Verde, pág.326.*

³⁹ Vieira Santa Rita, *A Vila de Assomada- Concelho de Santa Catarina*, Editada Pela Associação dos Amigos de Assomada em 1993, pág. (5-29).

A ilha de Santiago pertence ao grupo das ilhas de sotavento, a maior do arquipélago, com 991 km², está compreendido entre os paralelos de 14° 50' e 15° 20' Norte e os meridianos de 23° 20' e 23° 50' Oeste de Greenwich.

O concelho de Santa Catarina, maior da ilha de Santiago em termos da área territorial, tem uma superfície aproximada de 214 km², o que representa 22% da superfície da ilha e 5% do território nacional.

Atualmente o concelho de Santa Catarina é constituído apenas pela freguesia de Santa Catarina e constituída por 51 zonas, incluindo a Cidade de Assomada.

Tabela 5: Relação Nominal das Localidades do Concelho de Santa Catarina

1)	Achada Galego	27)	Gil Bispo
2)	Achada Gomes	28)	Japluma
3)	Achada Lazão	29)	João Bernardo
4)	Achada Leite	30)	João Dias
5)	Achada Lém	31)	Junco
6)	Achada Ponta	32)	Librão
7)	Achada Tossa	33)	Lugar Velho
8)	Águas Podres	34)	Mancholy
9)	Arribada	35)	Mato Baixo
10)	Banana Semedo	36)	Mato Gege
11)	Boa Entrada	37)	Mato Sancho
12)	Boa Entradinha	38)	Palha Carga
13)	Bombardeiro (Engenhos)	39)	Pau Verde
14)	Chã de Lagoa	40)	Pedra Barro
15)	Chã de Tanque	41)	Pingo Chuva
16)	Charco	42)	Pinha dos Engenhos
17)	Cidade de Assomada	43)	Ribeira Acima
18)	Cruz Grande	44)	Ribeira da Barca
19)	Entre Picos	45)	Ribeirão Isabel
20)	Entre Picos de Reda	46)	Ribeirão Manuel
21)	Figueira das Naus	47)	Rincão
22)	Fonte Lima	48)	Saltos Acima
23)	Fonteana	49)	Sedeguma
24)	Fundura	50)	Serra Malagueta
25)	Furna	51)	Tomba Touro
26)	Ganchemba		

Zonas do Concelho de Santa Catarina, de acordo com o Código Geográfico Nacional Editado pelo INE.
Fonte: Adaptado ao PDMSC, Relatório de Caracterização

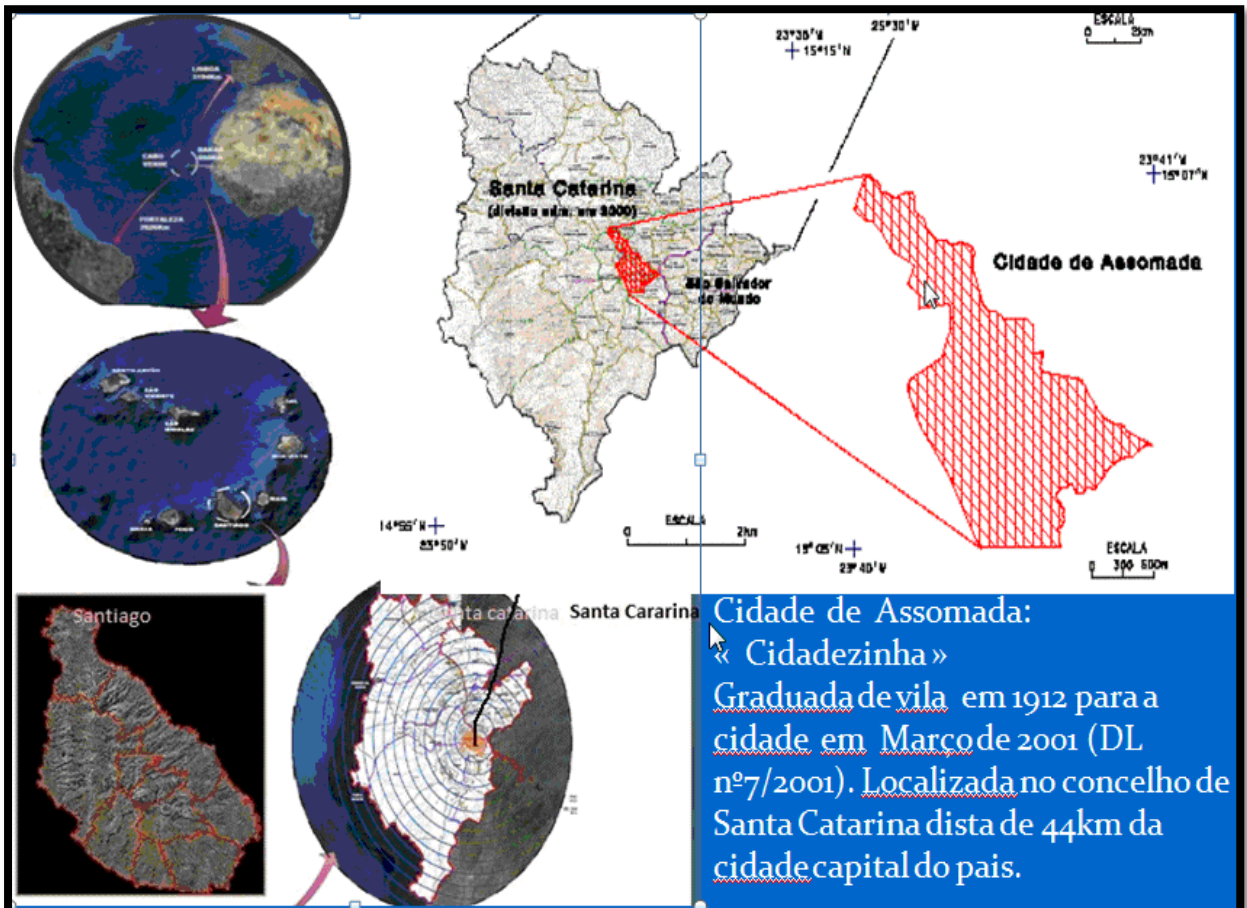
Fonte: PDMSC, Relatório de Caracterização, 201

Localização

O Concelho de Santa Catarina localiza na parte central da ilha de Santiago, sensivelmente no centro da Ilha do lado Oeste, fazendo fronteiras com vários outros concelhos: Oeste com o mar, a Norte com o concelho do Tarrafal, a Nordeste com o concelho

de São Miguel, a este com o concelho de São Salvador do Mundo e a Sul com o concelho da Ribeira Grande de Santiago.

Figura 4: Localização Geográfica do Concelho de Santa Catarina



Fonte: Adaptado ao PDMSC, 2011.

População

Em termos da população Santa Catarina, é o segundo maior da ilha de Santiago e o terceiro a nível nacional, seguida da Praia e São Vicente. Tem uma população aproximada de 50 mil habitantes⁴⁰.

Em Cabo Verde, temos, uma taxa anual de crescimento populacional no valor de 0.6%, segundo os dados do INE, e a população nacional é muito jovem com uma taxa que varia entre os 40% a 60%.

A tabela n° 6 ilustra a evolução da população residente no concelho entre 1940 a 2020.

Tabela 6: Evolução da população de Santa Catarina de 1940 a 2020

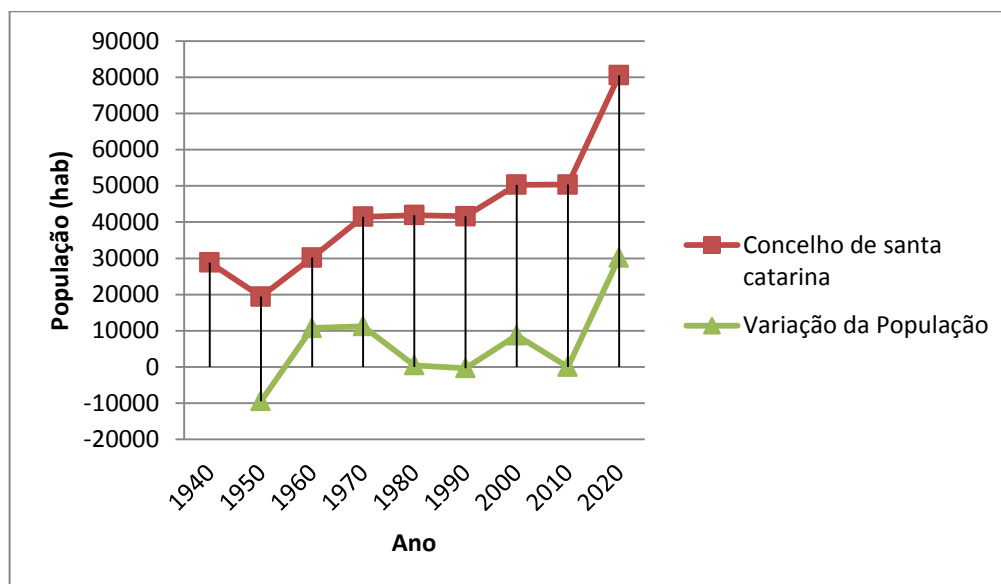
Evolução da População em Santa Catarina de 1940 a 2020									
Anos	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Concelho de Santa Catarina	26848	19428	30207	31462	40912	41584	45304	50332	80522

Fonte: Adaptado aos dados PDMSC, Dezembro 2011.

Os dados ainda, dizem, que em Santa Catarina a população é extremamente jovem, acima da média nacional, ou seja em cada 100 idosos, 68 são jovens. E do total da população ativa, 47% tem menos que 15 anos e 40% tem menos que 40 anos. Segue a figura n° 5, que mostra a evolução da população entre 1940 a 2020, incluindo a taxa de variação da população.

⁴⁰ PDMSC, relatório de caracterização e diagnóstico, Dezembro de 2011.

Figura 5 Evolução da População do Concelho entre 1940 a 2020



Fonte: Adaptado aos dados PDMSC, Dezembro 2011.

Entre 1940 a 1950 regista-se um período crescimento negativo associados a períodos de secas cíclicas, assim como um período de quase estagnação entre 1980 a 1990. Em duas décadas alternadas (1960 a 1970 e 1990 a 2000), regista uma explosão demográfica com um crescimento bastante acelerado, sobretudo nos anos de 1990 a 2000. As tendências até 2020 mantêm-se embora a um ritmo mais reduzido.

3.1.3. Económica

Em Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno exclusivamente rural, mas é nesse meio que tem uma maior incidência tendo atingido níveis alarmantes nas ilhas predominantemente rurais (Santo Antão, Santiago).

Apesar de se registar uma tendência exponencial para a residência em meio urbano, os habitantes de Santa Catarina vivem na maioria em meio rural. É o único concelho que, sob o ponto de vista geomorfológico, desponta entre as maiores cordilheiras e picos da Ilha de

Santiago – Serra Malagueta e Pico da Antónia e prolonga-se ao longo dos extensos planaltos e vales profundos.

A economia de Cabo Verde tem vindo a melhorar nos últimos anos, resultado de uma conjuntura externa favorável, de políticas económicas adequadas da entrada na Organização Mundial do Comercio (OMC), parceria Estratégica com a União Europeia (UE), bem como, a graduação para País de Rendimento Médio.

A atividade económica principal é a agricultura de sequeiro, a criação de gado, a avicultura, a pesca e o comércio retalhista. No contexto nacional, Santa Catarina continua a merecer a preferência pela excelência dos seus efetivos bovinos e caprinos que lhe concedem.

O sector industrial é caracterizado por um fraco nível de desenvolvimento e tem destacado em pequenas e médias empresas agro-alimentares e na produção de blocos.

A construção civil é o subsector com a maior representatividade na estrutura empresarial. Atualmente, a construção é um dos sectores mais dinâmicos em Cabo Verde com um peso, de 9% do PIB em 2009, 11% em 2008 e 9.8% em 2007 representando cerca de 100 milhões de euros (11 milhões de contos cabo-verdianos).

O PIB – O PIB do corrente ano é de 6,1% e a taxa de inflação ronda os 3 a 4%. O Governo prevê como meta de crescimento do PIB para os próximos 5 anos entre 7 a 10% a nível nacional e a redução do desemprego para 10%. O PIB per capita é de 3.700\$00.

Segundos os dados do INE, está definido duas linhas de pobreza:

- ❖ O limiar da pobreza que corresponde a 42.673 CVE per capita anual (aproximadamente 387 Euros/Ano)
- ❖ E o limiar da extrema pobreza equivalendo a 28.448 CVE per capita anual (aproximadamente 261 Euros/Ano).

O comércio processa-se em estabelecimentos situados nas ruas em dias de feira, prevalecendo o comércio a retalho de produtos alimentares e bebidas, bem como pequenas e médias lojas comerciais que se localizam na sua maioria na cidade de Assomada.

3.1.4.Social

Em Cabo Verde, a pobreza não é um fenómeno exclusivamente rural, mas é nesse meio que tem uma maior incidência tendo atingido níveis alarmantes nas ilhas predominantemente rurais (Santo Antão, Santiago).

Como tal, os dados do INE, afirma, que em Santa Catarina, dos 50 mil habitantes, 16 mil são pobres e 4 mil vivem abaixo do limiar da pobreza, em condições precárias de segurança habitacional, saneamento básico, eletrificação, abastecimento de água e habitação social.

Santa Catarina é um concelho com elevado nível de desemprego, especialmente entre os jovens. Pelos dados, cerca de 16 mil pessoas são pobres e mais de 3200 famílias estão em situação de défice habitacional básico, mas também, milhares de famílias que vivem em habitações com aspeto exterior aceitável, no seu interior, correm o risco da insegurança habitacional⁴¹.

Vive-se neste concelho uma verdadeira crise de água. Apenas 51% das famílias têm ligação domiciliária e a disponibilidade de água potável para consumo doméstico e para indústria é fraca com custo muito elevado. Segundo Tavares, em Santa Catarina, cada habitante consome em média 10 litros de água potável por dia, ou seja, apenas 1/5 do mínimo recomendado pela FAO/OMS que é de 50 litros por pessoa por dia⁴².

O abastecimento de água, constituiu o principal problema para o concelho, 39% da população é abastecida através de chafarizes, 25% pela água das nascentes 15%, pela água canalizada da rede pública e outros são servidos por autotanques, cisternas, poços e levadas. A comparação dos censos de 1990, 2000 e 2010, permitiu concluir que os povoados diminuíram nas localidades onde há escassez de água.

⁴¹ Eng.º Francisco Fernandes Tavares, O Programa Eleitoral Para Autarquias 2008

⁴² Francisco Fernandes Tavares, O Programa Eleitoral 2008

O acesso ao sistema de evacuação dos resíduos líquidos, fazem – se através da fossa séptica ou pela retrete. Em Santa Catarina, 44% a 50%, da população é que possuem fossa séptica ou retrete. Dos restantes não dispõem dos meios de evacuação. Dessas percentagens, segundo dados do QUIBB.CV, apenas 16% é que utiliza esse meio para evacuação, pelo que a maioria usa ao redor da casa. Indicia uma necessidade urgente na criação de um programa de sensibilização das populações para o uso correto do equipamento.

A recolha dos resíduos sólidos é assegurada no meio urbano pelos contentores, e no meio rural é deixado ao redor da casa.

Não existe um aterro sanitário, pelo que os lixos recolhidos são depositados a céu aberto em zonas não residenciais e depois é enterrado ou queimado, sendo a última com maior frequência.

No domínio energia elétrica, a taxa de cobertura da rede está acima dos 75%. E o acesso à energia elétrica, não ultrapassa os 45%, isto pelas condições do próprio sistema de fornecimento. De forma geral, o acesso à energia elétrica, é ainda muito precário com a maior taxa de interrupção e cortes no fornecimento, devido a fraca potência com que chega a casa das pessoas e pela própria gestão.

Consequentemente regista também interrupções constantes no fornecimento de água uma vez que a bombagem de água para reservatório/ distribuição dependem da energia elétrica, sem avultados prejuízos para as casas comerciais e não só, tendo como consequência o afastamento de investidores para o concelho.

Apesar de se registar uma tendência exponencial para a residência em meio urbano, os habitantes de Santa Catarina vivem na maioria em meio rural. É o único concelho que, sob o ponto de vista geomorfológico, desponta entre as maiores cordilheiras e picos da Ilha de Santiago – Serra Malagueta e Pico da Antónia e prolonga-se ao longo dos extensos planaltos e vales profundos.

3.2. Estrutura Funcional do Concelho de Santa Catarina

No concelho de Santa Catarina, em geral a taxa de cobertura dos equipamentos coletivos é pouco significativa para quase todas as categorias. Em termos quantitativos as carências são mais sentidas e consideradas muito significativas são a nível dos equipamentos do pré-escolar (infância), saúde, segurança, cultura, recreio e lazer tanto na forma arquitetónica, no mobiliário, como na eficiência das prestações de serviços⁴³.

A taxa de cobertura do pré-escolar, com estabelecimentos do nível é ainda bastante insatisfatória, existem lugares que sequer possuem jardim-de-infância. Das 50 localidades, existem estabelecimentos pré-escolares nas seguintes localidades: Achada Galego, Achada Gomes, Achada Lém, Cabeça Carreira, Chã de Tanque, Figueira das Naus, Fonte Lima, Fundura, João Dias, Mato Baixo, Nhagar, Pingo Chuva, Ribeira da barca, Telhal e Travessa Baixo. Importa referir que os existentes carecem de uma monitorização contínua para restauração e adaptação às mudanças e evolução no desenvolvimento.

No que concerne à qualidade do serviço prestado, de forma mais ou menos intensa, as carências são generalizadas em todo o território. Existe um leque diversificado de equipamentos e também é diversificada a caracterização de cada uma das diversas categorias de equipamentos. Será detalhado nos itens seguintes:

❖ Ensino Básico Integrado (EBI)

Relativamente ao nível do ensino básico, a taxa de cobertura do território com equipamento de ensino é satisfatória. A maior parte das localidades do Concelho de Santa Catarina, possuem um estabelecimento do EBI, embora, persistem ainda situações difíceis em consequência particularmente da orografia do concelho e do crescimento populacional pelo que a cobertura total do a nível do EBI será extremamente difícil e custosa.

❖ Saúde

O Concelho de Santa Catarina está inserido na Região Sanitária Santiago Norte (RSSN) da Ilha de Santiago, cujo Plano de Desenvolvimento já está a ser implementado desde

43 PDMSC, relatório de caraterização e diagnóstico, acedido em www.google.com, em Outubro de 2011.

2004 e que prevê criar um sistema integrado e viável de serviços de saúde mutuamente complementar.

De acordo com o PDMSC, a rede de equipamentos de saúde no concelho revela uma cobertura geográfica relativamente satisfatória, especialmente em equipamentos de cuidados primários de saúde. Entretanto, o problema maior se põe em matéria da qualidade dos serviços prestados, onde os rácios estão aquém dos níveis desejáveis (ver a tabela nº 7 a 10).

Tabela 7: Estruturas Sanitárias Existentes no Concelho

Estruturas Sanitárias no Concelho Santa Catarina	
Estruturas	Sta. Catarina
Hospital Central	0
Hospital Regional	1
Centro de Saúde	2
Centro de Saúde Reprodutiva	1
Centro Terapia Ocupacional	0
Posto Sanitário	4
Unidade sanitária de Base	9
Sede Própria da Delegacia	0

Fonte: Adaptado aos dados do PDMSC, 2011

Tabela 8: Índice de Insuficiência na Prestação de Serviço de Saúde

Índice de Insuficiência nos Serviços de Saúde no Concelho	
Falta de Higiene	3,30%
Muito Tempo de Espera	28,30%
Falta de Pessoal Qualificado	3,30%
Muito Carro	27,80%
Falta de Medicamento	29,90%
Tratamento sem Êxito	18,90%

Fonte: Adaptado aos dados do INE QUIBB, 2007

Tabela 9: Estabelecimento Farmacêuticos no Concelho

Estabelecimento farmacêutico	Números
Postos de vendas	2
Farmácias Públicas	1
Farmácias	2

Privadas	
----------	--

Fonte: Adaptado aos dados do PDMSC, 2011

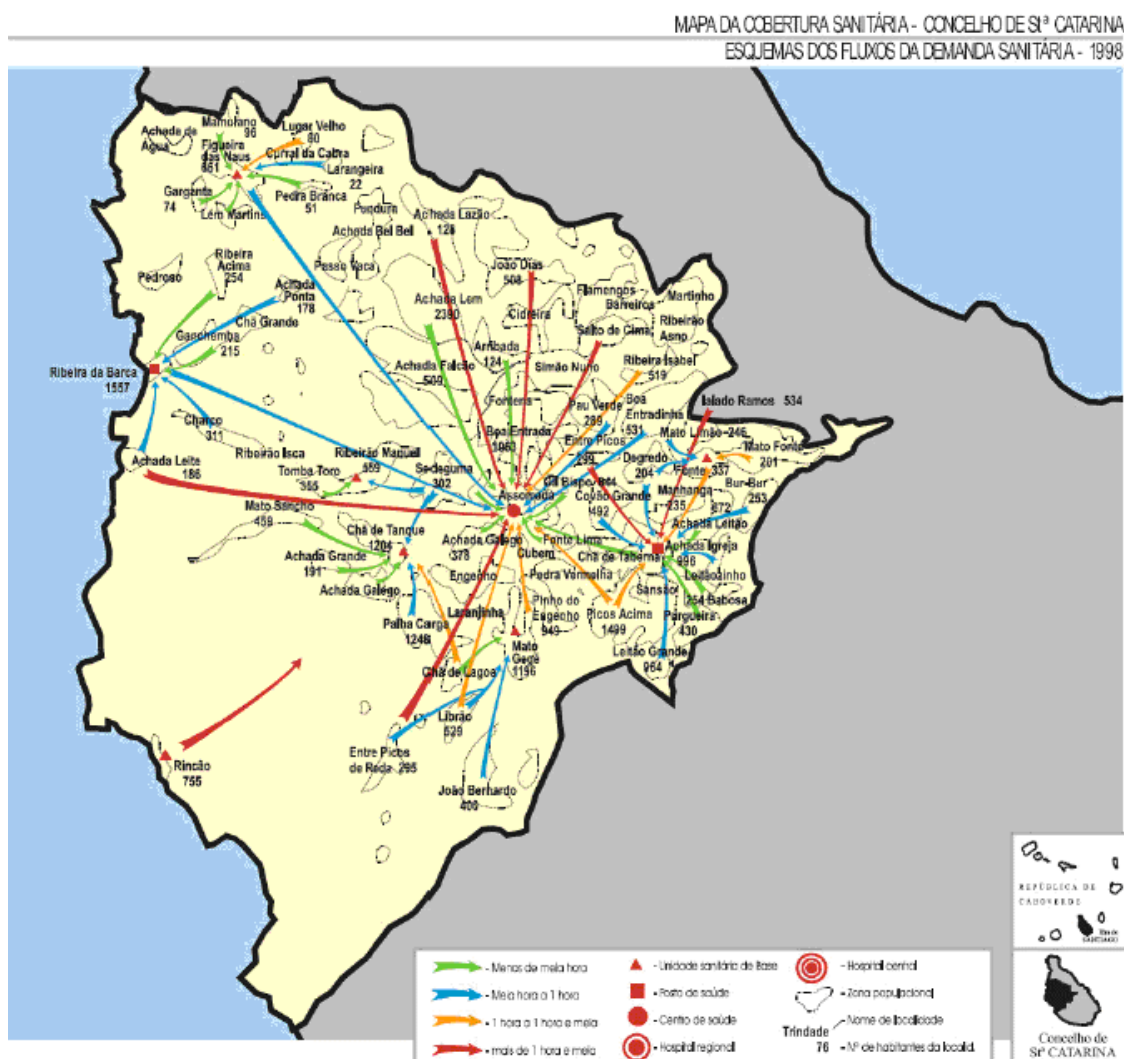
Tabela 10: Estabelecimento de saúde Privados no Concelho

Estabelecimento de Saúdes Privados no Concelho	
Consultório Médico	3
Odonto/Esto/Cirurg/Dent	2
Lab./Análises Clínicas	1
Centros Fisioterapia	0
Posto de Enfermagem	0

Fonte: Adaptado aos dados do PDMSC, 2011

O nível de satisfação dos serviços de saúde em Santa Catarina, segundo apurou o QUIBBVCV em 2007, são de cerca de 78,2%. Considerado satisfatório, no entanto as insuficiências dos serviços de saúde podem ser deduzidas pelos índices percentuais aos fatores determinantes da situação:

Figura 6: Esquema dos Fluxos da Demanda Sanitária no Concelho de Santa Catarina



Fonte: Adaptado ao PDMSC, 2011.

A figura nº 6, ilustra, a cidade de Assomada, como único centro de saúde existente no concelho, com uma forte demanda pelos serviços de saúde cerca de 60% da população de Santa Catarina. Importa salientar que o horário do funcionamento é limitado, encerra às 22 horas.

Pelo que necessita urgentemente de uma decisão política para reverter o funcionamento do centro de saúde de Assomada e pô-lo a funcionar num período de 24 horas. Segundo entrevistas feitas, 90% dos inquiridos apelam pelo funcionamento ilimitado do centro considerando as necessidades dos utentes e a distância da população do principal centro urbano (cerca de 17 mil pessoas), que se deslocam até Hospital de Cruz Grande atravessando várias dificuldades desde dos meios financeiros como físicos nomeadamente: a

inexistência dos transportes coletivos com horários e estacionamentos fixos para servir aos utentes em caso de urgências e inexistência de uma via rápida para o escoamento.

Segundo os dados do QUIBBCV (Questionários Unificados dos Indicadores Básicos de Bem estar social, realizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), aponta, que 28% da população do concelho de Santa Catarina protestam o custo muito elevado nos serviços de saúde e 29,9% dizem que o tempo de espera também é elevada e 30% queixam pela falta de medicamentos (ver a tabela nºs 1,2,3,4,e 5).

❖ **Desporto:**

Em matéria de equipamentos desportivos, embora com tendência para crescer, a rede existente é ainda insatisfatória, tanto pela quantidade em relação à distribuição geográfica, como pela qualidade das infraestruturas.

3.3. A Cidade de Assomada – Delimitação do Objeto de Estudo

A Cidade de Assomada, é considerada como centro urbano secundário de Cabo Verde marcada tipicamente pela sua ruralidade (mistura das atividades rurais e urbano). Encontra-se localizada no interior da ilha de Santiago – Cabo Verde no Concelho de Santa Catarina.

Em geral, a população e a sua área territorial, pode ser classificada apenas por um só bairro. A dimensão territorial é relativamente pequena, aproximadamente 600 hectares e uma população residente de 18000 habitantes.

Tem uma distância de 44 km da Cidade Capital do País (Praia), demora uma hora de viagem de automóvel, o único e exclusivo meio de transporte terrestre existente para fazer a ligação entre as duas cidades. E geograficamente, Assomada, situa entre as latitudes 15° 01' e 15° e 12' Norte, os paralelos 17° 12' 15'' e 14° 48' 00'' de latitude Norte e os meridianos 22° 39'

20' e 25° 20'00'' de Longitude W.com uma altitude média dos 500 metros acima do nível médio do mar.

Atualmente o espaço territorial na cidade de Assomada está praticamente todo edificado, quase a 100% sem reserva de terrenos. A maioria dos edifícios não possuem um sistema de drenagem de águas fluviais (100% dos edifícios), não existindo sistemas de drenagem das águas, arruamentos, rede viária bem como o acesso diário, regular e permanente às águas domiciliárias, energia elétrica, recolha e tratamento de lixo.

Assomada, está condicionada pela falta de espaços livres, acessibilidade, falta de equipamentos coletivos. Observa-se as desigualdades sociais e as suas características morfológicas não estão adaptadas às características sociais, questões que suscitam estudos análise e propostas de soluções técnicas.

Assim sendo, o presente estudo, visa propor um modelo urbanístico pondo um conjunto de parâmetros e dimensionamentos para a construção da qualidade ambiental em Assomada.

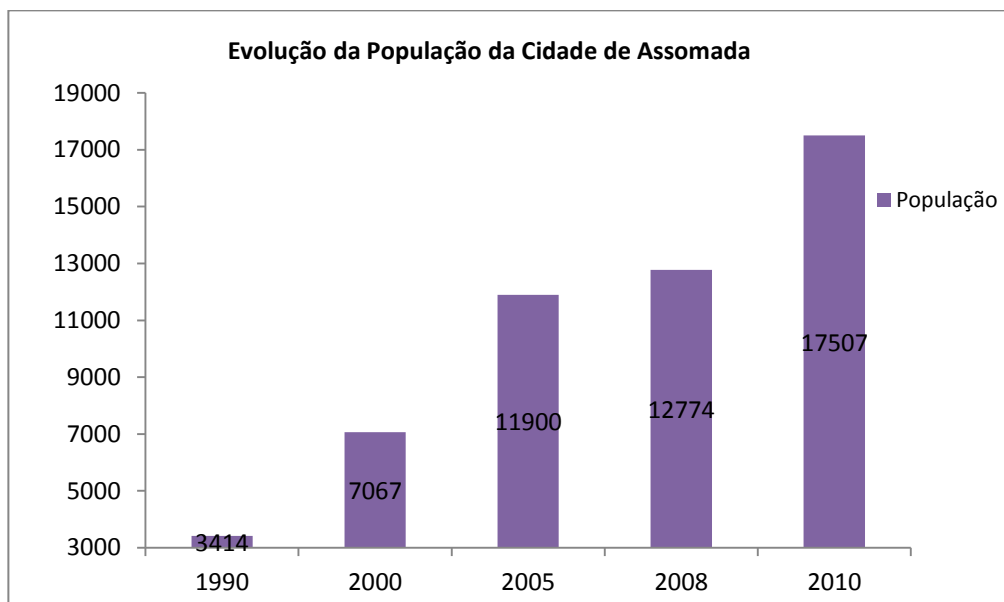
Nos últimos tempos, entre 1990 a 2010, Assomada vem conhecer uma dinâmica assinalável de crescimento, com uma certa projeção e visibilidade não só para a Região Norte da Ilha de Santiago, mas em termos do país que, “pela sua vocação e tradição de «Carrefour» e «cidade pivô» da ilha de Santiago, poderá vir a se transformar, a curto e médio prazo, num dos principais polos de desenvolvimento da ilha e do próprio Cabo Verde⁴⁴. Para que isso seja viável, terá de ser bem gerido, isto é, serão necessários investimentos significativos nas infraestruturas de saneamento básico, comunicações, vias de transportes e noutras infraestruturas e terão que ser envidados esforços para assegurar a todos, o acesso a serviços adequados.

O crescimento acelerado nos últimos tempos permitiu uso e transformação do solo com procedimento desorganizado, ausentes de instrumentos definidores da ocupação para as

⁴⁴ Francisco Tavares (2006). Santiago: Potencialidades e Desafios. In Revista Iniciativa, n.º 15, Novembro/Dezembro de 2006, p. 91

edificações em Assomada. O gráfico, demonstra a evolução demográfica no ano de 1990 a 2010.

Figura 7: Evolução da População da Cidade de Assomada 1990 a 2010



Fonte: Elaboração Própria, com dados do www.ine.cv, 06/01/2012.

A figura nº 7, ilustra, a evolução da população na cidade de Assomada entre 1990 a 2010. Registo de uma evolução acelerada e exponencial, no supostamente, contribuiu para a especulação imobiliária e, com isso, a carência e a elevação do preço do solo no perímetro urbano. Essa prática desencadeou duas situações: por um lado, a ocupação de áreas periféricas, por parte da população de menor renda e de fraca capacidade financeira. Por outro, a produção de vazios urbanos, com reflexos acentuados no custo da manutenção do espaço urbano, tanto pelos impactos em termos de saneamento (acumulação de lixo, distribuição de água, construções inacabadas), como a rede viária, tendo causado desarticulação no meio do sistema urbano.

A inexistência de canais de drenagem das águas pluviais e a crescente impermeabilização do solo são consequências do crescimento acelerado da população e o crescimento das construções desordenadas do solo na Assomada. Pelo que tem provocado uma perda da qualidade paisagística da cidade e está sendo evidente por todos os residentes.

Exigem uma reflexão por parte de todos, para tomadas de medidas urgentes, com ações concretas que melhora a qualidade de vida das pessoas e constrói um ambiente de qualidade.

3.4. Características Urbanas e Metas de Crescimento

A **Cidade de Assomada** tem uma característica especial e singular, tem uma morfologia única diferente de todas as outras cidades no arquipélago com a “**forma de pêra**” base larga e estreita ao pescoço. E encontra-se delimitada por escarpas muito acentuadas (Monte Pico de Antónia a Norte, a Sul Monte Sarra da Malagueta, a Este Ribeira de Boa Entrada e a Oeste Bacia dos Engenhos). Carece do aproveitamento e proteção das áreas encaixantes e envolventes na Assomada. A zona que circunda Assomada tem principalmente nas formações piroclásticas (Monte das Vacas) pertencentes à época quaternária, que devem ser aproveitados como área de proteção natural e para criação de espaços para equilíbrio ambiental e social.

Observa-se que a zona envolvente ao perímetro da malha urbana na Assomada (Monte Vermelho) está a ser muito utilizado para a construção de casas, muitas vezes nas zonas adjacentes das linhas de água, em vez de serem zonas a proteger e serem alvo de uma requalificação do espaço público incluindo plantação de árvores para um espaço de lazer e o desporto livre.

O aspeto acinzentado é o traço dominante da cidade de Assomada, onde existe uma ruptura entre uma área urbana adensada e bem estruturada, **correspondendo ao Centro Histórico**, e áreas limítrofes e os novos bairros em construção, onde predominam edifícios inacabados.

Assomada, está contornado por um conjunto de ribeiras expressivas e abertas no qual se destaca duas grandes bacias: a bacia dos Engenhos, onde foi instalado um dos mais importantes Morgadios de Santiago e mesmo de Cabo Verde (Morgadio de Mosquito) e a bacia de Boaentrada. Essa paisagem, atraiu e atraem as populações para residir na Assomada. Assim, o resultado da sua localização paisagística, permitiu uma evolução rápida e exponencial da população e a proliferação do edificado. Pelo que Assomada, possui uma certa vantagem comparativa e singular, em relação aos restantes cidades da ilha de Santiago. Mas

também, acumula uma vantagem competitiva, em relação às outras cidades de ilha pela Região Norte, **como um nó de circulação**” e distribuição entre todas as cidades da Região Norte de Santiago. Essa vantagem competitiva exige a elaboração de um plano estratégico incluindo o seu desenvolvimento físico, ambiental, económico e social, da ilha que deve ser transformada em conexão, complementaridade e cooperação com as restantes cidades no arquipélago.

Pelos dados analisados, verificou-se que a ocupação dos solos na Assomada foi efetuada de forma aleatória sem uma orientação da localização do local e do crescimento. Atualmente, toda a área delimitada, segundo a figura em baixo, encontra ocupada e carece dos espaços livres para as áreas chamadas de verde urbano, essencialmente recreio e lazer.

Tabela 11: A Cidade de Assomada e os seus Bairros distribuídos em hectares

Bairros de Assomada	Area (ha.)
Alto Campo	2.7
Bolanha	6.9
Chão de Santos	15.2
Covão Ribeiro	8.3
Cumbém	8
Cutelo Torre	6,8
Daniel de Paulo	7.7
Lém Vieira	9.5
Pedra Barro	9.8
Ponta Fonte Lima (Matinho)	10.6,
Tarrafalinho	12.12

Fonte: adaptado ao dados do PDMSC, Dezembro de 2011.

A programação, localização e implementação dos equipamentos no Planalto de Assomada, na época do tempo colonial, serviu de base para a expansão da malha na Assomada permitindo assim um rápido crescimento e utilização de todo o perímetro urbano e atualmente completamente ocupada, sem solos disponíveis para novas edificações, exigindo um planeamento de outros centros urbanos com medidas de requalificação reintrodução dos espaços públicos.

3.4.1. Metas de Crescimento

Apesar de Assomada encontrar-se inserida no terceiro maior concelho do país, atualmente tem enormes desafios, sobretudo na programação dos equipamentos de qualificação e estruturação urbana. É uma cidade, ainda tipicamente rural, e verifica-se que no recente PDM, tem como prioridades a projeção, dimensionamento e programação dos “*equipamentos estruturantes*”⁴⁵, nomeadamente:

- Centro desportivo náutico em Rincão;
- Vila olímpica em Achada Lém;
- Cidade universitária em Achada Lém;
- Terminais rodoviários em Assomada, Achada Falcão, Ribeira da Barca e Rincão.

Segundo o PDM, aprovado em Dezembro de 2011, para os próximos 12 anos prevê o seguinte crescimento:

Na sua planta de ordenamento estão projetadas, para além de Assomada, 7 unidades operativas de planeamento e gestão (UOPG): Achada Falcão, Pingo Chuva, Figueira da Naus, Ribeira da Barca, Ribeirão Manuel - Tomba Touro - Chã de Tanque, Rincão - Engenhos, Entre Picos -Reda.

Integra também para os próximos 12 anos a projeção para a criação de mais 4 centros urbanos, com características e funções específicas e perspectivando o seu desenvolvimento em Pólo urbano: O centro urbano da Zona de Ribeira da Barca – como um Pólo de cabotagem e de pesca, o centro Urbano de Rincão – um Pólo de pesca, o centro Urbano de Achada

⁴⁵ Regulamento do PDMSC (Plano Diretor Municipal de Santa Catarina), acedido em sites.google.com/site/cmcurbanismo/planos-projectos-obras/planos/pmot/pdm-santa-catarina, em 2011.

Falcão – Pólo do conhecimento – com o conceito da criação de uma cidade universitária e o centro urbano de Ribeirão Manuel/ Achada Leite – um Pólo turístico (turismo de montanha).

Prevê, ainda, para o concelho, nos próximos 12 anos, a implementação de rede de esgotos, melhoramento das infraestruturas de água de energia, de acordo com o financiamento do projeto água e saneamento “ Água e Saneamento” para a cidade de Assomada, no valor de 10 milhões de euros, assim como a instalação da empresa de urbanização “ Habitar Assomada”.

O Concelho, no seu PDM, assume a estratégia de ser o centro de acolhimento intra-ilhas, para a Região do Norte de Santiago e inter-ilhas, para o grupo das ilhas de Sotavento (Maio, Fogo e Brava), desempenhando o cargo do centro de prestações de serviços e de escoamento dos produtos e de mercadorias, através da reativação do Porto na localidade de Ribeira da Barca, que segundo a história, desempenhava a referida função.

O concelho dispõe de uma rede viária principal que liga Assomada/Praia/Tarrafal, três vias secundárias com a ligação de Assomada: Porto Rincão, Figueira da Naus e Calheta São Miguel, bem com várias vias terciárias fazendo a ligação intra-concelhio.

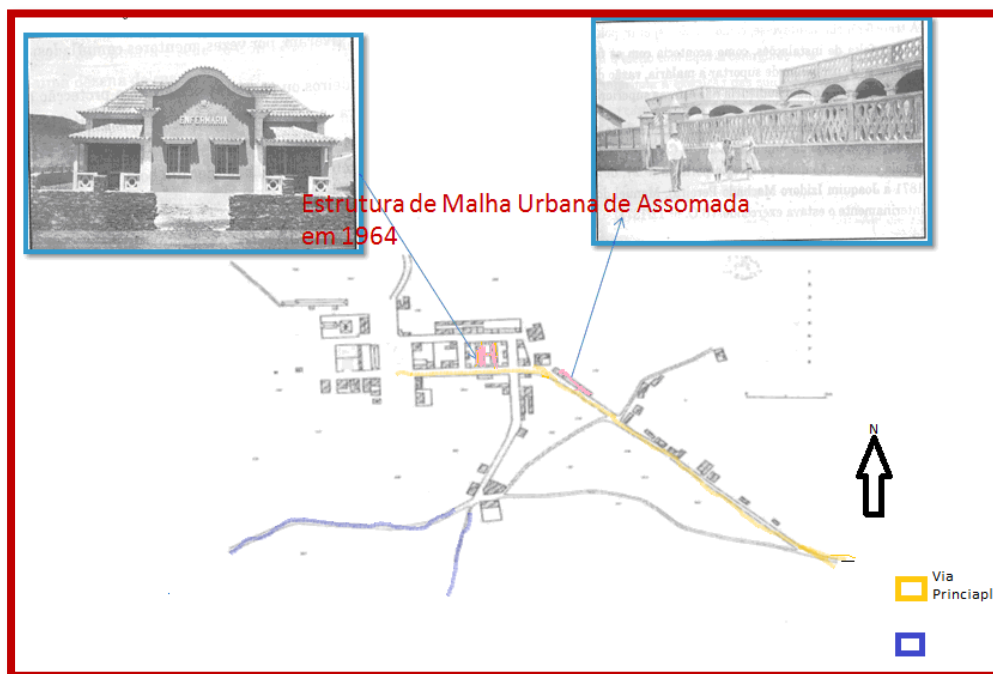
Os transportes públicos contribuem diretamente para o processo do desenvolvimento urbano, em vários campos, tanto nível cívico de integração social, como também na libertação do centro urbano. Este também será uma a aposta de futuro que poderá ser uma política imprescindível para alavancar o processo do desenvolvimento, visto que o concelho não dispõe de transporte público.

3.5. A Malha Urbana de Assomada entre 1964 a 2010

3.5.1.Malha de Assomada entre 1960 a 1980

Entre 1960 a 1980, época do processo de transição da independência, o crescimento na Assomada era muito lento e a ocupação dos solos tinham uma baixa ocupação. No centro de Assomada, a localidade mais antiga, possuía uma configuração da malha do **tipo linear fechada com uma praça central**. As referências tipológicas e arquitetónicas do período colonial estão bem vincadas e ainda, não se verificou, uma profunda alteração da estrutura da malha. A figura n°8, ilustra a forma do início do povoamento e ocupação do solo na Assomada, em 1964.

Figura 8: Estrutura Urbana na Assomada em 1964



Fonte: Adaptado a Planta do Amaral, em 1964.

Na figura n°8, conclui-se que os edifícios foram construídos de forma aleatória, sem nenhum tipo de loteamentos ou planos urbanísticos, mas ainda de forma mais ou menos ordeira.

A construção da via principal (**nível 1**), pintada pela cor amarela, ligando: **Assomada /Praia/ Tarrafal**, dividiu Assomada em dois grandes eixos a oriental ocupando o lado Este e ocidental ocupando o lado Oeste. Foi e é, a partir dali que resultou toda a dinâmica para o “Planalto de Assomada”, resultou várias ramificações que partem de Assomada (centro)

ligando às outras localidades do concelho Santa Catarina, classificada de via secundária (nível 2)⁴⁶. Para além da estrada principal de nível 1, Assomada, possui: duas ruas mais longas e paralelas (Rua de Chão dos Santos e Rua do Mercado Municipal). Essas ruas, faz um perpendicular com a única avenida “13 de Janeiro – Av. Da Liberdade”.

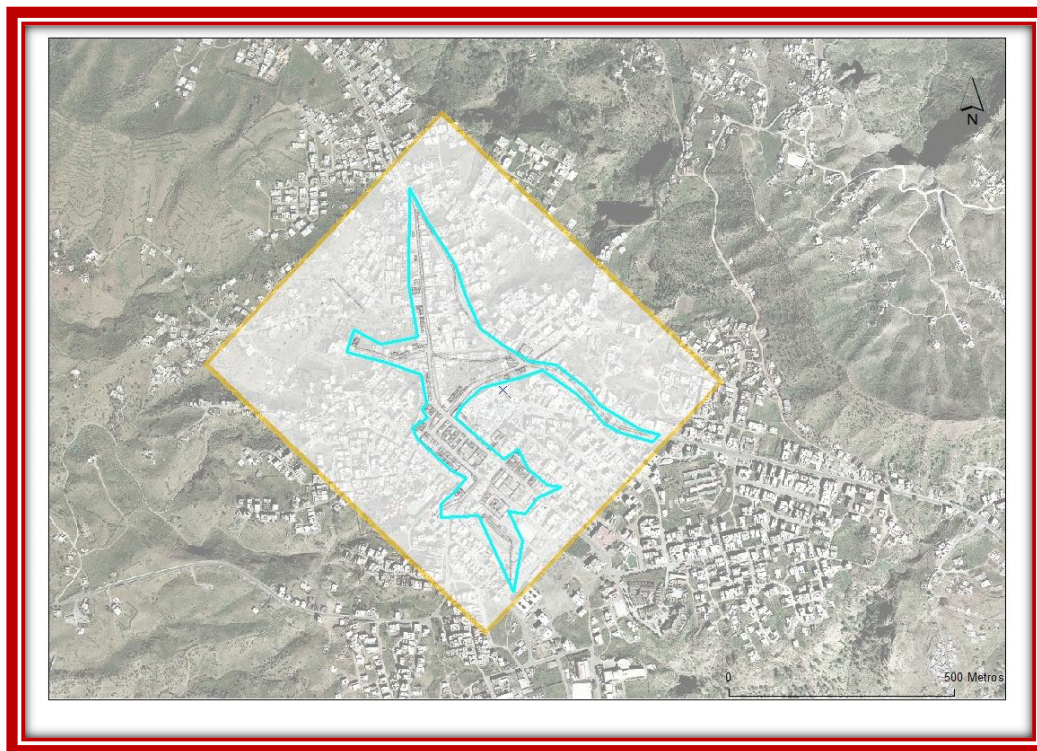
Tem a função como o elo entre os lotes para a qual estão voltados, visto que é o único espaço de uso público comum de ambas as partes.

Na época, o edificado era muito reduzido, não ultrapassavam uma dezena de edifícios, sendo a maioria destinava ao uso coletivo: Igreja, Mercado, Administração, Enfermaria (saúde), finanças entre outros. E foram a partir da edificação dos equipamentos que impulsionou todo o crescimento na Assomada.

Através da análise de ocupação do solo nos anos de 1964 e 1973, apesar de serem datas com faseamento muito distante, permitiu observar a morfologia de Assomada. A figura 9, mostra a evolução morfológica de Assomada em 1973.

⁴⁶ Decreto-Lei n° 26/2006, de 6 de Março – Atualiza a classificação administrativa e gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como a definição dos níveis de serviços das mesmas.

Figura 9: Estrutura Urbana na Assomada em 1973



Fonte: Elaboração adaptada a Carta Militar em 1973

A área delimitada pela cor azul, corresponde a porção do solo ocupado na Assomada em 1964, segundo a planta habitacional esquematizada pelo Amaral.

A outra cor “assombrada-branca” cercada por um quadrado menor com limita amarela, corresponde a área do terreno ocupado em 1973, segundo a carta militar, disponível no www.sit.gov.cv.

3.5.2.A Malha de Assomada entre 1980 a 2010

A morfologia do terreno, “plano” e a localização dos principais equipamentos edificados nomeadamente: o “Pelourinho de Assomada”, enfermaria, correio, câmara municipal, estrada do elo Assomada/Praia/Tarrafal, serviram e serve ainda como o suporte pela atração para a residência em Assomada. Foram equipamentos que permitiram um desenvolvimento do comércio e uma rápida expansão/crescimento da malha urbana e o dos bairros.

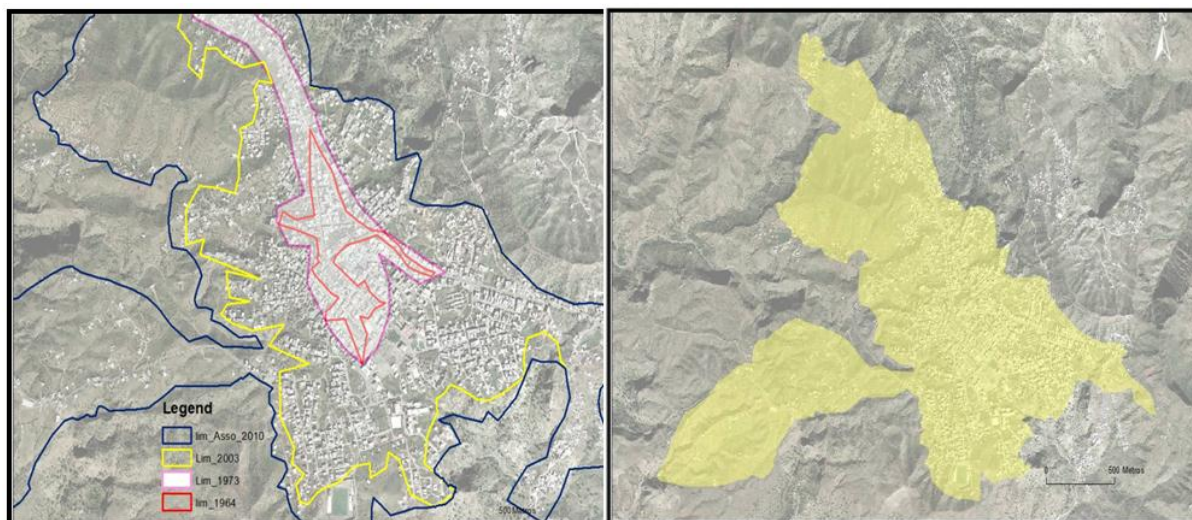
Entre 1980 a 2010, se observa profunda mudança e alteração na configuração da malha urbana de Assomada. Iniciada pelo parcelamento dos lotes, que ainda de forma aleatória verifica-se variação da forma nas vias, algumas com traçados muito particulares, vias estreitas com ausência de passeios públicos e lugares para estacionamento devido a sobre-exploração do solo.

A característica observada nos bairros mais recentes, é a configuração da malha do tipo **Reticulada**, formada por vias paralelas. A distribuição dos lotes é na sua maioria em forma de quarteirões. A moda de cêrcea mais comum nos bairros são rés-do-chão mais dois pisos, com uma altura máxima de 12 metros. As edificações destinam essencialmente a habitações do tipo unifamiliar. Registou-se uma evolução grande, tanto pelo crescimento populacional, como no desempenho e na prestação de serviços, marcando o período da ascensão de Assomada para a categoria de Cidade no ano 2001⁴⁷.

⁴⁷ Decreto-Lei n° 7/2001, de 26 de Março – elevação da Vila de Assomada à categoria de Cidade

A figura 10, ilustra, a forma do crescimento e o modo como foi ocupado o território de Assomada, entre 1980 a 2010.

Figura 10 - Malha Urbana de Assomada entre 1980 a 2010



Fonte: Adaptada aos Ortofotomapas: 2003, 2010 e Carta Militar 1973

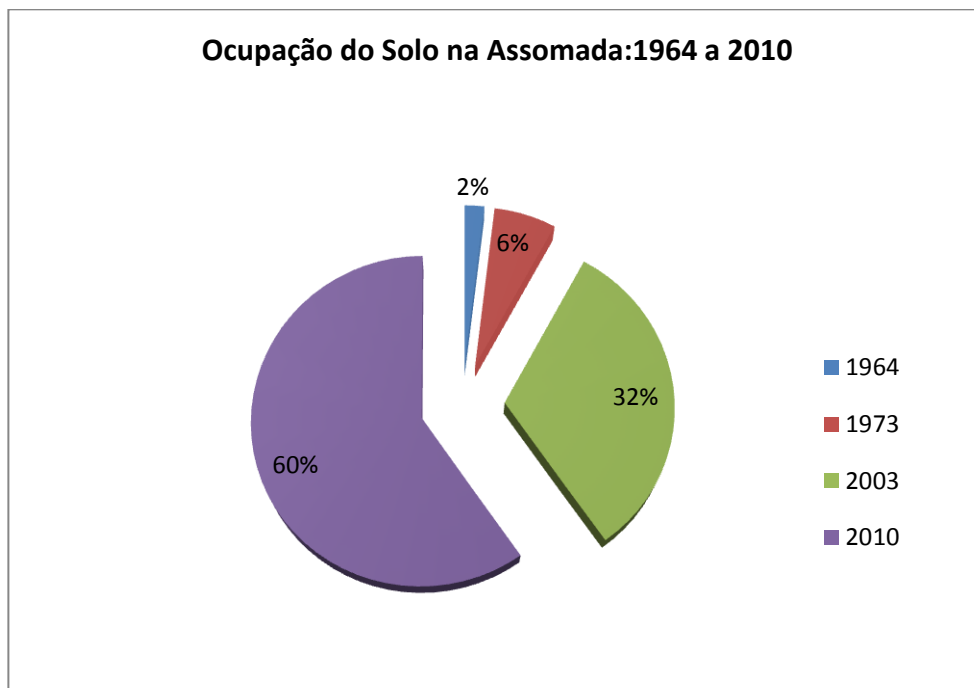
A figura do lado direito, completamente preenchida pela cor amarela, corresponde a situação atual. Está totalmente ocupado, com construções, na maioria destinada para habitações unifamiliares, os espaços verdes públicos são quase inexistentes, urge programar e construir um novo centro urbano, já com medidas normativas que antecipadamente prevê espaços destinados aos equipamentos e infraestruturas, como também áreas livres e espaços verdes de utilização pública.

De referir que o espaço urbano na Assomada, necessita de um plano de requalificação, sendo certo que nunca teve um verdadeiro plano de urbanização.

Os dados de análises, com faseamento prolongado, resultado da ausência dos elementos cartográficos com datas mais próximas.

A figura n° 11, ilustra a percentagem de ocupação do solo na Assomada, entre 1964 a 2010.

Figura 11: Percentagem de Ocupação do Solo, entre 1964 a 2010



Fonte: Elaboração Própria, a partir do ArcGis, 10.0

Entre 1964 a 1973 a área do solo ocupado na Assomada, foi de 2%. Em 1964 11,8 hectares e em 1973 evoluiu para 37,53 hectares.

Entre 1973 a 2003, apesar dos intervalos de tempo serem muito desfasados, cerca de três décadas, este, também, está marcada pelo mesmo ritmo de crescimento, num valor sempre exponencial, evoluindo de 37,53 hectares para 198,1 hectares. Nesta fase o ritmo de ocupação do solo foi muito superior à década de 1964 a 1973.

Entre 2003 a 2010, um período de sete anos, extremamente curto em relação às outras fases, isto é cerca de sete, uma ocupação brusca de todo o perímetro urbano ocupando uma área de 198,1 hectares para e 366,9 hectares. É o caso de maior realce e que exige muita análise, porque todo o perímetro urbano está ocupado.

IV. PROPOSTAS DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS E PROGRAMAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. Tabela da Proposta dos Parâmetros Urbanísticos para a Construção da Qualidade do Ambiente na Assomada

A tabela número 12, (parâmetros urbanísticos), resulta não só do conhecimento da realidade territorial e da análise dos resultados dos inquéritos, mas também, na análise dos vários documentos técnicos nomeadamente: Os **SIDS** (Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável) proposta pela União Europeia e pelas Organizações das Nações Unidas nos seus diversos âmbitos e ângulos da política pública; os “**Indicadores Urbanos Globais (IUG)**”, proposta pela **ONU Habitat**, numa conferência em 1996 Istambul e pelos dados dos estudos de avaliação e monitorização de sustentabilidade do PDM de Cabo Verde, concedida numa ação de formação no arquipélago em 2010.

A tabela dos indicadores para a construção da qualidade do ambiente urbano aplicáveis aos territórios insulares, particularmente para Cabo Verde e especificamente na Assomada – Santa Catarina ilha de Santiago integra: **índice, sub-índice, indicadores, conjunto de parâmetros, unidades de medida e objetivos.**

A tabela da proposta, visa alcançar a sustentabilidade urbana e neste sentido, Cabo Verde deve adotar a proposta indicada na tabela que se segue; sendo certo, que estes são, indicadores, já concebidas na Constituição Cabo-verdiana e nos vários instrumentos de gestão territorial, mas também constituem indicadores, resultado do conhecimento das necessidades das pessoas, no âmbito o resultado dos inquéritos aplicados nos meses de Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012.

Tabela 12: Proposta dos Indicadores e Parâmetros para a construção da qualidade do ambiente em Cabo Verde

Índice	Sub-índice	Indicador	Parâmetros	Unidade de medida	Objetivos		
Higiene Urbana	Resíduos sólidos urbanos (RSU)	Produção dos RSU	Quantidades dos RSU/tipo produzidos	Tonelada	Identificar a quantidade dos RSU produzidos e arranjar forma para reduzir a sua produção		
			Quantidade dos RSU produzido	Tonelada			
			Varição da produção dos RSU por tipo	%			
		Recolha dos RSU	Quantidade de resíduos recolhidos indiferenciadamente	Tonelada	Aumentar a eficiência na recolha e melhorar o ambiente e a saúde pública.		
			Quantidade dos resíduos recolhidos por tipo	Tonelada			
			Varição da proporção de cada tipo de recolha	%			
		População servida por sistema de recolha regular dos RSU	População abrangida por sistema de recolha regular de resíduos sólidos urbanos.	Número	Reduzir a evacuação dos RSU ao redor da casa e tornar a cidade mais limpa		
			Quantidade de contentores existentes e a respetiva capacidade	Número			
			% do mobiliário urbano pela quantidade dos RSU produzidos	%			
		Valorização e destino final dos RSU	Quantidade de resíduos sólidos descartados em aterros sanitários	Tonelada	Quantificar os diferentes tipos de resíduos, com origem na região, sujeitos a tratamento e ou valorização, e ainda o destino final correspondente.		
			Quantidade de resíduos sólidos incinerados	Tonelada			
			Quantidade de resíduos sólidos descartados a céu aberto	Tonelada			
			Quantidade de resíduos sólidos reciclados	tonelada			
		Equipamentos Públicos Coletivos	Espaço Verde	Áreas verdes	Extensão de ruas arborizadas	km ² /habitante	Fornecer o máximo parques, áreas verdes possível e aumentar a acessibilidade dos espaços verdes para o público
					% de áreas livres/ por área construída	numero	
					Nº de população que estão servidas de pelo menos um equipamento do verde urbano	número	
População Servida Por área Verde	% de população que podem usufruir de espaços verdes a uma distância de 15mn a pé (1,5km)			Número			
	Área verde per capita			m ² /habitante			
	Área verde /área total do território			km ² /habitante			
Zonas Pedonais e	Área Pedonal		Extensão de rede pedonal	km	Reduzir os efeitos negativos sobre o		

Índice	Sub-índice	Indicador	Parâmetros	Unidade de medida	Objetivos	
	Clicáveis	Extensão de área para bicicleta	Extensão de área para Bicicleta	km	ambiente; Incentivar a prática de exercício físico e a interação social	
	Desporto Infantil	Acesso ao equipamento para o desporto infantil	Número de equipamentos para jogo infantil por taxa de natalidade (% da pop. Fértil)	número	Promover a interação social e a dinâmica no meio urbano	
	Espaços Públicos Livres	Áreas de vegetação natural	Extensão de áreas livres por área construída	m ²	Reduzir os riscos e catástrofes naturais promover o verde ecológico no meio urbano, e aumentar as áreas para espaço livres de respiração natural	
		Áreas de proteção natural	Extensão das áreas nas encostas, declives acentuadas, áreas montanhosas protegidas pela respetiva capacidade	m ²		
		Conservação de zonas húmidas no ambiente construído	Número de linhas de águas protegidas por linhas existentes	número		
	Equipamentos de Apoio Social	Equipamentos de Apoio social para crianças do pré-escolar ao pré-primário	Número de creches para crianças dos 0 aos 3 anos de idade e respetiva capacidade	número	Promover a interação e o equilíbrio social e apoiar tanto a população jovem, idosa como as suas famílias. Garantir mais Igualdade e equidade social	
			Número de Jardim-de-infância para crianças dos 4 aos 6 anos de idade e respetiva capacidade	número		
		Equipamento de apoio social para jovens e idosos	Número de centro de acolhimento aos idosos e respectiva capacidade População abrangida por equipamento de caráter social por tipo de equipamento	número número		
	Reabilitação	Habitação	Habitação inadequada	Percentagem de população que vive em alojamentos não clássicos (barracas, alojamentos móveis, casas rudimentares de madeira, alojamentos improvisados em construção não destinada à habitação e outros locais não destinados à habitação)	número	Garantir as melhores condições de habitabilidade e qualidade de vida das pessoas e construir o melhor ambiente.
				Percentagem da população que vive sem infra-estrutura e/ou equipamento básico	número	
Nº de alojamentos que não dispõem de infra-estruturas e/ou equipamentos básicos				número		
Outros Edificados		Número dos edifícios reabilitados em relação às novas construções	Nºs de edifícios reabilitados	número	Identificar os nºs de construções (edifícios) devolutos e detetar quais os apoios necessários à recuperação.	
			Nºs de construção novas	número		
			Nºs de construção muito degradados	número		
			Nº de construção clandestina	número		
			Nºs de construção inacabada	número		

Índice	Sub-índice	Indicador	Parâmetros	Unidade de medida	Objetivos
			Nºs de construção abandonada	Número	
Amenidades locais	Proximidades nos Serviços básicos (comércio e mercados)	Amenidades Locais/População Servidas	População servida por serviços/comércio básico (mercado/correios) num raio de 1,5 km	número	Reduzir a pressão sobre o ambiente e a necessidade de viajar numa distância superior a 1,5km para encontrar serviços/comércios essenciais
Saneamento Básico	Saneamento	População servida por rede de drenagem de água residuais	Percentagem de população servida por rede pública de drenagem de águas residuais	número	Evitar certas doenças e promover melhores condições de vida das pessoas
			Percentagem de população que possui fossa séptica para drenagem de águas residuais	número	
			Percentagem de população que evacua as águas residuais na natureza/redor da casa	número	
			Variação da população servida por rede pública de drenagem de águas	número	
		Tratamento de águas residuais	Percentagem de águas residuais tratadas	número	Proteger e valorizar o meio ambiente
			Percentagem de águas residuais que não recebem tratamento	número	
			Percentagem de águas residuais que recebem tratamento primário	número	
			Percentagem de águas residuais que recebem tratamento secundário/terciário	número	
		População servida por rede de abastecimento público (água potável)	Percentagem da população com acesso a água permanente	número	Melhorar o sistema de abastecimento de água, as condições de saúde e qualidade de vida das pessoas
			Percentagem da população abastecida através de autotanques	número	
			Percentagem da população servida por rede através dos vizinhos	número	
			Percentagem da população com acesso a água semanalmente	número	
			Percentagem da população com acesso a água quinzenalmente	número	
			Percentagem da população com acesso a água mensalmente	número	
Tempo que a população demora a pé para ter acesso à água	tempo				

Índice	Sub-índice	Indicador	Parâmetros	Unidade de medida	Objetivos
	Acessibilidade	Áreas do Terreno para cortes, traçados de perfis e arruamentos	Áreas do terreno para cortes e traçados de perfis por área do solo construído	m ²	Promover acessibilidade das pessoas e na drenagem superficial de água, bem como melhorar a qualidade de vida e o bem estar das pessoas
			Extensão de vias com necessidades para cortes e traçados de perfis	m ²	
			Extensão de vias em terra batida	m ²	
			Extensão das estradas calçadas em paralelos	m ²	
			Volumes de áreas para cortes e perfis/área urbanizada	volume	
			km de ruas sem arruamentos	km	
			km de áreas com arruamentos	km	

Fonte: elaboração própria

Garante que os indicadores propostos, ao serem aplicados pelo modelo referenciado na figura nº1 “**Pressão Estado Resposta**”, avalia a qualidade do ambiente no território urbano nas cidades em Cabo Verde e no caso concreto “ a Cidade de Assomada – Santa Catarina de Santiago”, e, indiscutivelmente será uma ferramenta para o uso diário no desempenho das atividades ao longo do exercício profissional.

As respostas desenvolvidas para diminuir os seus efeitos negativos na paisagem, tem sofrido evoluções e o seu desenvolvimento conceptual. Poderá abranger os indicadores: **de forças condutoras**, que medem as pressões e os efeitos das atividades humana no ambiente; **de pressão**, que medem a pressão no ambiente; **de resposta**, que medem a resposta social às alterações ambientais; de impacte, **que medem** as alterações produzidas no ambiente.

Em Cabo Verde, através do Ministério do Ambiente, no âmbito da realização do 2º **PANA**, demonstrou dados que comprovam que a maioria dos municípios Caboverdianos estão a ser afetados pela diminuição dos recursos naturais (água, recursos marinhos e a biodiversidade), o que constitui um grande perigo e ameaça à qualidade ambiental/urbana e à qualidade de vida em geral.

4.2. Espaços Verdes Públicos: Avaliação e Programação dos Equipamentos

Análise, apreciação e avaliação dos trabalhos realizados no terreno foram no geral excelentes oportunidades, que por um lado, permitiu pôr em prática os conhecimentos teóricos adquiridos e por outro, observar diretamente a paisagem, obter a resposta dos questionários inicialmente colocados na investigação e no geral perceber/analisar o que acham e pensam a população sobre a cidade de Assomada e como avaliam o estado do ambiente e o saneamento básico.

Um estudo que representa a opinião de 2% do universo da população residente, isto é, uma amostragem de 93 fogos habitacionais por um total de cinco mil fogos existentes. Em média, cada fogo representa aproximadamente 4.4 pessoas fazendo um total de 372 habitante.

Inicialmente foram distribuídos 100 fichas de inquéritos, mas a dificuldade na percepção e compreensão da ficha, o interesse dos cidadãos pela participação não foram o desejável. E, depois da primeira recolha, mesmo com insistentes diálogos de esclarecimento não se obteve o resultado positivo. Verificou um certo desinteresse da população, ou então falta de informação.

Numa segunda fase, optou, segundo a estratégia definida pela própria e para conseguir respostas que justificaria uma análise e estudo, decidiu deslocar às principais instituições públicas na Assomada, nomeadamente: escola secundária e universitária, bem como outros serviços administrativos.

Não obstante, dificuldade, na distribuição e recolha de fichas, insistentemente saiu várias vezes no terreno e pelos diálogos permanentes, mas também pelo apoio do seu marido, conseguiu-se distribuir mais 100 fichas.

No entanto, com 200 fichas distribuídas, conseguiu-se apenas 93 respostas que mereceu estudo e análises.

Perante os constrangimentos acima indicados, claramente, urge estudar e implementar programas junto das entidades competentes no sentido de formar, informar e sensibilizar a população os seus direitos sobre a participação da cidadania através dos temas ligados ao território, principalmente nos direitos e deveres decretados na nossa Constituição da República e de mais leis existentes no País. Devem, criar um programa que por um lado, permite mostrar aos cidadãos de Assomada a importância na participação do projeto de planeamento urbano, especificamente na reserva da área para criação/valorização/proteção dos espaços verdes públicos e programação dos equipamentos que permita a construção de um ambiente de qualidade e por outro, um programa que desperte o interesse para a participação cívica no exercício da cidadania, contribuindo para um bem comum.

Propõe-se que o programa seja designado de: **“Programa para ação de formação/educação e sensibilização ambiental/sanitária”**. O capítulo 28 da Agenda 21, analisa o papel das autoridades locais no âmbito de um desenvolvimento sustentável, desafiando-as a realizar as chamadas, Agendas 21 Locais. *“Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adotar uma “Agenda 21 Local”. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização familiar em questões de desenvolvimento sustentável.”*⁴⁸

A tabela em baixo descreve as características dos inquiridos nomeadamente: a média relativa ao tempo de residência na Assomada, a moda do ano de residência, a média das idades dos inquiridos, habilitações literárias e situação ocupacional.

Tabela 13: Tempo da Residência dos Inquiridos

	tempo/ano
media do tempo de residência	8
moda do tempo da residência	16
media da idade dos inquiridos	36

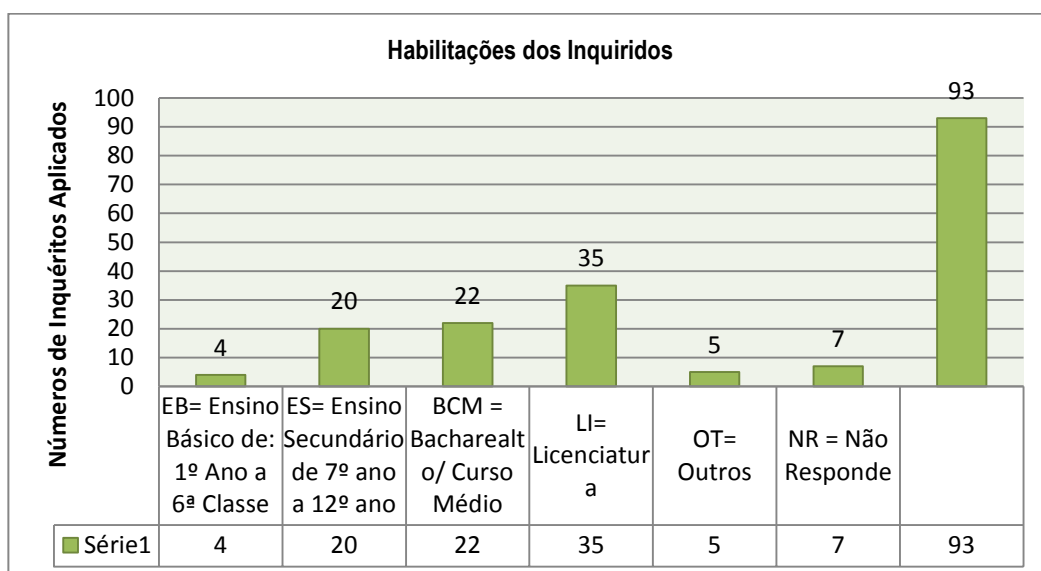
Fonte: Elaboração Própria

⁴⁸ Agenda 21, acedido em 12 Março de 2012, <http://www.naturlink.pt/>.

Perante a idade dos inquiridos, estes possuem uma certa maturidade, ou seja a média das idades é de 36 anos e quanto à residência, está claro que conhecem muito bem a realidade territorial de Assomada, visto que o tempo médio de residência é de oito anos.

O ano de maior frequência é o dobro da média do tempo de residência, o que demonstra uma certa maturidade e fidelidade dos dados e o mesmo exigem reflexão. Acredita que são informações reais e sustentáveis para estudos e análises. Essas características fazem parte dos questionários constantes na ficha de inquérito. As tabelas e os gráficos descrevem o resumo das perguntas do número quatro, oito e nove constantes da ficha. (ver em apêndice).

Figura 12: Gráfico das Habilitações Literárias dos Inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

A figura nº 12 ilustra que o público-alvo para aplicação dos inquéritos são a maioria os estudantes pré-universitários e universitário, professores e pelos diferentes quadros profissionais residentes na Assomada, isto atendendo aos constrangimentos enfrentados durante a aplicação de inquérito. A situação laboral dos inquiridores se encontra agrupada em 5 categorias: 16 são estudantes, 59 trabalha por conta de outrém, 4 empresários, 2 domésticos, 5 desempregados e 7 não responderam. Trata-se de uma situação muito boa, um número muito reduzido dos desempregados.

4.2.1. Equipamentos Coletivos

Os equipamentos coletivos são edificações onde localizam atividades destinadas à prestação de serviços de interesse público imprescindíveis à qualidade de vida das populações.⁴⁹

*A tipologia dos equipamentos coletivos é muito variada e inclui entre outros, os equipamentos de saúde, educação, espaços verdes, desporto, recreio, segurança, comércio, transporte e administrativos. (...) São elementos essenciais para estruturação do tecido urbano e social (...)*⁵⁰

Os equipamentos definem certos usos dirigidos à coletividade, determina a estruturação como o desenvolvimento no território. Deve-se programar, projetar e construir equipamentos, visando a satisfação da demanda dos bens e serviços da população e melhorias da qualidade de vida em geral.

O processo de programação dos equipamentos, envolve vários fatores desde, demográficos, topográficos, financeiros, económicos, cultural, social bem como a decisão política. É unânime, para qualquer tipo de pessoas, refletir e preocupar com uma certa hierarquização das necessidades de obter: a saúde, o trabalho, a educação, uma casa e espaços para circular/lazer das pessoas. Eles podem ser classificados e agrupados em privados ou públicos e de finalidade lucrativos ou não lucrativos.

Regista uma disparidade entre a oferta dos equipamentos públicos coletivos em Cabo Verde, nas diferentes ilhas e nos diversos centros urbanos, dada a contextualização histórica sobre a descoberta e o povoamento do país, mas também pelo fato da dispersão territorial e pela própria morfologia do terreno assim como opções políticas desenvolvidas no arquipélago.

49 DGOTDU, 2002

50 Partidário, M. R. – “Ordenamento do Território”, Universidade Aberta, Lisboa, pp.142 a 143

O levantamento dos dados através da realização dos trabalhos de campo, permitiu, identificar os principais equipamentos públicos existentes na Assomada e permitiu estruturá-los por ramos de atividades.

4.2.1.1. Equipamentos Existentes

A tabela seguinte ilustra quais os tipos de equipamentos públicos existentes, a servir diretamente os cidadãos de Assomada, cerca de 18 mil habitantes e indiretamente às outras localidades do concelho e mesmo do resto da ilha de Santiago.

Tabela 14: Equipamento Coletivo Existe

Equipamentos colectivos públicos existentes em Assomada							
Educação							
Nºs	Pré-infância	escola Básica	Sacundária	Universitária	Formação profissional		
1	SOS (Privados)	Escola Polo 1	Liceu Amílcar Cabral	Univers. Santiago	Centro Formação Assomada		
	OMCV (Privados)	Escola Polo 2	Escola Técnica	Instituto Pedagógico			
	Privados)		Escola Sec. Abrolhos				
Saúde							
Nºs	Centro de Súde	Hospital	Farmácia	Clínicas Privadas	Centro de Planeamento familiar	Centro para crianças	
1	Assomada		1-Pri. (Sr. Arculano)	1- em Bolanha	uma em Chão do Santos	Não existe	
1		HRSN - Cruz Grande	1-Pri. (Cutelo)				
3			1- Públ. em Bolanha				
Desporto/ Cultural							
Nºs	Campo de terra batida	Estádio	Pavilhões	Piscinas	espaços do desporto informal	Bibliotecas	Sala de espetáculo e Cinemas
0	não existe	uma em construção	uma coberta	Não existe	uma em Bolanha	uma munic	uma em assomada centr
		de relva sintética	em Nhagar		(Cruz de Pico)	um no LAC	
		em Cumbém				Uma Escola T	
	Pistas de Atletismo			Polivalente	Centro Cultural Norberto Tavares		Cineteatro
Infraestruturas							
	abastecimento de água	rede de abastecimento de energia		rede de telecomunicação		saneamento Básico	
	Domiciliar	Auto-tanc	Chafarizes		CV-telecom	T+	Fossa séptica
							recolha de lixo por camião

Localização							Administração Pública				
serviços de administração central em Assomada			Instituições Financeiras		Instituições de micro-crédito						
Tribunais Judiciais		Conservatória dos regist. Notariado		CECV - caixa Económica de Cabo verde		MORABI					
Repartição das Finanças		Delegação do Minsit. de Saúde		BCA- Banco Comercial do Atlântico		OMCV					
serviços Alfândegários		Comando Regional Santiago Norte		BCN- Banco Comercial de Negocios		ASDIS					
INPS (instituto de Prev. Social)		Delegação do Minist. Pormoção Social		Banco Interatlântico							
TRC (Rádio, Televisão Cabo Verdiana)		Delegação do Minis. Da Educação									
		Delegação Ministério de Agricult									
Tudo Localizado em Achada Riba, excepto RTC e INPS.											
Serviços e Equipamentos de Apoio Social											
Apoio a Crianças e jovens		Apoio a Pessoas com Deficiências		Apoio a Idosos		Apoio à Família e Comunidade		Apoio a toxicodependentes		área de saúde mental	
Mercados e feiras Municipais em Assomada											
Mercado Municipal		Feira Municipal		Mini-Mercados Privados							
Pelourinho de Assomada		Sucupira (4ª e Sábado)		Bebeta - Cutelo							
Tanho Cutelo		Ruas e passeios de pelourinho e praças		Bela Holandesa - Chão dos santos e Bolanha							
Espaços Verdes Urbanos em Assomada											
área de espaços verdes útil/área de Assomada			área de espaços verdes útil/habitante (m ² /habitante)			área de espaços verdes útil/fogo (m ² /fogo)					
não está determinado			Não está determinado em nenhum plano de loteamento.			entre 15m ² a 20m ² (foi deter. Por cada planta de localização.					
Cemitérios											
existe uma no bairro de Nhagar (área urbana) e mais três (fora da malha urbana): Rincão, Ribeira da Barca e Figueira das Naus.											
Religiosos											
Igreja católica		Edifício da igreja do Adventista 7ª dia		casas Alugadas para outras ceitas							
uma em Assomada Centro		uma em Cutelo		Testemunha de jeová em Achada Riba							
Centro Paroquial Sta. Catarina				Templo maior em Bolanha							

Fonte: Elaboração Própria

Os equipamentos de “administração, saúde, feiras/mercados e religiosos” sirvam a todos os munícipes do concelho de Santa Catarina de forma direta e indiretamente para a população de toda a ilha Santiago. Os outros equipamentos discriminados na tabela, sirvam diretamente os residentes.

Pelo rácio da população, não fazem falta aos seguintes equipamentos na área nomeadamente de administração pública, mercados/feiras e equipamentos religiosos.

Tem verificado uma concentração dos equipamentos no bairro de **Achada Riba** pois nela estão localizadas todas as instituições financeiras, todos os estabelecimentos de saúde, os serviços alfandegários, o estádio de futebol (com uma projeção para 12 mil telespectadores) e ainda a feira de gado tradicional, centro comercial o novo mercado municipal entre outros. Nessas circunstâncias, as redes viárias são as mesmas existentes desde 1964, claramente com um congestionamento intenso para a localidade de Achada Riba. Os equipamentos na área de ensino secundário, profissional e superior, administração, instituições financeiras existentes em Assomada são suficientes.

Contrariamente, depara-se com uma necessidade premente e urgente na programação/investimentos de equipamentos de recreio e lazer, principalmente um estabelecimento para o desporto infantil com mobiliários adaptáveis às crianças e à evolução conjuntural. Não existe um parque infantil, nem espaços para o desporto livre a céu aberto, vias pedonais e estruturas com mobiliários infantis para diversão. Não existe um centro de dia para idosos, nem creches para acolhimento das crianças com idade até 3 anos.

Fazem muita falta os equipamentos enumerados acima, e este estudo apresenta uma proposta de localização desses equipamentos. O único parque infantil existente, para além de encontrar mal localizado na Achada Riba, tornou-se espaço de recreio para os estudantes do ensino secundário da escola do Liceu Amílcar Cabral, que alberga cerca de 5 mil alunos e tem como consequência a insegurança das crianças. A ocupação do referido parque, prende-se pela forma como o município gere e pelo tipo mobiliário existente.

Figura 13 Parque Infantil No Bairro de Achada Riba



Fonte: Autor, Dezembro 2011

A localização do parque infantil, ilustrado na figura acima, não é a mais adequada. Não cumprem o mínimo de normas e dos critérios de programação. Segundo a norma de programação dos equipamentos coletivos, os espaços de jogo e recreio infantil não devem estar localizados junto de zonas ambientalmente degradadas, de zonas exteriores utilizadas para carga, descarga e depósito de materiais/produtos ou de outras zonas potencialmente perigosas, nem de locais onde o ruído dificulte a comunicação e constitua uma fonte de mal-estar. Os espaços de jogos e recreio devem ser protegidos, através de uma vedação ou outro tipo de barreira física, de modo a: impedir a entrada de animais; dificultar os atos de vandalismo; impedir acessos diretos e intempestivos de crianças às vias de circulação e às zonas de estacionamento de veículos, devendo existir separação física adequada em todas as vias que não sejam as de acesso e distribuição. Estes espaços também devem estar bem visível e facilmente legível, as seguintes informações: nomeadamente as seguintes indicações de identificação e número de telefone da entidade de segurança responsável pelo espaço de jogo e recreio e da entidade fiscalizadora. Essas características, constituem pontos de referência para a construção dos indicadores do equipamento destinado às crianças até aos 12 anos de idades.

A extrema carência no sistema de fiscalização na execução do funcionamento do código de postura municipal mas também da atualização do estatuto municipal e a elaboração dos planos urbanísticos estratégicos, para a localidade de Assomada, constituem condicionantes na carência de alguns tipos de equipamentos de utilização coletiva.

É notório que a cidade, cresceu, sem, no entanto nenhuma abordagem e estudos preliminares, nem objetivando a projeção e execução de infraestruturas como espaços verdes coletivos. Entretanto temos uma “**cidadezinha**”, onde avulsamente vão sendo emitidos e alterados os parâmetros urbanísticos e os usos admissíveis do território. Os próprios denominados de “**planos de loteamento**” convivendo-se de perto propaga nos bairros ditos "espontâneos" muitas vezes legais, que sem uma visão e estratégia global de atuação, parece com uma Cidade Ilegal (Informal).

A década de 1980 até à atualidade, está marcada pela proliferação dos edificadros, inacabados, sendo a maioria pertencente aos emigrantes. Consequentemente o resultado está à vista, uma cidade muito acinzentada, sem espaços verdes para diversão. As construções estão muito próximas de rede viária, principalmente no bairro de Nhagar, impedindo os transeuntes na sua corrente mobilidade. Os serviços públicos e administrativos disponíveis em Santa Catarina localizam-se na sua maioria na Cidade de Assomada. No concelho, ainda não estão representados todos os serviços públicos, os mais urgentes e essenciais estão presentes e são caracterizados pelos serviços da administração central, sob a tutela do Governo e administração municipal sob responsabilidade do município

4.2.1.2. Equipamentos Propostos

Com o conhecimento da necessidade dos equipamentos públicos que mais necessidades sentem os residentes na Assomada, nomeadamente:

- ❖ Parques infantis, (área para desporto das crianças e lazer aos jovens e idosos)
- ❖ Creches e jardins-de-infância,
- ❖ Espaços para desporto o informal (área destinado a jovens, adultos e idosos)

- ❖ Área para o percurso pedonal
- ❖ Área para jardins e arranjos exteriores

Para se programar os referidos equipamentos que fazem falta à população de Assomada, considerou o seguinte: a existência de pelo menos um equipamento por cada cinco mil habitantes. O que significa para uma situação normal deveria haver num universo de 18000 habitantes um número de pelo menos 3 equipamentos referenciados na tabela nº15.

Assim a tabela nº 15, ilustra uma relação entre a taxa de cobertura dos equipamentos discriminadas na primeira coluna pelo universo de cada cinco mil habitantes.

Tabela 15: Relação entre os Equipamentos Existentes e a Taxa de Cobertura

Designação dos equipamentos	Quantidade dos equipamentos existentes	Relação entre a taxa de cobertura dos equipamentos pela razão de cinco mil habitantes	Critério do Dimensionamento[[Total dos Equipamento/ Total habitante]]	Equipamento existente pela população total	Taxa de Natalidade e	% de Idosos
Parque Infantil	1	22%	1/18000	1/531	2,95%	6,30%
Centro de Dia para Idosos	0	0%	0/18000	0/1134		
Creches de Crianças e Jovens	0	0%	0/18000	0/531		
Jardins-de-infância	3	75%	3/18000	3/531		
Praças	2	50%	2/18000	2/18000		
Ruas Pedonais	0	0%	0/18000	0/18000		
Campo de Futebol Terreno	0	0%	0/18000	0/18000		

Fonte: Elaboração Própria

Os dados dos inquéritos, demonstram que o acesso aos espaços verdes e equipamentos de recreio e lazer na Assomada variam entre grave e muito grave. A taxa de cobertura indicada na tabela acima, demonstra que 22% da população tem acesso ao parque

infantil, ou seja, 3.600 habitantes podem usufruir desse equipamento num universo de 18 mil habitantes. Um número muito inferior ao rácio populacional, segundo a taxa de natalidade e o número de crianças existentes na cidade.

Muito grave, são ainda os equipamentos do desporto infantil, espaços verdes, jardins de recreio, creches destinados aos bebés com idade dos zero aos quatro anos, bem como outros equipamentos de integração e apoio social, designadamente centros de dia para idosos, para os toxicod dependentes e aos grupos vulneráveis.

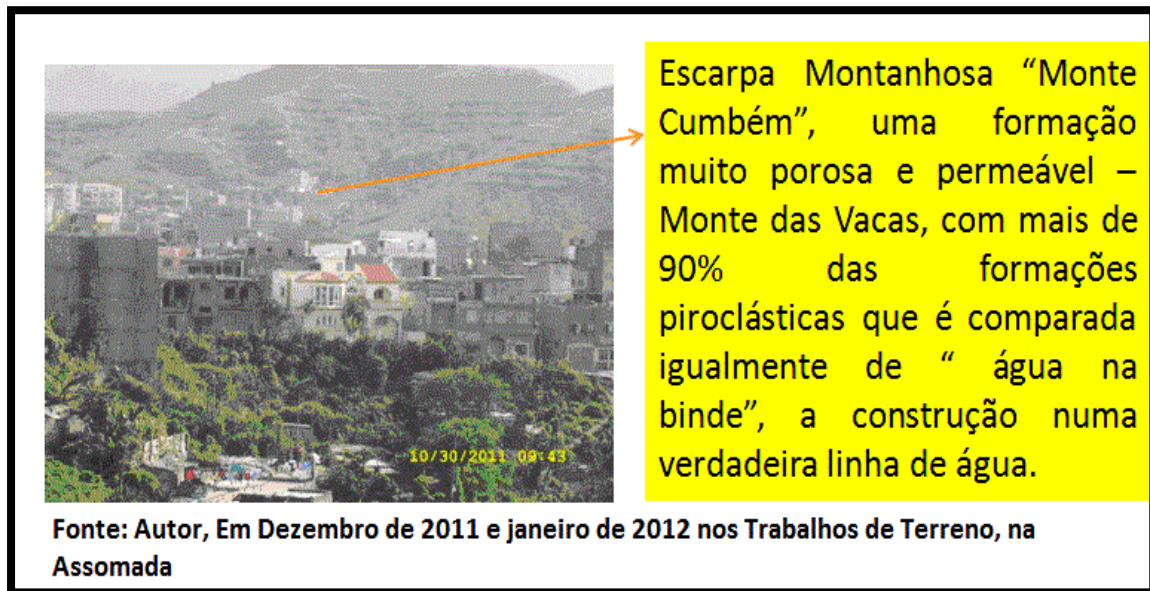
4.2.2. Estrutura Ecológica Urbana

O espaço verde é muito inferior ao desejado, pelo que requer intervenções rápidas para resolver e minimizar o impacto negativo causados pela falta ou ausência desses equipamentos. Estes equipamentos são considerados como o índice básico para a construção da qualidade no ambiente urbano e para o desenvolvimento e o equilíbrio/ integração social. Há necessidade de intervenções urgentes para projetos e empreendimentos nos parques infantis, creches e jardim-de-infância, piscinas, praças para diversão, centro de apoio e integração social aos idosos e toxicod dependentes, mas também de corredores pedonais, espaços livres.

Para a solução dos problemas, tem a convicção que a paisagem e o relevo na Assomada semelhante a **uma “panela” cercada por uma envolvente de escarpas montanhosas**, e diariamente está coberta por uma camada de nuvens atmosféricas muito próximos do edificado. Esta paisagem por si só oferece a proteção das áreas verdes nas encostas que podem ser entendidos como a **“orla da panela”** – e toda a sua envolvente deveria estar livre de construção, permitindo não só o escoamento e a recarga dos aquíferos bem como servir como áreas livres para circulação, recreio e lazer. Isto não acontece na realidade, são registados construções nas vertentes e encostas montanhosas, algumas mesmo dentro das linhas de água, constituindo-se como grande perigo e ameaça com a possibilidade de deslizamentos, inundações e desabamentos de casas, entre outros.

A fotografia apresentada na figura nº 14, ilustra o exemplo da realidade do bairro “Cumbém”, que foram loteados e vendidos pela própria autarquia, tendo sido cobrado todas as taxas legais para edificação. Esse exemplo é extenso a toda área circundante na Assomada.

Figura 14 Fotografia do Bairro Cumbém: Construção Numa Encosta da Escarpa Montanhosa



Fonte: Própria

A construção tem atingido **O Monte de Cumbém com aproximadamente 700 a 900 metros de altitude e ainda** que tem a presença de uma ribeira “linhas de águas”. Esta imagem, indicia que seja obras ilegais, mas, pelo contrário, são obras legais e promovidos pela própria CMSC. Situação que favorece “azo” à proliferação de pequenos planos e projetos de loteamentos, acrescidos de critérios discricionários de compromissos urbanísticos validados e vinculados ao figurino de "**Plantas de Localização**", elaborados muitas vezes na secretaria do Gabinete Técnico. Não existe um verdadeiro plano de urbanização, na Assomada.

No PDM, aprovado em Dezembro de 2011, prevê algumas medidas cautelares, para EEU, mas a maioria foram remetidas, para a os planos de pormenores (PDU e PD). Na Assomada, não há espaços vazios, os existentes, devem pertencer ao privado que já tem adquirido para o seu uso próprio ou são maciços rochosos onde não é possível construir. Os verdadeiros espaços naturais na Assomada, que se enquadra na categoria das condicionantes

destinados aos espaços verdes de utilização coletiva, estão sendo ocupados no seu conceito antagónico e infelizmente o uso/transformação desses espaços exteriores **correspondente à estrutura ecológica urbana cada vez mais insuficiente ou mesmo inexistente**. A construção que aumenta de áreas e a impermeabilização do solo, com consequência na diminuição da zona do verde urbano.

A envolvente na Assomada, que se deveria proteger e conservar como um património natural, “Montes Vermelhos”, que são essencialmente formação de “Monte da Vacas”, locais que podem ser usados com caminhos pedonais incluindo parques de recreio, utilizado para o dinamizar o turismo e ser atração na Assomada.

São propostas pessoais que ajuda na conservação, preservação, proteção e valorização do ambiente natural e construído, como também no desenvolvimento de Assomada, servem para a futura **elaboração do “Livro Verde Urbano: Medidas Cautelares”**.

4.2.3. Redes de Infraestruturas Básicas

Quais os tipos de espaços públicos e infraestruturas que mais necessidades sentem na Assomada?

Os dados dos inquéritos, aplicados, demonstram quais os espaços públicos e infraestruturas que mais necessidades sentem na Assomada. O respetivo questionário tem como objetivo identificar pelo menos três equipamentos públicos que mais necessidades sentem os residentes na Assomada, por ordem de prioridade. Corresponde ao questionário do número 12 da ficha de inquérito e os resultados seguem na tabela seguinte. Na linha horizontal, numerada de 1 a 7 correspondem as opções para escolha dos equipamentos e na coluna posição vertical, encontram as respostas dados pelos inquiridos.

Tabela 16: Resultado dos Inquérito_ Questionário nº12

	1	2	3	4	5	6	7
	18	12	58	3	3	4	1
	2	10	11	28	10	11	3
	4	1	4	10	12	26	6
	4	4	4	4	4	4	4
1°							
2°							
3°							
SR							
	18	vias de acesso					
	58	praças/jardins/espaco verde					
	28	estacionamento					

Fonte: Elaboração Própria

Significados dos números:

1= Vias de Acesso

2= Infraestruturas: (Água, Energia, Esgoto e Telecomunicações)

3= Praças/ jardins /espaços verdes

4= Estacionamento

5= Espaço para Atividade Cultural e de Lazer

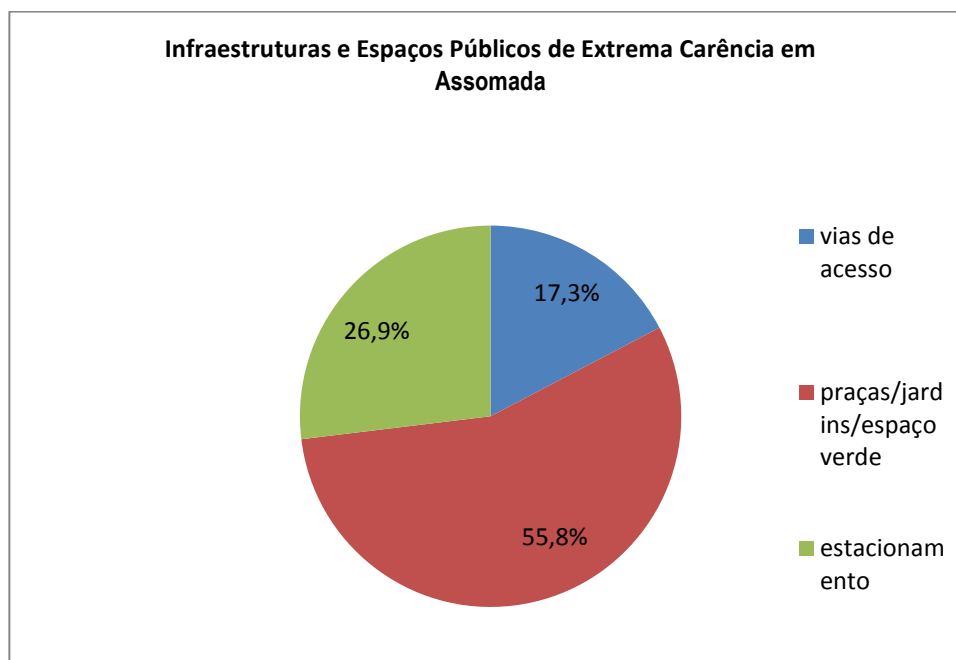
6= Espaços desportivos

7= Outros

Pelos resultados expostos na tabela acima, verifica que quatro indivíduos não responderam (SR). Os fatores mais repetitivos, com maior número de respostas são os da coluna 1,3, 4 e 6, ou seja para os inquiridos, as infraestruturas que mais necessidades sentem

os residentes na Assomada são: **vias de acesso, praças/jardins/espços verdes, estacionamento e espaços desportivos.**

Figura 15 Taxa de Carência das Infraestruturas e Equipamentos Públicos



Fonte: Elaboração Própria, com dados dos inquéritos

Os dados da figura nº15, demonstram, que a grande preocupação para os residentes de Assomada, quanto às infraestruturas equipamentos são: **Praças/Jardins/Espaços Verdes**, ou seja 55% das respostas afirma que esses equipamentos são insuficientes.

Para além de serem insuficientes os referidos equipamentos também é questionada a sua localização e a sua gestão. O mais polémico e difícil é a oferta das infraestruturas viárias com dimensionamento compatível aos fluxos de entrada e saída na localidade de Achada Riba, bairro, no qual centraliza mais de 60% dos equipamentos existentes.

A análise dos equipamentos coletivos destinados a lazer/recreio e espaços verdes, servirá como um indicador na tentativa de revelar as desigualdades a que uma determinada população está sujeita perante a facilidade ou não para o acesso aos equipamentos de lazer/recreio.

Tabela 17: Resultado do Questionário N°6

ME.AMBI ENTE	ATI/CUL/ LAZER	HAB.CUS T	CENTRO DIA	ES.CRE.JA R	ESP.DESP ORT	MAIOR SEG	CAFES/L/ CC	JAR/ESPA .VERDES	ESPA.PU BLICOS	LIMPEZ.E SP,PUBLI COS	PARQUE/ ESTAC	TRANSP. PUBL	PARQ.IN FANTIS	ACESSIBI L.
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
15	16	14	11	10	21	9	12	14	14	7	8	10	13	16
9	15	14	4	5	13	4	7	6	10	5	4	7	3	8
12	5	10	11	9	13	7	8	11	12	11	14	12	8	7
11	8	6	12	15	9	13	17	9	12	10	10	10	11	8
13	12	14	9	7	18	7	7	10	15	8	7	18	12	26
3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3

26	Melhor ambiente no geral
21	Maior segurança
17	jardins e espaços verdes

Fonte: Elaboração Própria

4.2.4.Sistema de Acessibilidades e Rede Viária em Assomada

Acessibilidade inter-concelho entendida pelo conjunto de canais de comunicação entre distintas partes do concelho com a cidade de Assomada permitindo a circulação de pessoas e serviços, através dos meios de transportes (aéreo, marítimo e terrestre) pela garantia e conceito de um espaço acessível. Ele pode ser medido tendo considerado o seguinte: o tempo de demora, o custo e a distância entre o ponto de partida ao ponto de chegada, o conforto, rapidez entre outras variáveis.

Assomada é considerado o “nó” dentro do concelho pelo centro de referência para atividades comerciais, mas também o ponto de entrada/saída, carga/descarga entre as várias localidades existentes (50), em Santa Catarina. A partir do Planalto de Assomada é que se seguem as distribuições às ramificações de todas as localidades existentes no concelho, mas também aos outros concelhos da **Região Norte** da ilha. Isto justifica possuir hierarquização de vias com tráfego compatível para cada tipo de atividades desenvolvidas até ao destino final.

A situação da comunicação e escoamento intra-cidade está muito grave, não existem sistemas de transportes públicos coletivos de passageiros. Tem-se notado uma mistura de funções e usos tanto pela oferta como a procura dos utentes no acesso ao transporte, por exemplo, um camponês vai ao cultivo, com os seus equipamentos partilhando numa viatura que anda um professor e alunos numa trajetória Assomada/Achada Lém, Assomada Ribeirão Manuel – Achada Falcão e vice-versa.

Não há definição de restrição ao tráfego para áreas de intenso comércio e nem sequer organização de locais para estacionamento. Por exemplo, faz-se o despejo do camião de cimento numa via de uso diário no centro da cidade, em que o pó perturba o normal funcionamento dos munícipes. A cidade necessita de um plano de ação concreto para a gestão com definição clara dos pontos de paragem para carga e descarga dos passageiros oriundos das diversas localidades do concelho.

O PDM de Santa Catarina, aprovado em Dezembro de 2011, no seu modelo territorial tem orientações para um estudo setorial na área dos transportes. Propõe mais vias de acesso e no alargamento/melhoramento do sistema de acessibilidades para assegurar um crescimento na mobilidade e qualificação dos espaços urbanos.

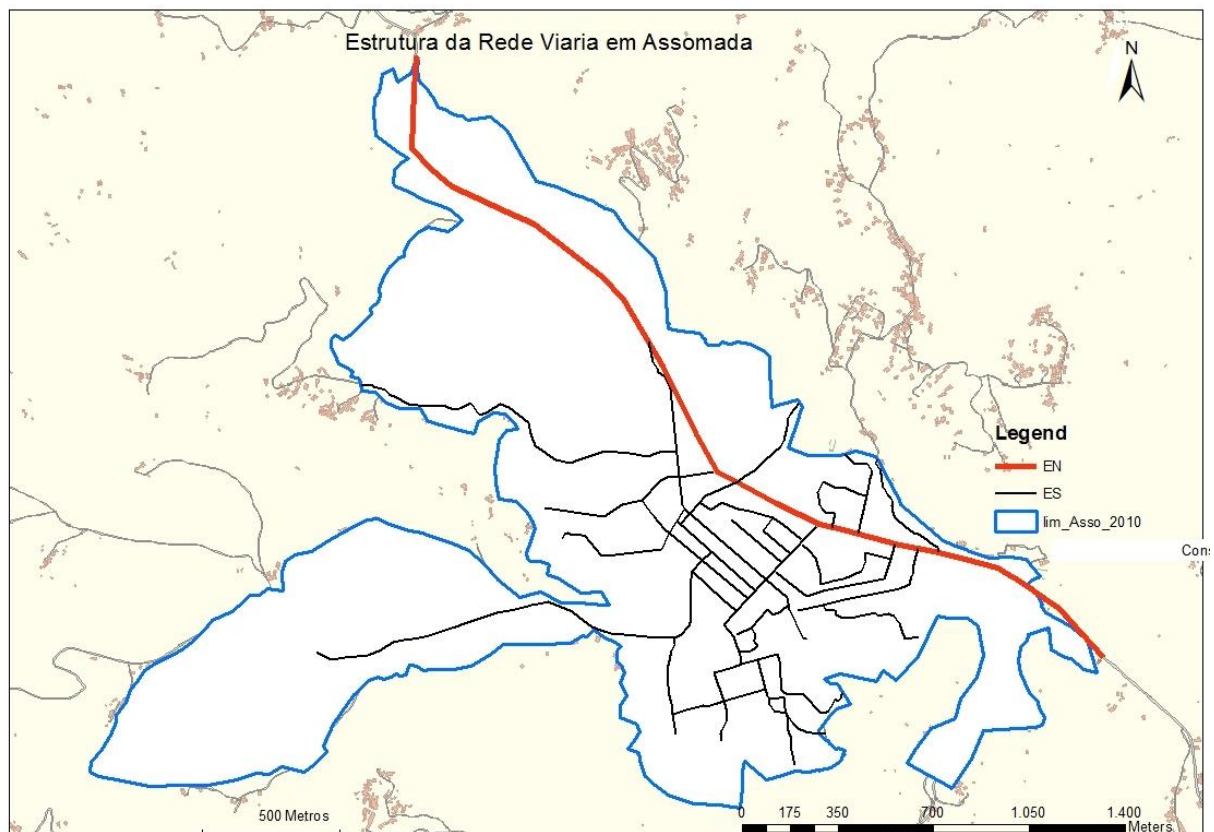
“A legibilidade e estruturação da malha viária assegurando um acréscimo são os principais objetivos a alcançar. Desta forma, é fundamental a definição de uma hierarquização, ainda que polivalente e flexível, que permita a identificação de percursos. Propõe a densificação da rede viária municipal (inter-concelho), mas carece de proposta e ações intra-cidade, no caso concreto para a Cidade de Assomada. O PDM, reporta a responsabilidade aos estudos e propostas para planos hierarquicamente inferior ou seja PDU ou PD⁵¹. Mas a urgência é grande e sobretudo quando é comparado o fluxo de entrada e saída para a localidade de Nhagar/Achada Falcão que pela natureza é considerada o novo centro urbano.

⁵¹ PDMSC, Relatório de Caracterização e diagnóstico, acedido em

sites.google.com/site/cmsturbanismo/planos-projectos-obras/planos/pmot/pdm-santa-catarina, “portal colaborativo da Câmara Municipal”, em Fevereiro de 2012

A figura nº 16, ilustra, a rede viária na Assomada.

Figura 16: Mapa da Rede Viária



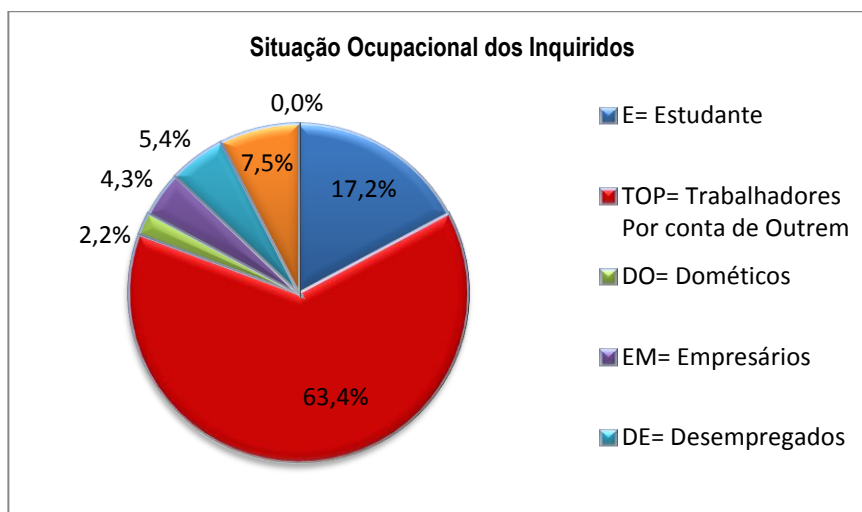
Fonte: Adaptado a Ortofotomapa de 2010, acessado em www.sit.cy, em Fevereiro de 2012

Até então existe uma única via principal Assomada/Praia/Tarrafal, assinalada de cor vermelha e a preto são as vias de comunicação intra-cidade.

Atualmente o dimensionamento da única via principal (assinalada pela cor vermelha) é inferior à sua capacidade de resposta dos transeuntes. O que se tem verificado, são constantes congestionamento da rede principal e outras vias secundárias.

Ao longo da análise dos resultados dos inquiridos, permitiu, identificar, a situação ocupacional dos inquiridores. A figura nº 17, ilustra essa situação ocupacional.

Figura 17: Situação Ocupacional dos Inquiridos



Fonte: Elaboração Própria

Segundo a figura nº 17, 63,4% dos inquiridos, trabalham por conta de outrem, incluem os diversos funcionários do setor público em várias áreas, nomeadamente: saúde, educação e administração e 17,2% correspondem aos estudantes universitários e pré/universitários.

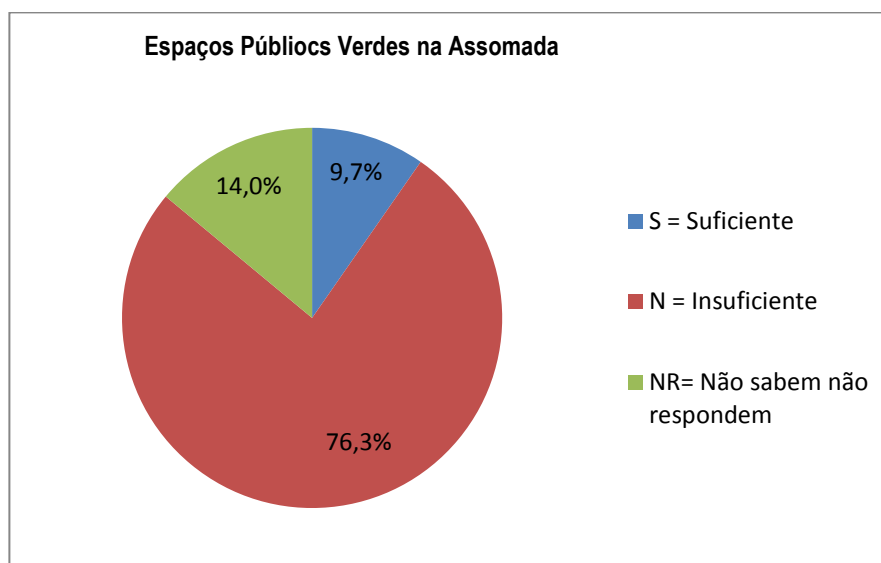
4.2.5. Espaços Verdes de Utilização Coletiva

Trata-se de espaços livres, entendidos como espaços exteriores enquadrados na **estrutura verde urbana**, que se prestam a uma utilização menos condicionada, a comportamentos espontâneos e a uma estada descontraída por parte da população utente.

Inclui nomeadamente: jardins, equipamentos desportivos a céu aberto e praças, com exclusão dos logradouros privados em moradias uni ou bifamiliares.⁵²

Questionário do número 20 da ficha de inquérito - “*Acha a oferta dos espaços públicos verdes em Assomada suficiente?*”. (ver a figura nº 18 que responde o referido questionário).

Figura 18: Classificação dos Espaços Públicos Verdes na Assomada



Fonte: Elaboração Própria

O resultado traduzido na figura nº18, demonstra que 76,3% dos inquiridos, são de opinião que o espaço público verde na Assomada é insuficiente e apenas 9% diz que é

⁵² Consulta a portaria nº 1139/2001 e a portaria mais atualizada nº 216-B/2008, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 60/2007, de 04 de Setembro “ veio prever que os projetos de loteamentos devem prever áreas destinadas à implementação de espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos, cujos parâmetros de dimensionamentos são os estiveram definidos em plano municipal de ordenamento do território.

Aos parâmetros para dimensionamento das áreas destinadas a espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos de utilização coletiva constantes do referido regulamento, encontra na referida Lei.

O Decreto-lei nº555/99, de 16 de Dezembro, “ Aprova o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação” pelos números 1 e 2 do artigo nº 43 e pela redação que lhe foi conferida a o Decreto-lei nº 177/2001, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 128.

suficiente. O que se pode verificar, é que mesmo nas respostas dos inquiridos que responderam de sim, ou seja que é suficiente, (9%), a sua justificação, contrariem intenções de respostas, perante a justificação, deduzem que também é insuficiente. Podem ser indivíduos que possuem ainda uma certa dificuldade em distinguir o conceito de espaços verdes públicos ou então simplesmente enganaram na justificação da resposta.

Os 14% dos inquiridos, não conseguem responder o questionário, o que claramente significa que não sabem. Considerado um valor, elevado para o universo da população de Assomada, que **“não sabem distinguir o conceito de espaço verde de utilização coletiva”**.

Sugere às entidades competentes na matéria, de elaborar programas incluindo ações de formação, informação e sensibilização da população de Assomada, sobre os espaços públicos verdes, sua proteção, importância, para uma educação ambiental e pela cidadania.

4.2.6.Higiene Urbana na Assomada

A **limpeza urbana** constitui uma prioridade máxima no campo de higiene urbana. Exigem a capacidade técnica, recursos financeiros, regulamentos, equipamentos e principalmente a cultura/comportamento de cada cidadão. A limpeza abarca um conjunto de atividades levadas pelos serviços municipais de libertar as sujidades e resíduos nas vias e outros espaços públicos nomeadamente:

Pela limpeza de ruas, passeios incluindo a varredura, a limpeza das valetas, a lavagem de pavimentos e cortes de ervas.

E através da recolha dos resíduos contidos em papeleiras e outros recipientes com finalidades idênticas colocados em espaço público (centros comerciais, escolas, serviços administrativos etc.)

4.2.6.1. Acesso água, Energia e Recolha dos Resíduos

O questionário nº 1 da ficha de inquérito, permite chegar aos seguintes resultados: O saneamento básico, acesso aos bens/serviços diversos, a higiene urbana

planeamento/ordenamento do território na Assomada, segurança do meio, animação desportiva e cultural, drenagem de águas fluviais e outros constantes na tabela nº18.

Tabela 18: Resultado do Questionário nº1

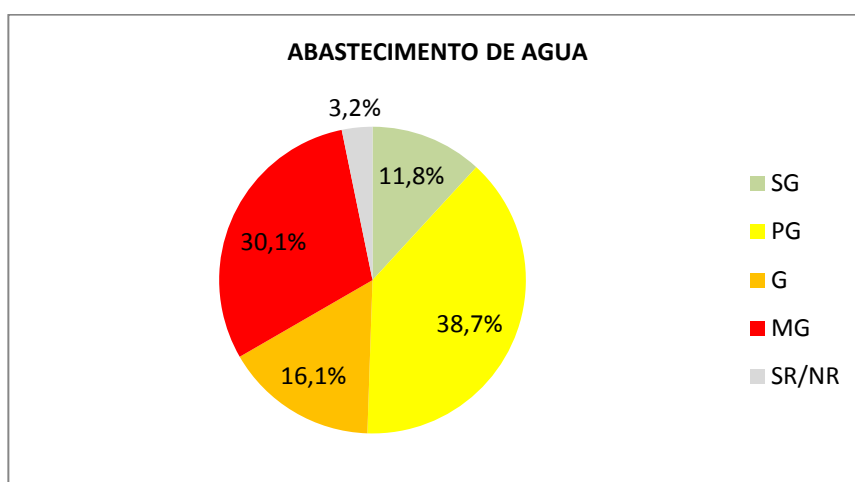
	abast.Ag	reco.Lixo	Limp. Rua	ILU.R.P	LOC.COT	DRE.Agu	Abst.EN	ACE.INT	POLIA.	Ani.Des	ANI.CUL	AMBIENT
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
SG	11	12	11	4	11	9	5	28	11	19	12	7
PG	36	29	34	18	25	19	11	34	41	27	32	36
G	15	28	26	29	35	25	31	15	25	18	16	24
MG	28	17	17	33	16	30	43	10	12	10	11	14
SR/NR	3	7	5	9	6	10	3	6	4	19	22	12
SR	3	7	5	8	5	7	2	4	2	6	12	9
NR	0	0	0	1	1	3	1	2	2	13	10	3
	96	100	98	102	99	103	96	99	97	112	115	105

Fonte: Elaboração Própria

Na célula horizontal a negrito, do número um a doze (1 a 12), corresponde respetivamente aos seguintes fatores: 1= acesso ao abastecimento de água; 2= Recolha de Lixo; 3= Limpeza de Ruas; 4= Iluminação de ruas e praças; 5= Localização dos contentores; 6=drenagem de águas das chuvas; 7= abastecimento de energia; 8= Acesso à internet; 9= Policiamento; 10= Animação Desportiva; 11= Animação Cultural e 12= O ambiente em geral. Na vertical, a primeira coluna, corresponde aos seguintes critérios: SG= sem gravidade, PG= pouco grave, G= grave, MG= muito grave, SR/NR= não sabem não respondem e NR= sem resposta para permitir interpretar os dados.

A figura nº 19, ilustra a classificação quanto ao acesso da água domiciliária. Repara-se que no acesso ao abastecimento de água o problema é complicado, 30,1% dos inqueridos consideram que a situação é muito grave. E se somarmos os 30,1% de muito grave com 16,1% que afirmam que é grave, temos um universo de 44,1%. Com o conhecimento da realidade, pressupõe que para uma avaliação de grave e muito grave o intervalo de tempo para terem a água em casa varia entre os dez dias a quinze dias e quando tem água são muito insuficiente.

Figura 19 : Classificação do Acesso a água



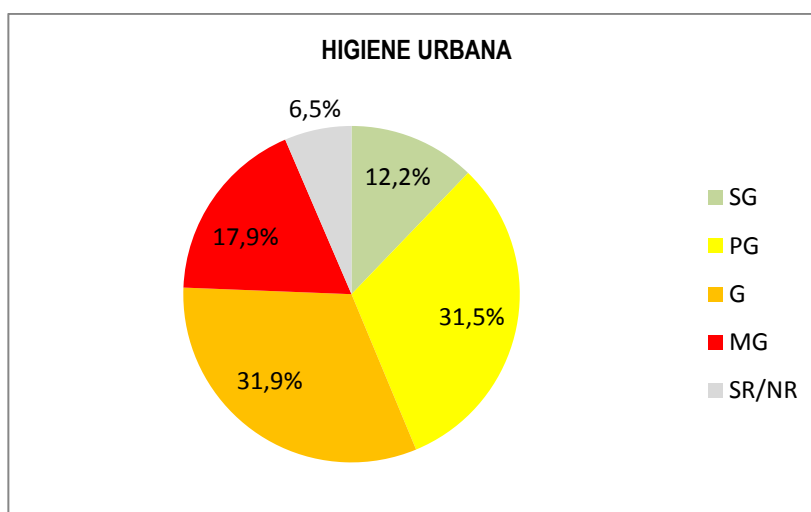
Fonte: Elaboração Própria

A água é um bem primário, essencial à vida e através dela se desenvolvem todas as atividades humanas, obviamente que na Assomada este indicador “acesso a água”, apela medidas de intervenção imediata, para o reforço tanto na produção como a distribuição

Classificação da Higiene Urbana (ver a figura nº20).

A limpeza urbana constitui a prioridade no campo de higiene urbana e deve constituir a beleza no ambiente urbano e promove a construção da qualidade de vida (impacto positivo na saúde pública). A gestão de resíduos é fundamental para preservação do meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das populações. Considerou os critérios: 2, 3 e 5 (Limpeza de ruas, localização dos contentores, recolha de lixos) para representar o estado de higiene urbana na Assomada.

Figura 20: Classificação da Higiene Urbana



Fonte: Elaboração Própria

O estado atual da higiene na Assomada, que varia de grave a muito grave (31,9% e 17,9%), tem efeito imediato na qualidade estético-paisagística, para além de contribuir com o surgimento das doenças designadamente: a dengue, a diarreia nas crianças, o paludismo, doenças de pele, doenças de respiração entre outras. É, também de se registar, o impacto sobre a poluição ambiental, pela falta de organização e estruturação dos locais para o desempenho das atividades. Tem ainda registado mistura no desenvolvimento de atividades que são incompatíveis com o próprio conceito do meio urbano (cidade). Consequências negativas tanto na ordem pública, segurança, higiene, beleza, conforto e bem-estar entre outros.

A fotografia seguinte, ilustrada na figura nº21, comprova o exemplo de um caso prático realizado na cidade de Assomada. Um edifício de uso habitacional, numa via de acesso principal a desempenhar função de carpintaria/soldadura e serralharia, a outra a desempenhar função de oficina de mecânica para reparação de carros.

Figura 21: Edifício para Habitação usado como oficina no eixo da rede viária

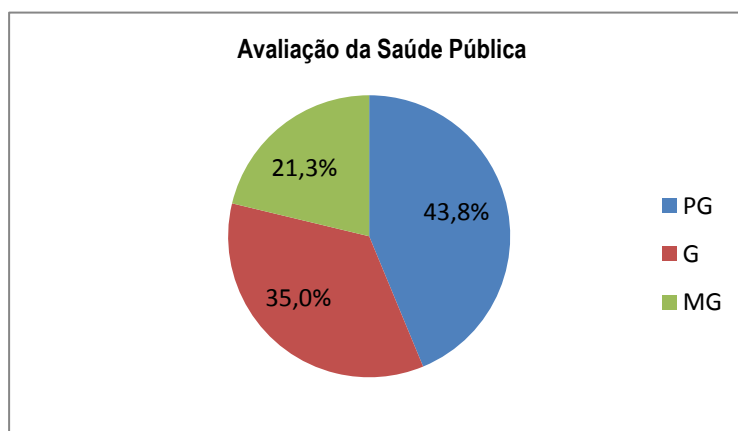


Fonte: Levantamento Próprio

4.2.6.2. Avaliação da saúde pública na Assomada

A avaliação da saúde pública, ilustrado na figura nº22. Traduzem que 43.8% dos inquiridores, dizem que a saúde pública está numa situação pouco grave, 35% afirma que está grave e 21.3 dizem que está muito grave.

Figura 22: Avaliação da Saúde Pública



Fonte: Elaboração Própria

Esse resultado, apela medidas corretivas no saneamento básico e no acesso aos bens de necessidade primários como a água, a energia e o tratamento e recolha dos resíduos sólidos. A análise dos dados apela em geral que seja construído um programa específico no âmbito do tema “**Higiene Urbana**”. Considerando uma área que por si só, constitui temáticas específicas para a investigação e especialização o questionário, permitiu ilustrar através do gráfico, a situação da saúde pública na Assomada.

4.2.7. Situação do Planeamento Urbanístico na Assomada

A ocupação uso e transformação do solo, foi e é muito condicionada pela morfologia do relevo e pelas suas potencialidades agrícolas e silvo pastoril. Nota-se que na Assomada há uma sobre-exploração dos recursos existentes, sem prevenção dos condicionalismos existentes o que torna um risco para equilíbrio ecológico e ambiental, provocando efeitos negativos sobre o saneamento básico, o rendimento e a segurança alimentar, a poluição ambiental, a doença pública entre outros.

Há registos de consequências negativas devido a sobre-exploração dos recursos naturais existentes no concelho de Santa Catarina nomeadamente a intrusão salina, na **Praia de Gamchemba** – Porto Ribeira da Barca e constante degradação nas Praias “ não há areias apenas os calhaus rolados” impossibilitando a natação e visitas turistas, entre outros.

É notório, e do reconhecimento da maioria, que a ocupação do solo no “Planalto de Assomada” está relacionada essencialmente para habitação, resultado da gestão política de sucessivas equipas camarárias. A única preocupação registada até então no âmbito do planeamento e ordenamento do território é: “**gerar e produzir lotes**”, para resolver problemas imediatos, sem no entanto um estudo prévio e nem sequer o estabelecimento dos parâmetros de uso e ocupação do solo que preveja áreas para **o verde urbano**.

Foram loteamentos esporádicos, que originaram construções aleatórias, sem uma direção de crescimento na Assomada. Perante, uma gestão de 30 anos, toda área delimitada na

Assomada encontra-se ocupada, com extrema carência de espaços públicos verdes e equipamentos de lazer/recreio, que são reconhecidos como parâmetros essenciais para a construção da qualidade e do equilíbrio social e ambiental.

Este fenómeno, também é semelhante e extensivo para os outros centros urbanos do país, principalmente na cidade da Paria que é capital do país com a maior área dos bairros de índice ilegal.

Felizmente Cabo Verde têm demonstrado grande preocupação relativamente ao planeamento e ordenamento do território, impostas através de leis e regulamentos que apesar de serem muito recente, imposta pelo D-L n.º 43 de 2010,⁵³, **“Obrigando” todos os municípios na elaboração do Plano Diretor Municipal, pelo cumprimento do prazo estabelecido e caso contrário ficam ausentes do direito de financiamento de qualquer projeto. É louvável o registo e a consciencialização do estado de Cabo Verde, pela implementação de política do uso e ocupação do solo, relativamente aos seguintes princípios: equidade, igualdade, racionalização, sustentabilidade e perenidade do recurso natural endógeno”**

Estes princípios estão explícito na **Lei de Bases da Política do Ambiente**, definida através da lei n.º 86/IV/93, também indissociável ao ordenamento do território e ao planeamento urbanístico, segundo o **D-L n.º 6/2010 (LBOTPU)**.

Registo de grandes decisões fundamentais no âmbito da política ambiental em Cabo Verde:

Em 1995 foi criado o Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), responsável pela definição da política do ambiente.

Em 1994 foi elaborado o Primeiro Plano de Ação Nacional para o Ambiente com um horizonte de dez anos (1994-2004). Embora não tenha sido formalmente aprovado ou muito divulgado, o PANA I despertou alguma consciência sobre as preocupações ambientais. subsequentemente, foram elaborados vários planos nacionais.

⁵³ Decreto-lei n.º 43 de 2010, aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbano (RNOTPU).

Em 2002, foi extinto o SEPA e criada a Direção Geral do Ambiente (DGA), no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

Em finais de 2001, iniciou-se a elaboração do segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), documento que constituiu um quadro orientador para intervenções no sector do ambiente por um período de 10 anos (2004 a 2014).

Ainda em 2001, através de uma cimeira mundial onde esteve a representação dos 189 Estados Membros das Nações Unidas, no qual Cabo Verde, como subscritora da ONU, comprometeu, assumir, até 2015, os Oito objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), discriminadas na tabela n.º1.

O objetivo geral do PANA II: fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e uma gestão sustentável das atividades económicas; responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro ecológicos, o que se manifestam com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município. O PANA II, designa como problemas ambientais prioritários o seguinte: deficiente disponibilidade de água de qualidade apropriada para o consumo doméstico; perda de biodiversidade marinha e terrestre; deficiente saneamento básico com efeitos nefastos para a saúde pública e o desenvolvimento turístico⁵⁴.

Apesar de todos os esforços no âmbito da política de proteção ambiental, valorização e a perenidade dos recursos naturais existentes no país, a situação atual e os dados obtidos durante o estudo, impõe novos desafios de medidas e estratégias de visão global para o arquipélago com a implementação local no município. Exige um conhecimento da realidade local, e as necessidades da população.

O questionário n.º 2 da ficha de inquérito, permitiu identificar as principais características sociais e económicas, que merece análises imediatas e propostas de soluções.

⁵⁴ Lei n.º 86/IV/93 que define as Bases da Política do Ambiente.

Tabela 19: Resultado do Questionário nº2

	ABAN.INS	ASSAL.VIO	CUST.VIDA	DESEMP.	DIF.CASA	DROGA	FAL.POT	POB.EXC.S O	SAUDE PUB.	PROSTITUI.	TRÂNS.AC ESS.	OUTROS PORB.
SG	10	4	0	3	7	0	3	6	2	8	23	4
PG	32	25	21	6	21	10	25	22	35	23	34	5
SG	25	33	37	37	35	28	30	38	28	29	20	4
PG	8	27	28	41	26	43	21	18	17	16	10	5
G	5	3	4	2	2	3	4	4	5	5	4	60
MG	13	1	3	4	2	9	10	5	6	12	2	15
	93	93	93	93	93	93	93	93	93	93	93	93

Fonte: Elaboração Própria

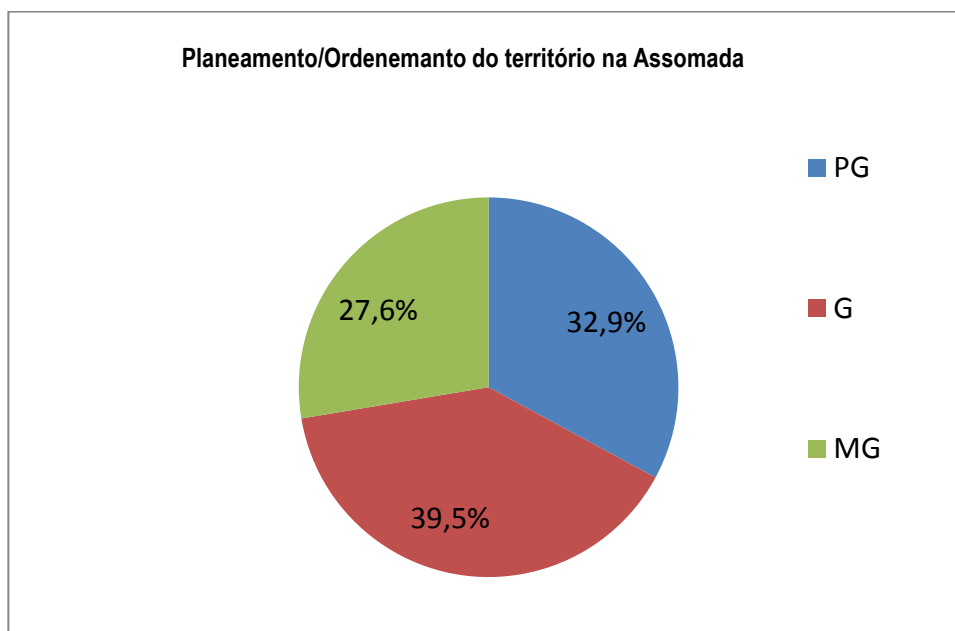
A célula horizontal a negrito, numerados de um a doze, corresponde respectivamente aos seguintes fatores: 1= Abandono e insucesso escolar; 2= Assaltos e violência doméstica; 3= custo de vida; 4= Desemprego; 5= Dificuldade em arranjar casa; 6= Droga; 7= Falta de Planeamento/Ordenamento do Território; 8= Pobreza e exclusão social; 9= problemas de saúde pública; 10= prostituição; 11= Trânsito e acessibilidades e 12 = Outros problemas.

Considerou os seguintes critérios: **SG** = sem gravidade; **PG**= pouco grave; **G**= grave; **MG**=Muito grave, **SR**=Sem Resposta e **NR**= não sabem não respondem. Na coluna 7, pela avaliação da situação do planeamento urbano e ordenamento do território, 39,5% dizem que é grave e 32,9% afirmam que é muito grave. Na soma das duas percentagens ultrapassam os 60%, dos inquiridos a afirmarem que **o planeamento e ordenamento do território está numa situação de grave para muito grave.**

Os resultados da tabela, traduzem uma grande preocupação no geral para os 12 critérios estudados. O flagelo “droga”, na coluna seis classificados de muito grave, seguida do desemprego e o custo de vida. Necesita de programas, medidas e equipamentos de apoio e integração social destinado à classe mais vulneráveis (toxicodependentes, crianças e idosos), para travar as desigualdades sociais, permitindo a igualdade de oportunidades.

A figura nº23, ilustra a situação do planeamento e ordenamento do território na Assomada.

Figura 23: Situação do Planeamento e Ordenamento do Território na Assomada



Fonte: Elaboração Própria

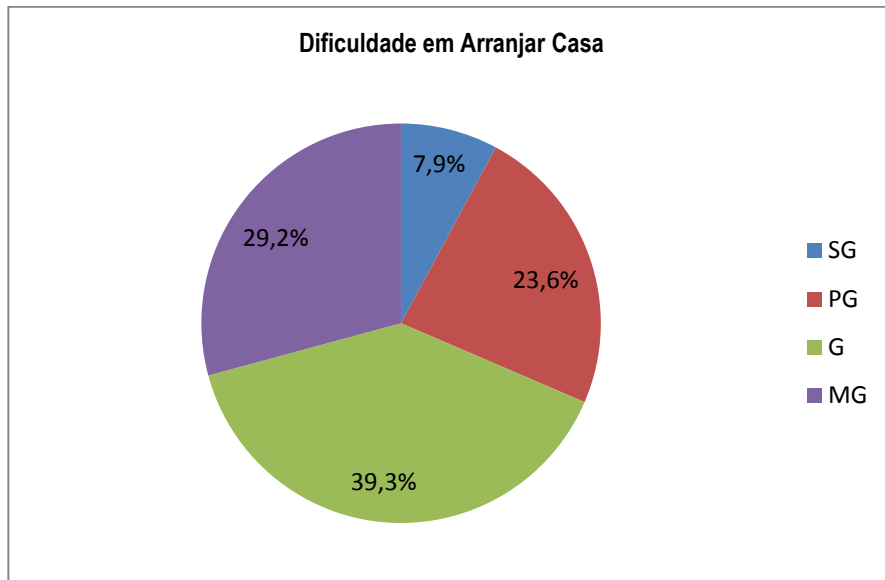
4.2.8. O Acesso à Habitação Familiar

A dificuldade em arranjar uma casa para habitação, foi também considerada um fator importante para análise, tanto na avaliação do económico e social como no planeamento do território e desenvolvimento económico.

Através da % de respostas, 40% afirmam que conseguir uma casa em Assomada é grave e 30% afirmam que é muito grave, num total de 50% dos inqueridos com a classificação de grave para muito grave, demonstra a grande fragilidade, e o desequilíbrio social. Há grande diferença no estrato social, isso traduz que existe metade da população na Assomada que é “rico” e metade muito “pobre”. A sociedade está fragmentada, exige a equidade e o respeito no cumprimento dos dispositivos legais existentes. Tendo em consideração que o acesso a uma habitação condigna incluindo os serviços básicos (infraestruturas de saneamento)

constitui um direito fundamental para todos os cidadãos consagrado na Constituição Caboverdiana. Deve ser considerada como um indicador fundamental que medem a qualidade de vida da pessoas e garante a construção da qualidade ambiental no território.

Figura 24: Dificuldade em Arranjar Casa



Fonte: Elaboração Própria

4.2.9. Programação e Localização dos Equipamentos

Os mapas com a representação esquemática da proposta incidem sobre os equipamentos que mais necessidades sentem os residentes na Assomada, conforme os resultados do inquérito aplicado no território.

Todo o desenho, será elaborado com ajuda do software ArcGIS 10.0 e ilustram o total das áreas livres existentes no território de Assomada.

A tabela seguinte (nº20), que foi exportada a partir do quadro de atributos associado à entidade geográfica do mapa, ilustra os polígonos e as respetivas áreas.

Tabela 20: Delimitação das Áreas Livres existentes na Assomada

Delimitação das áreas livres existentes na Assomada e Localização/programação dos Equipamentos a serem Edificados na respetiva área										
FID	Id	Perimetro	Área	Hectares	Equipamento Proposto					
0	0	633,6749	14427,34	1,442734						
1	0	264,8196	3862,762	0,386276	Localização da área disponível para Estacionamento					
2	0	556,5699	17632,59	1,763259						
3	0	828,2525	21643,01	2,164301						
4	0	562,0308	19044,61	1,904461	Localização da área disponível para Estacionamento					
5	0	470,4642	8628,477	0,862848	Localização/Programação para Creches_0 a 3 anos					
6	0	115,4137	578,0696	0,057807						
7	0	911,272	49488,64	4,948864						
8	0	556,2694	18547,68	1,854768	Localização/Programação para Jardim_Infantil 4 aos 6 anos					
9	0	757,782	27435,56	2,743556	Localização/Programação/Proposta para para Creches_ dos 0 aos 3 anos					
10	0	193,9759	2288,631	0,228863						
11	0	261,9293	4030,161	0,403016						
12	0	294,0641	5867,608	0,586761						
13	0	277,5118	4171,819	0,417182						
14	0	462,0053	8879,145	0,887914						
15	0	289,9655	2972,629	0,297263	Localização/Programação/Proposta para Parque Infantil_Requalificação					
	Total:	7436,001	209498,7	20,94987						
			Observação: Falta localizar áreas para centro dia							
			áreas para desporto informal							
			área pedonal							
			área para vegetação natural							

Fonte: Elaboração Própria

Vinte hectares, são áreas classificadas como espaços livres para possível implementação dos equipamentos coletivos que mais fazem falta à população de Assomada.

Na realidade são terrenos dos privados, que não pertencem ao município, mas pelo bem do equilíbrio social e com a garantia de oferecer as melhores qualidades de vida, devem estudar as formas de recuperar as áreas ditas “*livres*” como propriedade pública, para a futura programação, dimensionamento e instalação dos equipamentos.

Na primeira coluna, “*FID*”, são os polígonos, um total de 15 parcelas delimitadas, com as suas áreas e perímetros já calculados. As áreas estão definidas em metros e em hectares.

A apesar de serem pequenas parcelas delimitadas, e as envolventes são as edificações habitacionais de *tipologia privada unifamiliar*, constata, ainda, que outras dificuldades provêm da própria localização geomorfológica, que não oferecem seguranças para a instalação, atendendo ao critério de programação e caracterização dos equipamentos coletivos da DGOTDU.PT, 2002.

Todo o desenho das áreas para possíveis instalações dos equipamentos da proposto, foi, um esforço enorme e um trabalho de muita engenharia para conjugar todos os conhecimentos de terreno, da legislação, como também nas normas de programação e localização dos equipamentos públicos coletivos.

Os desenhos, seguintes resultam da elaboração própria, sob o mapa topográfico e ortofotomapa do ano de 2010 retirado no site do governo de Cabo Verde em www.sit.cv.

Tabela 21: Áreas dos Equipamentos Existentes

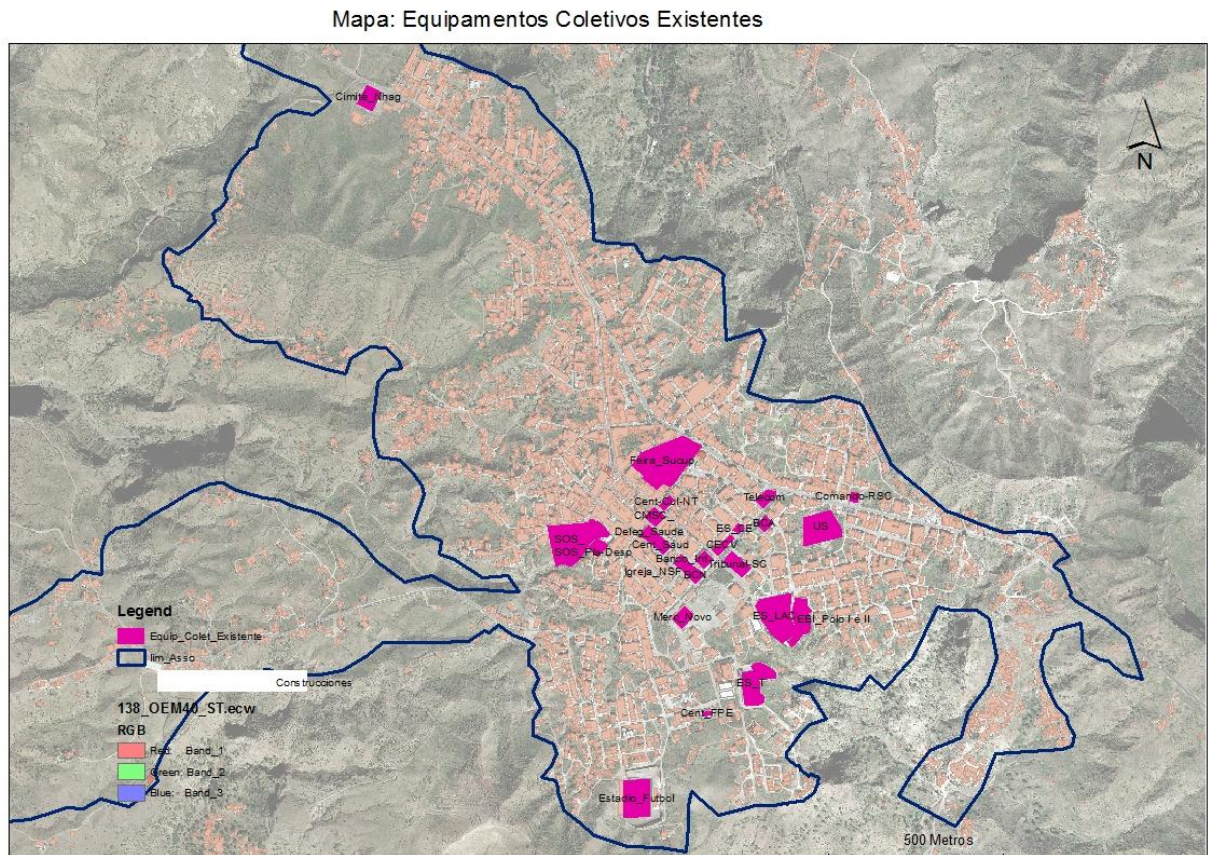
FID	Id	Nome dos Equip_ Existentes	Perimeter	Area	Hectares
0	0	SOS_ Placa desportiva	159,1130209	1655,626	0,165563
1	0	Centro de Saude	162,395247	1627,603	0,16276
2	0	Igreja_ Nossa Senhora de Fati	165,5540894	1656,342	0,165634
3	0	CMSC_ Paços do Concelho	175,599108	1876,019	0,187602
4	0	Centro Cultural_ Norberto Tav	134,1345681	999,5274	0,099953
5	0	Tribunal da Comarca de Santa	229,5088871	3003,289	0,300329
6	0	Escola Secundaria_ LAC	423,3605511	10653,8	1,06538
7	0	Escola Basica_ Polo I e II	369,1497518	5556,279	0,555628
8	0	Comando da Região Santiago	110,3937306	761,4268	0,076143
9	0	Escola Secundaria_ (Técnica_ G	422,3092196	7335,497	0,73355
10	0	Centro de Formação Profissior	79,98935591	320,18	0,032018
11	0	Universidade Santiago	365,9790506	8457,492	0,845749
12	0	Instituição Financeira_ BI	154,7920698	1491,551	0,149155
13	0	Instituição Bancaria_ CECV	180,0412479	1447,183	0,144718
14	0	Delegacia de saude	162,2779706	1651,713	0,165171
15	0	Instituição Bancaria_ BCA	140,0690816	1156,911	0,115691
16	0	Empresa de Telecomunicação	177,2640241	1815,109	0,181511
17	0	Escola Secundaria_ Centro de	99,58131117	605,8038	0,06058
18	0	Mercado Novo_ Feiras	189,3176234	2109,208	0,210921
19	0	Equ_ Dsp_ Est_ Futebol	366,6309492	8161,631	0,816163
20	0	SOS_ Assomada	530,1224495	14400,18	1,440018
21	0	Instituição Financeira_ BCN	153,4689314	1459,297	0,14593
22	0	Feira_ Sucupira	551,6354936	17022,93	1,702293
23	0	Cemitério_ Nhagar	227,4142877	3194,595	0,31946
				98419,2	9,84192

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela nº 21, estão os equipamentos coletivos e as suas áreas. A maioria não possui estacionamento e o dimensionamento recomendado.

Os equipamentos como: O Tribunal da Comarca de Santa Catarina, A Escola Secundária LAC (Liceu Amílcar Cabral); SOS, Comando Regional, US, EBI e Centro de Formação e Emprego e o Cemitério de Nhagar, possuem uma definição das áreas para estacionamento, mas as áreas ocupadas pela totalidade dos equipamentos são muito insuficientes ao critério e normas de programação dos mesmos.

Figura 25: Localização dos Equipamentos Existentes



Fonte: Elaboração Própria

A figura n°25, ilustra a localização equipamentos coletivos já existente na Assomada, pintada de cor roxa e o perímetro urbano de 2010 de cor azul. Por essa razão, se entende que a demanda dos equipamentos destinado às áreas:

- ❖ Do pré-escolar;
- ❖ Desporto livre;
- ❖ Apoio social;
- ❖ Recreio e lazer;
- ❖ E o desporto infantil;

❖ Desporto livre

❖ Corredores verdes

São áreas que constituem às aspirações dos cidadãos de Assomada e fazem parte dos equipamentos que mais necessidades sentem os residentes.⁵⁵

A tabela n°22, ilustra, a projeção, dimensionamento e programação dos referidos equipamentos que mais fazem falta à população de Assomada, com base no documento técnico da DGODU.PT.

A tabela está composta por 8 colunas e cada qual com a definição dos critérios que serviu como base para aplicações dos cálculos dos seguintes parâmetros:

Determinação das áreas dos equipamentos;

Determinação das áreas de irradiação - é o tempo gasto entre o percurso da residência (origem) e o equipamento (destino);

Determinação do critério de localização - define as condições a terem em conta na escolha da localização dos equipamentos. Devem ter em conta sobre tudo incompatibilidades e complementaridades com outros equipamentos e estabelecimentos da envolvente.

⁵⁵ Ver o resultado dos inquéritos aplicados no âmbito dessa investigação científica.

Tabela 22: Programação e Definição sobre o critério do Dimensionamento dos Equipamentos da Proposta

Tipos de Equipamentos		Designação dos Equipamentos a serem propostos	Área de irradiação	População base	Critério de dimensionamento	Critério de localização	Levantamento do diagnóstico (número dos equipamentos existentes)	Número de equipamentos necessários (Propostas) /m
Educação	Educação (pré-escolar)	Jardim-de-infância (dos 4 aos 5 anos)	Preferencial: 15 min a pé; entre transporte o máximo aceitável 20 min (a distância entre jardim de infância e a residência ou local de trabalho dos pais das crianças (subordinar-se-á pelo principio de grande proximidade)	A taxa de natalidade é de 21,24/1000 hab (INE) Mínimo: pop. Base= 1000 e número de crianças =21.Máximo: Número da população base= 5000 e número de crianças = 235	Indicadores de referência: área bruta de construção 6m ² /criança e área de terreno 16m ² /criança	Proximidades e articulação funcional entre a escola e zona de residência. Terrenos com declives suaves e boas condições de salubridades.	3 Jardins:(com extrema carência dos mobiliários adaptável às crianças) 10 salas	8 salas para Jardins/21 alunos. [(21*8)*]16m ² =2688 m ² , para 168 crianças. Se for para 3420 Crianças será necessário um total de [(162*8)*]16m ² =54720m ²
Solidariedade e Segurança Social	Apoio Social	Centro de Dia	Localidade (Assomada) medida através do raio	Variável (conforme o numero de idosos)	Unidade para 40-50 pessoas área útil 5,5m ² /pessoa e área de construção - 7m ² área de espaço exterior a definir caso a caso	Localidades ou centros urbanos onde existem necessidades detectadas e sensibilização da população para a utilização deste tipo de equipamento	Não existe o centro de dia para idosos na Assomada e nem no concelho em geral. Segundo dados do INE a proporção dos idosos é de 9,7%	Atual necessidade para acolher 1746 idosos e necessitamos de um Centro/Dia com capacidade para acolher: dada a cultura cabo-verdiana, vai ser reduzida a necessidade para 50% e assim 873*7m ² = 6111m ² , para 1746*7m ² = 12222m ²
Solidariedade e Segurança Social	Apoio Social	Creches após o período de licença dos pais prevista na lei (até aos 3 anos)	O preferencial: 15 min a pé; entre transporte o máximo aceitável 20 min (a distância entre o jardim de infância e a residência ou local de trabalho dos pais das crianças devera subordinar-se ao principio de grande proximidade)	Segundo INE, a taxa de natalidade é de 21,24/1000 hab. Mínimo: pop. Base= 1000 e número de crianças = 21. Máximo: Número da popu base= 5000 e número de crianças = 235	Indicadores de referência: área útil/criança = 8m ² /criança, área bruta de construção 10m ² e área de espaço exterior 10m ² /criança.	Localizar em zona central de preferência ao longo do percurso de rotina diária, próximo dos locais de trabalho afastado de zonas poluídas e de fontes de ruído intenso.	1 (Privado, sem condições das instalações dos edifícios) com capacidade para maximo 50 crianças	Para cinco (5) salas*35=(175*18m ²)= 3150m ²
Espaços Livres	Espaço Verde Coletivo (para recreio e lazer)	Desporto/ recreio e Lazer (Infantil, Juvenil e	15 min a pé e 20 min de transporte	18000 Pessoas	Cada individuo/3m ² (18000*3) = 54000m ²			
Áreas de proteção		Propõe-se toda a zona envolvente, ou seja a área que delimita o perímetro da Cidade de Assomada. Considerando que						

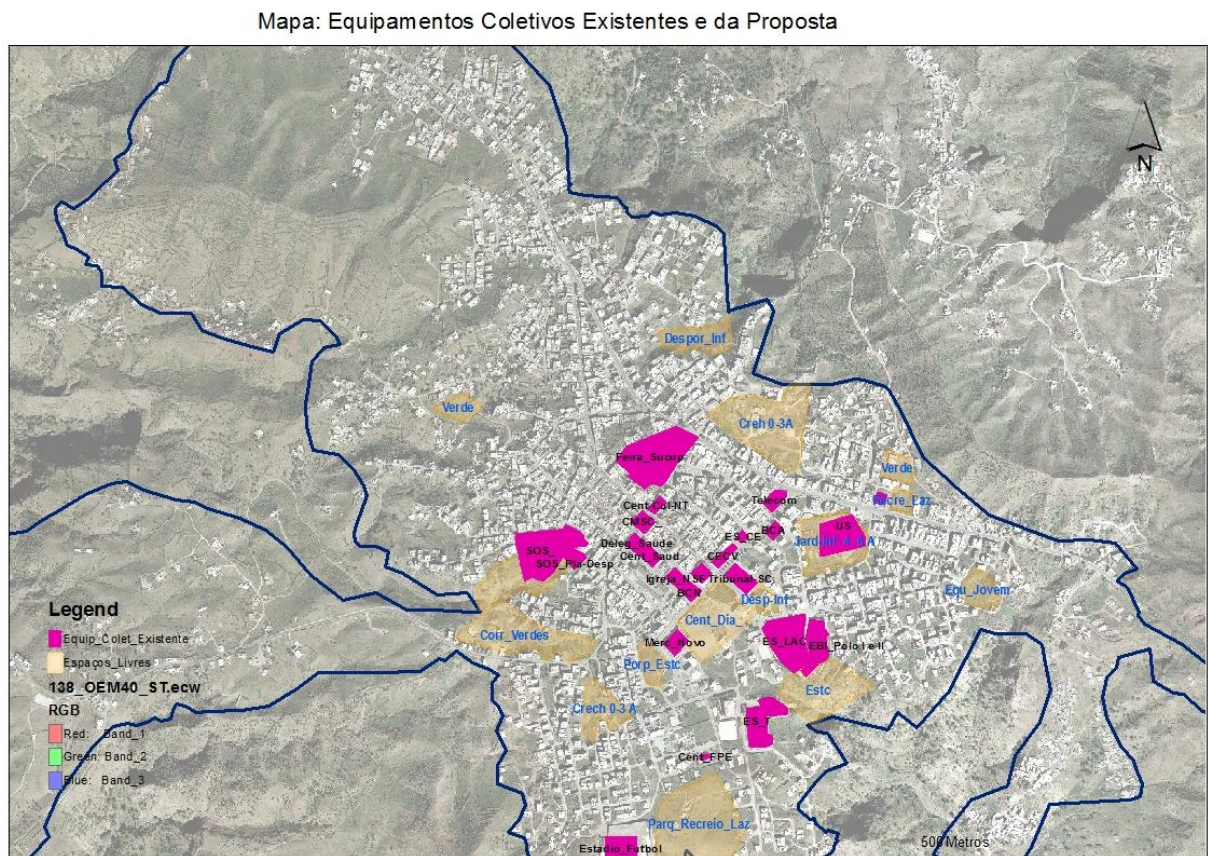
Tipos de Equipamentos		Designação dos Equipamentos a serem propostos	Área de irradiação	População base	Critério de dimensionamento	Critério de localização	Levantamento do diagnóstico (número dos equipamentos existentes)	Número de equipamentos necessários (Propostas) /m
	Natural	a zona envolvente é abrupta e acidentada, com declives acentuados.						
	Estacionamento	Habitação	Comércio	Equipamento				
		Um por cada fogo habitacional	Para cada 100m ² de construção, deve prever um estacionamento	Prever o estacionamento em cada equipamento da proposta, calculado do seguinte modo: Para um equipamento da educação será preservado 1/3 dos funcionários que desempenham as funções. Para centro de dia - Idosos: considerou-se para cada 20 idosos com 2 lugares de estacionamento. Para 800 idosos serão necessários 80 estacionamentos: Σ98 Estacionamento.				

Fonte: Elaboração adaptada ao documento da DGOTDU, 2010

A figura nº26, ilustra a localização e programação dos equipamentos existentes e da proposta.

A cor rocha – equipamentos existentes e a cor amarela são os equipamentos da proposta.

Figura 26: Mapa: Programação e Localização dos Equipamentos: Existentes e da Proposta



Fonte: Elaboração Própria

A tabela nº 23, ilustra o dimensionamento das possíveis áreas livres existentes na Assomada e estão medidas em áreas por (m²) e em hectares.

Das possíveis áreas livres existentes são projetados os equipamentos da proposta, tendo sempre presente as normas de programação dos equipamentos coletivos, segundo o documento da DGOTDU de Portugal. São equipamentos que mais necessidades sentem os residentes de Assomada, isto segundo a análise dos dados dos inquéritos aplicados no âmbito desta dissertação em Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012 para a população de Assomada.

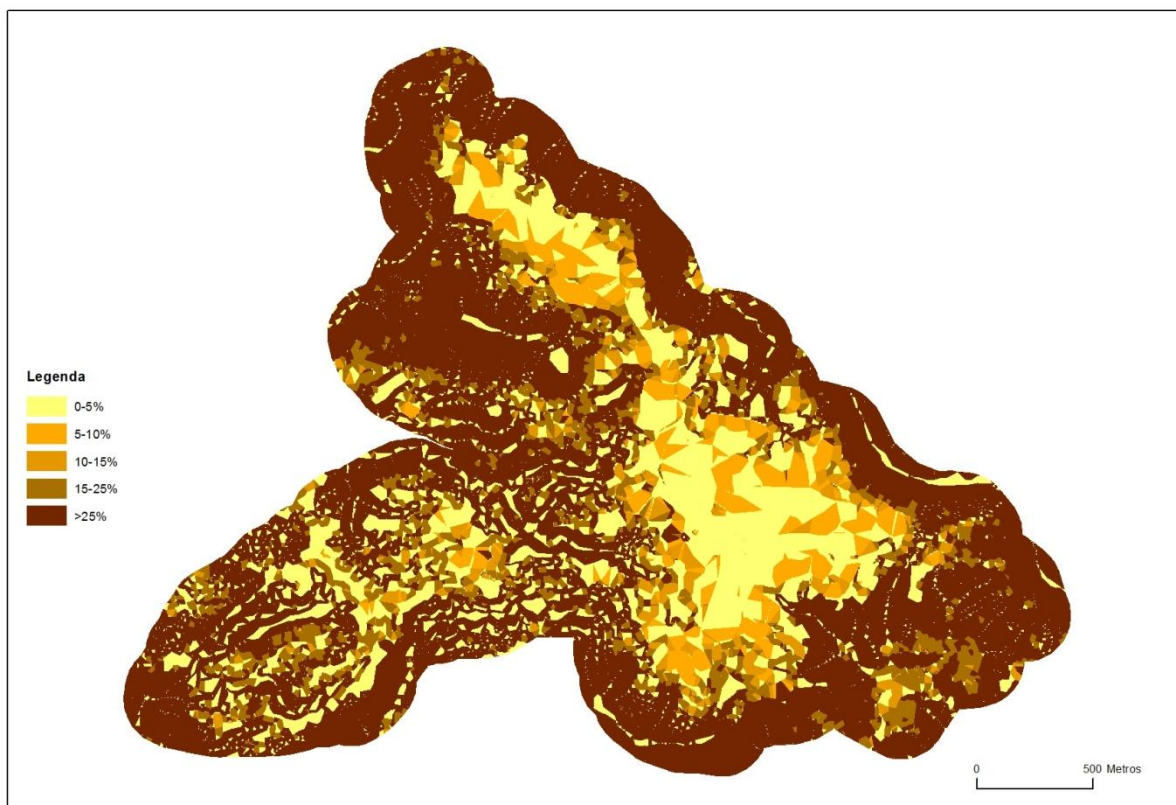
Tabela 23: Equipamentos da Proposta

FID	Id	Perimeter	Area	Hectares	Nome_Equip_Proposto
0	0	633,6749	14427,34	1,442734	Corre_Ver
1	0	264,8196	3862,762	0,386276	Porp_Estc
2	0	556,5699	17632,59	1,763259	Cent_Dia_
3	0	828,2525	21643,01	2,164301	Corr_Verdes
4	0	562,0308	19044,61	1,904461	Estc
5	0	470,4642	8628,477	0,862848	Crech 0-3 A
6	0	911,272	49488,64	4,948864	Parq_Recreio_Laz
7	0	556,2694	18547,68	1,854768	Jard-Inf- 4 -6 A
8	0	757,782	27435,56	2,743556	Creh 0-3A
9	0	193,9759	2288,631	0,228863	Recre_Laz
10	0	261,9293	4030,161	0,403016	Verde
11	0	294,0641	5867,608	0,586761	Equ_Jovem
12	0	277,5118	4171,819	0,417182	Verde
13	0	462,0053	8879,145	0,887914	Despor_Inf
14	0	289,9655	2972,629	0,297263	Desp-Inf
15	0	431,084	3836,55	0,383655	Area_Pedonal

Fonte: Elaboração Própria

A figura n° 27, representa os declives na Assomada. Este, permite observar a forma biofísica do território.

Figura 27: Representação dos Declives na Assomada



Fonte: Elaboração própria, a partir do mapa topográfico, da carta militar de 1973.

Segundo a figura n°27, a inclinação do terreno, distingue-se pela cor e pela percentagem dos declives assinalados na legenda. Varia entre o mínimo declive, ou seja pouca inclinação entre [0% 5%] e ao máximo declive, ou seja, grandes escarpas montanhosas já impossíveis de construção com declive superior a 25%.

As localidades que representam maior constrangimento tanto na acessibilidade, como no assentamento populacional são as bordieras “toda a parte da delimitação” de Assomada, representada pela cor castanha escura.

As localidades que possuem declives suaves, com grandes achadas “as planícies”, encontram assinalada no mapa pela cor amarela clara e amarela escura que varia entre os **[0% - 5% e os 5% -10%]** de declive. São sítios sem grandes riscos naturais para programar e projetar a residência das pessoas.

Os declives com uma acentuação entre **[5% -10 e 10% a 15%]** são, aceitáveis se construir, tendo sempre presente o estudo nas tipologias e qualidade dos materiais utilizados nos assentamentos.

CONCLUSÃO

Ao longo de uma investigação científica longa e progressiva, resumidamente conclui-se no seguinte:

1. Tenho a plena consciência e convicção de que este trabalho, servirá por um lado como um documento que orienta, define e recupera os espaços verdes de utilização pública na Assomada e por outro servirá como base para a futura elaboração de um projeto de requalificação urbana, mas também um instrumento para auxiliar no decurso de aplicação da atividade profissional.
2. Os objetivos traçados e as questões inicialmente colocadas, foram alcançados. O resultado das questões levantadas a metodologia traçada foi rigorosamente cumpridas e estas se encontram discriminadas, ao longo da redação nos capítulos que integra a dissertação.
3. O surgimento do povoado no Planalto de Assomada, o crescimento e a expansão rápida dos seus edificadados, constituem resultados tanto do contexto histórico, como na localização dos equipamentos coletivos, localização geográfica, nas características paisagísticas que a constituem e pelos vários outros fenómenos associados; principalmente pela influência nos seus recursos humanos e na decisão política.
4. Assomada serviu como ponto de referência geoestratégica desde a decadência da Ribeira Grande de Santiago que através do refúgio dos escravos e piratas para interior da ilha serviu como ponto de referência e ligação com os restantes concelhos da ilha. Através da posição geoestratégica, permitiu a programação e localização dos principais equipamentos coletivos, mais concretamente na educação, saúde e serviços administrativos, a **razão fundamental pelo crescimento e procura para a residência.**

5. Os espaços livres e os equipamentos de recreio e lazer na Assomada, são insuficiente à demanda da população residente, importa adotar de medidas e ações concretas para recuperação e reintrodução dos espaços livres e programação dos equipamentos de recreio e lazer;
6. Fazem falta para à população de Assomada os seguintes equipamentos: **estacionamentos, creches, jardim-de-infância; centro de dia para idosos, proteção dos efluentes, proteção das áreas montanhosas, áreas pedonais, áreas para o desporto informal e áreas livres de recreio e lazer.**
7. O saneamento básico: acesso ao sistema de recolha e tratamento dos resíduos, acesso a água, a energia, à habitação e ao espaço urbanizado, constituem indicadores na Assomada, com os valores muito inferior ao padrão nacional e almejados pela população residente (ver o resultado dos inquéritos).
8. Os indicadores proposto, segundo a tabela número 12, permite uma avaliação sustentável da situação atual no território de Cabo Verde e em particular na Assomada, sendo, certo que esta constitui uma proposta considerada como uma **ferramenta pertinente para medir, refletir, assim, tomar as medidas e ações que melhoram a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas.**

Desenvolvimentos futuros

Apela às entidades responsáveis na área do planeamento e ordenamento do território de Cabo Verde que continuem com medidas de políticas tomadas concernente ao Planeamento Urbanístico e por outro aumentar o incentivo na investigação científica através da oferta de bolsas de estudos e cooperação junto das instituições com vocação na área.

Elaborar “um livro do verde urbano” com medidas cautelares e programas que incluem ações concretas para o processo de proteção, valorização, recuperação e reintrodução dos espaços verdes públicos - desenvolvimento de programas para educação ambiental e consciência da importância no planeamento no território.

Atualizar os dispositivos legais vigentes no âmbito da administração local como: o estatuto do município, o código de posturas municipais e o reforço do sistema de fiscalização.

Desenvolver um projeto destinado ao tema: Higiene Urbana na Assomada - Tratamento dos Resíduos Sólidos e Cidadania.

BIBLIOGRAFIA

Conselho Europeu de Urbanistas [CEU] (1998), A Nova Carta de Atenas 2003: A Visão do conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI, AUP-DGOTDU, Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano [DGOTDU], Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2002), Normas de Programação e Caracterização dos Equipamentos Colectivos, Coleção Informação nº 6, DGOTDU, Lisboa.

Lobo M. Costa, Correia Paulo, Pardal Sidónio & Lobo Margarida (1995), Normas Urbanísticas: Volume I – Princípios e Conceitos Fundamentais, DGOTDU-UTL, 2ª Ed., Lisboa.

Políticas dos Solos no Planeamento Municipal (2002), Fundação Calouste Gulbenkian.

Amaral, Ilídio “ Política Económica e Cultura século XXI, Ramada, 2010.

Amaral, Ilídio (1926), Alguns Aspetos Geomorfológicos do Litoral da Ilha de Santiago,

Amaral, Ilídio, Santiago de Cabo Verde, A Terra e os Homens, Lisboa, 1964

Correia Armindo Freitas, A Gestão do Território Municipal em Cabo Verde: O Caso de Santa Catarina de Santiago - Tese de Mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Setembro de 2011.

Atas do Seminário, Território e Administração, Gestão de Grandes Áreas Urbanas (2001), Fundação para Ciência e a Tecnologia [FCT], Lisboa.

Benévolo Leonardo, (1995), A Cidade na História da Europa, 1ª Edição, Editorial Presença Lda., Lisboa.

Boletim Oficial de Cabo Verde, nº21, 1ª Série, 03 de Julho de 1995, Que Aprova O estatuto do Municípios, Lei 134/IV/95.

Bordalo Ana Cristina (2010), Cadastro Predial em Urbanismo: que modelo Para Portugal? Tese de Doutoramento em Urbanismo, ULHT.

Mateus José Diogo & Bordalo Ana, Moutinho (2005), A Qualidade Urbanística como Recurso Estratégico para o Desenvolvimento de Portugal, in revista malha urbana, <http://hdl.handle.net/10437/2096>, ULHT, Lisboa.

Mateus José Diogo (2006), Contributos para a Criação de um Sistema de Avaliação da Qualidade (de vida) Urbana, Tese de Mestrado em Urbanismo, na ULHT, Lisboa.

Carvalho Jorge, (2003), Ordenar a Cidade, Quarteto Editora, Coimbra.

Cidades e Municípios (2011), Revista Especial, Empresa Pública de Urbanização de Lisboa [EPUL], 30 anos, Editora Lda., Lisboa.

Condesso, Fernando dos Reis (2005), Ordenamento do Território, Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional, ISCSP, Lisboa.

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1992), Agenda 21. Rio de Janeiro, retirado: [http:// www.pt.anmp/doc/div/2001/age21/docs/a 71.pdf](http://www.pt.anmp/doc/div/2001/age21/docs/a71.pdf), em Maio de 2011.

Cullen Gordon (2009), A Paisagem Urbana, Edições 70, Lisboa.

Decreto regulamentar nº 10/2009 – fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial, bem como na representação de quaisquer condicionantes.

Decreto regulamentar nº11/2009, fixa nova regulamentação da classificação e quantificação do solo.

Decreto-lei 380/99, pelo regulamento: 9/2009 – prevê conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e de urbanismo a utilizar nos instrumentos de gestão territorial.

Organização das Nações Unidas [ONU], Os Oito Objetivos para Desenvolvimento do Milénio [ODM] até 2015; retirado in: www.sites.google.com, em 09/02/2012.

Decreto-lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, Regino Jurídico de Urbanização e da Edificação (artigo nºs 43 e 128).

DGOTDU (2010), Sistema Nacional de Indicadores e Dados-base Sobre o Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

Fernandes Maria de Fátima (2007), Aplicação dos SIG na Gestão do Cadastro Urbano aplicado ao Município de Praia, tese de Mestrado, Instituto Superior de Estatística e

Gestão de Informação da Universidade Nova de Lisboa, retirado em: www.sites.google.com, em 16 de Julho de 2011.

Fiedman, George (2009), os próximos 100 anos, uma previsão para o século XXI, Edição Portuguesa / Lisboa, Edição D. Quixote, 2010.

Fonseca, Crisolita Fortes (2010), A Morfologia Urbana da Freguesia de Oeiras, Tese de Mestrado em Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Tavares Francisco Fernandes (2006), A Ilha de Santiago Potencialidades e Desafios, In Revista Iniciativa, Cabo Verde.

Tavares Francisco Fernandes (2008), Plataforma Eleitoral Para Autarquia da Câmara Municipal de Santa Catarina, Santiago de Cabo Verde.

Gambôa, Mário da Silva (2008), Impactos Decorrentes da Expansão da Cidade de Assomada, Município de Santa Catarina – Cabo Verde, Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina Brasil.

Gehl Jan (2006), Life Between Buildings, Sixth Edition.

Hall Peter (2002), Cities of Tomorrow, Third Edition, Blackwell Publishing.

Mausbach Hans, (1981), Urbanismo Contemporâneo, Análise dos Fundamentos do Urbanismo Atual, 3ª Edição, Editorial Presença, Lisboa.

Instituto Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos [INGRH], (2000), Visão Nacional sobre a água, a vida e o ambiente até 2025, Cidade da Praia Cabo Verde.

Campers João (1998), O Direito Administrativo - Guia de Estudo, 3ª Edição; Editorial Notícias.

Lamas, J.M. Ressano Garcia, (1993) A Morfologia Urbana e O Desenho da Cidade. Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, Lisboa, 6ª Edição, Dezembro de 2011.

Lynch, Kevin, (1960), A imagem da cidade; Edições 70, 1982, Lisboa.

Lynch, Kevin (1990), A Boa Forma da Cidade; Edições 70, Lisboa.

Macucule, Domingos Augusto, (2010) Metropolização e Reestruturação Urbana O Território do Grande Maputo, Tese de Mestrado em Gestão do Território, Universidade Nova de Lisboa.

Matias, Isabel Maria da Luz Batista, (1997) A componente Ambiental no Planeamento Urbano Programa Municipal de Ambiente, Tese de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.

Mendes, Maria Clara, (1990) O Planeamento Urbano na Comunidade Europeia Evolução e Tendências”, Biblioteca Camões, Lisboa.

Amado Miguel Pires, (2010), Construção dos Indicadores que Avaliam a Implementação e Sustentabilidade dos PDM de Cabo Verde, Um Documento de Apoio Para a Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de Cabo Verde [DGOTDU.CV], Cidade Praia.

Amado Miguel Pires, (2005), O Planeamento Urbana Sustentável, Edição Caleidoscópio. Portugal.

Morais Paula, (2004), Conceitos Jurídicos nos Domínios do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, Livraria Almedina, Lisboa.

Moutinho, M., Mateus D., & Primo J. (2007). Desenho Urbano. Elementos da análise Morfológica. Lisboa, Ed. Universitárias Lusófonas. Retirado em Agosto de 2011:http://tercud.ulusofona.pt/Publicacoes/2007/MoutinhoMMateusDPrimoJ_Text.pdf

Mumford, Lewis “ A Cidade na História, Suas Origens, Transformações e Perspetivas.

Partidário, Maria do Rosário, (1999), Introdução ao Ordenamento do Território, Universidade Aberta.

Partidário, M. do Rosário (2003), Anexo I – Diretiva Europeia 2001/42/CE relativa à Avaliação dos efeitos de certos planos e programas no ambiente, in Guia para avaliação Estratégica de Impactes em Ordenamento do Território, DGOTDU – Coleção Estudos 9, Lisboa.

Plano Diretor Municipal [PDM], (2012), Cidade da Praia Cabo Verde, Retirado em www.sites.google.com, em 01 de Fevereiro 2012.

Plano Diretor Municipal [PDM], (2011), Santa Catarina de Santiago Cabo Verde, Retirado em www.sites.google.com, Julho de 2011.

A portaria régia de 1838, O primeiro plano de urbanização do Mindelo, retirado in, www.sites.woc.uc.pt/darq, em 06 Fevereiro de 2012.

Portaria 1136/2001 e 216B/2008, do D-L, nº 555/99 “ Veio a Prever que os Projetos de Loteamentos devem prever áreas destinadas à implantação de espaços verdes de utilização coletiva, infraestruturas viárias e equipamentos, incluindo os parâmetros e dimensionamentos.

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, (2007), Edições Almedina, Lisboa.

Ribeiro Orlando, (1911 -1997) Paisagens, Regiões, e Organização do Espaço, In Revista Portuguesa de Geografia, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Sabino António Advino, (1998) O Aproveitamento Hidro-agrícola e os Impactes dos Projetos de Conservação do Solo e Água, em Cabo Verde – Ilha de Santiago, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Justo António dos Santos (2010), Direitos Reais, 2ª Edição, Janeiro de 2010, Editores Wolters Kluwer Portugal

Santos Maria Emília Madeira & Silva António Leão Correia, Cabral Iva Maria, Baleno Ilídio (2010), História Geral de Cabo Verde III Volume, Edição: Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa & Instituto Nacional de Investigação Promoção e Patrimónios Culturais de Cabo Verde.

Serralheiro António (1979), Estudo Geológico, Petrológico e Vulcanológico da Ilha de Santiago (Cabo Verde). In: Garcia de Orta, Série Geológica. Lisboa.

Tavares, Manuel Pereira (2009), Contributos Para o Conhecimento do Fenómeno Urbano Em Cabo Verde: O Caso de Assomada, Tese de Mestrado em Urbanismo, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

Martins Teresa Tomás Simão (2009), Reabilitação Sustentável: Um Estudo na Mouraria Análise de Quatro Tipologias Construtivas - Tese de Mestrado em Arquitetura do Instituto Superior Técnico- Universidade Técnica de Lisboa.

UNWIN, R. La pratica del urbanismo (1984), Una introducción al arte de proyectar ciudades e barrios, Barcelona GG.

Alves Vera-Cruz Rui Noel (2007), Ordenamento Turístico-Sustentável em Áreas Fragilizadas, Ilha de Santo Antão – Cabo Verde, Tese de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, Universidade Nova de Lisboa.

Vieira Santa Rita (1993), A Vila de Assomada, Edição, Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina Santa Ilha de Santiago Cabo Verde.

Villar Maria Belén Caballo (2001), A Cidade Educadora -Novas Perspetivas de Organização e Intervenção Municipal, Lisboa, Instituto Piaget.

www.sites.google.com/fanup.com, acedido em 01 de Fevereiro de 2012.

www.sit.cy, acedido em Dezembro de 2011.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Instrumentos_de_Gest%C3%A3o_Territorial, acedido em 10 de Junho de 2011.

<http://sites.google.com/site/cmscurbanismo>, acedido em 15 de Maio de 11.

<http://tercud.ulusofona.pt>, acedido em 12, de Junho de 2010.

<http://www.cabe.org.uk>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.communities.gov>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.dgotdu.cv/>, acedido em 15 de Maio de 2011.

**http://www.eurosocialfiscal.org/.../20071204_171241_O_Cadastro_Urbano_no_Brasil.pdf
s -, acedido em 28 de Maio de 2011.**

<http://www.greencluster.org>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.greenkeys-project.net>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.ine.cv/>, acedido em 16 de Maio de 2011

<http://www.luda-project.net>, acedido em 24 de Outubro de 2011

http://www.malhatlantica.ptestudoacompanhado/fazer_relac.html.

<http://www.urban.cccb.org>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.urbanparksforum.co.uk>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.urge-project.ufz>, acedido em 24 de Outubro de 2011

<http://www.unhabitat.org>, acedido em 10/02/2012

[Http://www.google.com](http://www.google.com), relatório da ONU Habitat, acedida em 10/02/2012.

ANEXOS:

Parâmetros de dimensionamento

Tipo de ocupação	Espaços verdes e de utilização colectiva	Equipamento de utilização colectiva	Infra-estruturas — Estacionamento (α)
Habitação em moradia unifamiliar	28 m ² /fogo	35 m ² /fogo	1 lugar/fogo com a. c. < 120 m ² . 2 lugares/fogo com a. c. entre 120 m ² e 300 m ² . 3 lugares/fogo com a. c. > 300 m ² . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Habitação colectiva	28 m ² /120 m ² a. c. hab.	35 m ² /120 m ² a. c. hab.	Habitação com indicação de tipologia: 1 lugar/fogo T0 e T1; 1,5 lugares/fogo T2 e T3; 2 lugares/fogo T4, T5 e T6; 3 lugares/fogo > T6. O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público. Habitação sem indicação de tipologia: 1 lugar/fogo para a. m. f. < 90 m ² . 1,5 lugares/fogo para a. m. f. entre 90 m ² e 120 m ² . 2 lugares/fogo para a. m. f. entre 120 m ² e 300 m ² . 3 lugares/fogo para a. m. f. > 300 m ² . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para estacionamento público.
Comércio	28 m ² /100 m ² a. c. com.	25 m ² /100 m ² a. c. com.	Comércio: 1 lugar/30 m ² a. c. com. para establ. < 1000 m ² a. c.; 1 lugar/25 m ² a. c. com. para establ. de 1000 m ² a. c. a 2500 m ² a. c.; 1 lugar/15 m ² a. c. com. para establ. > 2500 m ² a. c. e cumulativamente 1 lugar de pesado/200 m ² a. c. com.
Serviços	28 m ² /100 m ² a. c. serv.	25 m ² /100 m ² a. c. serv.	3 lugares/100 m ² a. c. serv. para establ. ≤ 500 m ² . 5 lugares/100 m ² a. c. serv. para establ. > 500 m ² . O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 30 % para estacionamento público.
Indústria e ou armazéns	23 m ² /100 m ² a. c. ind./ armaz.	10 m ² /100 m ² a. c. ind./ armaz.	1 lugar/75 m ² a. c. ind./armaz. Pesados: 1 lugar/500 m ² a. c. ind./armaz., com um mínimo de 1 lugar/lote (a localizar no interior do lote). O número total de lugares resultante da aplicação dos critérios anteriores é acrescido de 20 % para

Fonte: Anexo I da Portaria nº 216B/2008, Lei 60/2007, acedido em www.portaria nº216B.pt, em Dezembro de 2011.

Adaptado.

QUADRO II

Parâmetros de dimensionamento

Tipos de ocupação	Infra-estruturas — Arruamentos (b)
Habitação a. c. hab. > 80% a. c.	Perfil tipo $\geq 9,7$ m. Faixa de rodagem = 6,5 m. Passeio = 1,6 m ($\times 2$). Estacionamento = [(2,5 m) ($\times 2$)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1,0 m) ($\times 2$)] (opcional).
Habitação (se a. c. hab. < 80%), comércio e ou serviços.	Perfil tipo ≥ 12 m. Faixa de rodagem = 7,5 m. Passeios = 2,25 m ($\times 2$). Estacionamento = [(2,25 m) ($\times 2$)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1 m) ($\times 2$)] (opcional).
Quando exista indústria e ou armazéns.	Perfil tipo $\geq 12,2$ m. Faixa de rodagem = 9 m. Passeios = 1,6 m ($\times 2$). Estacionamento = [(2,25 m) ($\times 2$)] (opcional). Caldeiras para árvores = [(1 m) ($\times 2$)] (opcional).

Fonte: Anexo II, da Lei nº 20/2007, através da Portaria nº 216/B2008
 Adaptado, acedido em www.portaria216/B2008.pt, em Dezembro de 2011

Infra-estruturas — integram a rede viária (espaço construído destinado à circulação de pessoas e viaturas) e o estacionamento.

a. c. (área de construção) — valor expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores, com exclusão das áreas destinadas a estacionamento.

a. c. hab. — área de construção para habitação.

a. c. com. — área de construção para comércio.

a. c. serv. — área de construção para serviços (inclui escritórios).

a. c. ind./armaz. — área de construção para indústria ou armazéns.

a. m. f. (área média do fogo) — quociente entre a área de construção para habitação e o número de fogos.

REFERÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS

Lei Constitucional nº 1/VII/2010, de 3 de Maio – Constituição da República.

Lei nº 134/V/95, de 3 de Julho – Estatuto dos Municípios.

Decreto nº 86/IV/93, de 26 de Junho – Lei de Bases do Ambiente.

Decreto-Legislativo nº 14/97, de 1 de Julho – Regulamenta a Lei de Bases do Ambiente.

Decreto-Legislativo nº 1/2006, de 13 de Fevereiro – Aprova as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Legislativo nº 6/2010, 21 de Junho.

Decreto-Legislativo nº 2/2007, de 19 de Julho - estabelece os princípios e normas de utilização dos solos, tanto pelas entidades públicas como pelas entidades privadas.

Decreto-lei nº 43 de 2010, aprova o Regulamento Nacional do Ordenamento do Território e Planeamento Urbano (RNOTPU).

Decreto-Legislativo nº 3/2007, de 19 de Julho – Código das Expropriações.

Decreto-Legislativo nº 5/99, de 13 de Dezembro – Código da Água.

Lei nº 41/II/84, de 18 de Junho – Bases gerais do regime jurídico de propriedade, proteção, conservação, desenvolvimento, administração e uso dos recursos hídricos da República de Cabo Verde.

Decreto-Lei nº 7/2001, de 26 de Março – elevação da Vila de Assomada à categoria de Cidade.

Lei nº 65/VI/2005, de 9 de Maio – criação do Município de São Salvador do Mundo.

Decreto-lei nº 77/VII/2010, de 02 de Setembro – aprova a elevação de todos os concelhos do arquipélago à categoria de cidade, o que passou a contar com 24 cidades em Cabo Verde.

Decreto-Regulamentar nº 13/2007 – Declara Achada Rincão, localizada em Santa Catarina, na ilha de Santiago, como Zona de Desenvolvimento Turístico Integrado.

Decreto-Regulamentar nº 19/2007, de 31 de Dezembro – aprova a delimitação do Parque Natural de Serra Malagueta da Ilha de Santiago pertencente à Rede Nacional das Áreas Protegidas.

Resolução nº 40/2008, de 8 de Dezembro – aprova o Plano de Gestão do Parque Natural de Serra Malagueta.

Decreto-Lei nº 26/2006, de 6 de Março – Atualiza a classificação administrativa e gestão das vias rodoviárias de Cabo Verde, bem como a definição dos níveis de serviços das mesmas.

Decreto-lei nº 15/2011 – Regula o Estatuto das Cidades e Define as Orientações de Política de Capacitação de Espaços Urbanos em Cabo verde.

Decreto-Lei nº 22/2008, de 30 de Junho - aprova o Estatuto das Estradas Nacionais.

Decreto-Legislativo nº 2/93, de 1 de Fevereiro – Institui as Zonas Turísticas especiais.

APÊNDICES

Inquérito por questionário

Número do Inquérito: _____

Inquérito realizado no âmbito da investigação de mestrado em Urbanismo, na ULHT-FAUGA

Campo Grande Lisboa Por: _____ realizado em: ____/____/____

Local: _____

1- Na sua opinião, qual a situação da localidade relativamente aos seguintes problemas?

	Sem gravidade	Pouco grave	Grave	Muito grave	Não sabe/não responde
Ambiente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abastecimento de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Recolha de lixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limpeza de ruas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Iluminação de ruas e praças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Localização dos contentores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Drenagem de águas das chuvas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Abastecimento de energia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso à internet	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Policiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Animação desportiva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Animação Cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros. Qual? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	Sem gravidade	Pouco grave	Grave	Muito grave	Não sabe/não responde
Económico e Social					
Abandono e Insucesso Escolar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assaltos, Violência e Outros Crimes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Custo de Vida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Desemprego	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dificuldade em arranjar casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Droga	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Falta de planeamento/ordenamento do território	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pobreza e exclusão social	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Problemas de saúde pública	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Prostituição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trânsito e acessibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros problemas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quais? _____					

2- Acha que nos últimos 5 anos a qualidade de vida na localidade:

Melhorou Manteve-se Piorou Não sabe/não responde

3- De uma maneira geral, acha que viver nesta localidade é:

Muito Bom Bom Mau Não sabe/ não responde

4- Há quanto tempo reside nesta localidade? _____

5- Intenções de mudanças de residência:

Sim Não Não sabe/não responde

6 - O que considera mais necessário para que se sinta bem, ou melhor, em Assomada?
 (assinale pelo menos cinco opções: de 1 a 5, por ordem crescente de prioridades)

	1	2	3	4	5
Atividades culturais e de lazer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Habitacões a custo controlado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro de dia de apoio à 3ª idade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escolas/ creches/ Jardins-de-infância	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espaço para a prática do desporto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maior segurança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais cafés/ lojas/ centros comerciais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jardins e espaços verdes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Espaços públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais limpeza nos espaços públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parque de estacionamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mais transportes públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Parques infantis para as crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhores acessibilidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Melhor ambiente no geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Outros/ Quais? _____

7- Na sua opinião, o que é que melhor distingue ou identifica a sua localidade das outras?

	Pouco distinto	Distinto	Muito distinto
Ambiente da ruralidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ambiente urbano	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A atividade agrícola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A indústria/ serviços	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sua localização em relação aos outros concelhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pelo seu relevo e clima	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não sabe/não responde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8- Idade _____, anos

9- Habilitações Literárias

Não sabe ler nem escrever	<input type="checkbox"/>
Ensino básico (1ª a 6ª classe)	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário (7ª a 12ª ano)	<input type="checkbox"/>
Bacharelato/curso médio	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>
Não sabe/não responde	<input type="checkbox"/>

10- Situação ocupacional:

Estudante	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>

- Doméstica
- Empresário
- Procura do 1º emprego
- Desempregado
- Reformado/ Pensionista
- Outra
- Qual? _____

11- Relações sociais de vizinhança

- Muito boas
- Boas
- Satisfatórias
- Más
- Inexistentes
- Não sabe/não responde

12- Quais os tipos de espaços públicos e infraestruturas que mais necessidades sentem na localidade?
(assinale 3 opções por ordem de crescente de prioridade)

- Vias de acesso
- Infraestruturas:
- Água/energia/esgoto/telecomunicações
- Praças/Jardins/espço verde
- Estacionamento
- Espaço para actividades culturais/lazer
- Espaços desportivos
- Outros? Qual _____
- Não sabe/não responde

13- Qual o seu local de trabalho?

- Na Localidade/concelho
- Cidade de Assomada
- Outro concelho
- Outro
- Não sabe/não responde
- Qual? _____

14- Qual o motivo da deslocação diária de maior distância?

- Trabalho
- Estudo
- Lazer/relações sociais
- Levar/buscar família
- Compras
- Refeição
- Outro
- Não sabe/não responde

Qual? _____

15- Quantos minutos gasta para chegar? _____.

16- Qual o tipo de transporte que utiliza nessa deslocação?

- A pé/bicicleta
- Motorizado/moto
- Automóvel ligeiro
- Táxi
- Transporte privado
- Transporte público coletivo
- Outro
- Não sabe/não responde

Qual? _____

17- Qual a principal razão pela qual escolhe deslocar-se nesse (s) meio (s) de transporte?

(1 só resposta)

- Comodidade/conforto
- Inexistência de transporte público coletivo
- Falta de oferta regular de transporte público coletivo
- Motivos profissionais
- Preço
- Rapidez
- Outro

Qual? _____

Não sabe/não responde

18- Utiliza regularmente os contentores ou ecopontos?

Sim Não Não sabe/não responde

19- Se não utiliza, qual a principal razão?

(1 só resposta)

- Falta de informação
- Distância ao contentor
- Falta de tempo
- Outra
- Inexistência
- Não sabe não responde

Qual? _____

20- Acha a oferta dos espaços verdes públicos em Assomada suficiente?

Sim (porquê) _____

Não (porquê?) _____

Não sabe/não responde

21- Preocupa-o com a valorização ambiental/recuperação/introdução/ de espaços verdes, de recreio e lazer em Assomada?

Sim (pergunta 21.1)

Não (terminar o questionário)

Não sabe/não responde (terminar o questionário)

21.1- Se sim, porquê?

Obrigada pela vossa disponibilidade e simpatia com que colaborou na investigação!

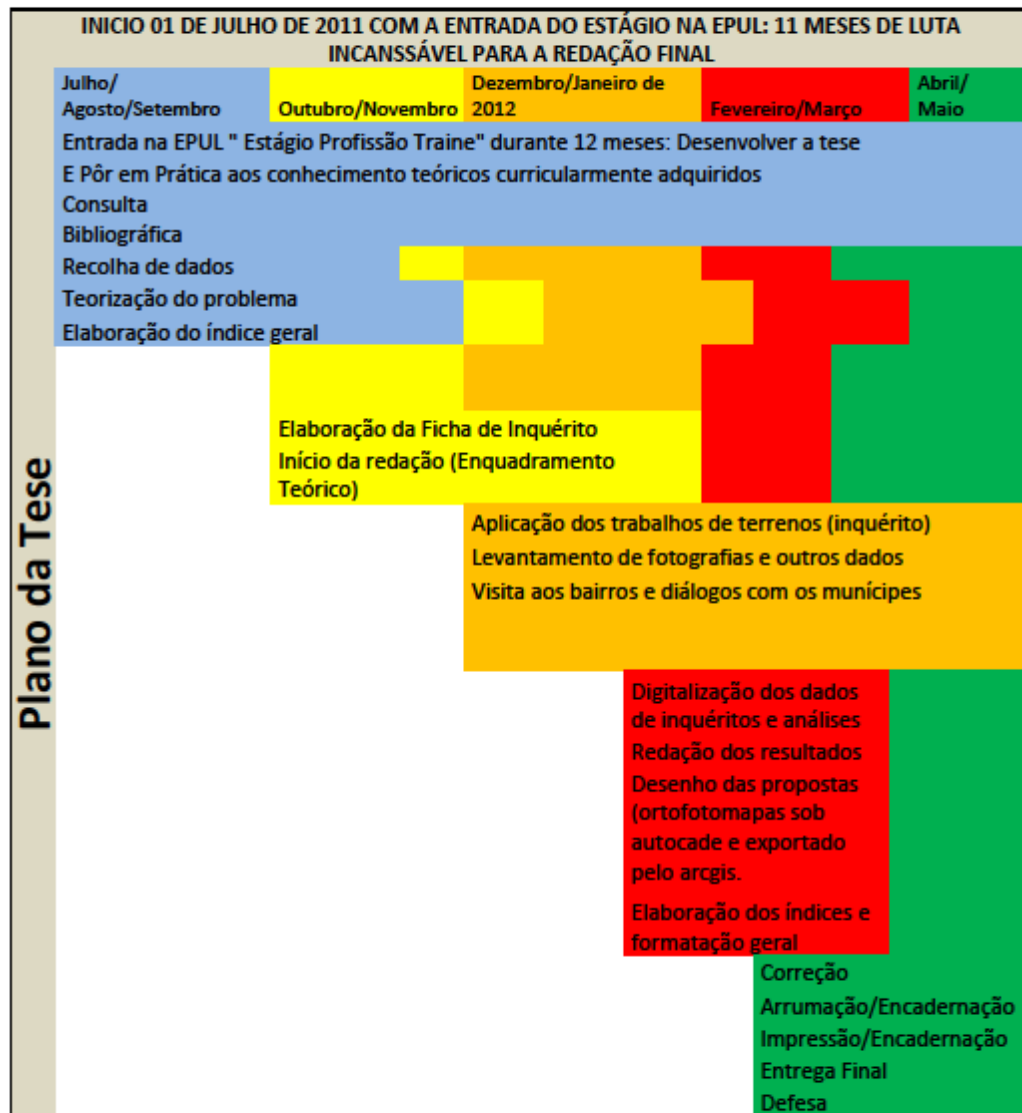
Matriz SWOT da Cidade de Assomada (Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats)

Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças

<p style="text-align: center;">Pontos fortes (S)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Posição geoestratégica (nó de ligação) entre os restantes municípios de Santiago • Existência de planaltos e achadas com excelentes condições para expansão urbana (Achada Falcão, Junco, Achada Galego ...) • Forte produção agropecuária • Centro de comércio retalhista (informal) • Forte identidade cultural • Diversidade de paisagens • Forte Cultura de Emigração (em cada 10 casas 8 delas possui pelo menos um emigrante) • Razoável cobertura nos equipamentos de Saúde e Educação (com idade a partir dos 6 anos) • Vantagem comparativa para com outros municípios do interior da ilha em relação às infraestruturas e equipamentos estruturantes • Rico em Recursos Humanos • Forte espírito de concorrência entre diferentes classes (são muito ambiciosos). 	<p style="text-align: center;">Pontos fracos (W)</p> <p>Inexistência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Plano Detalhado (PD) e Plano de mobilidade 2. Rede de esgotos e água pluviais <p>Fraca cobertura dos equipamentos coletivos (inexistência):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Idosos, 2. Estacionamento 3. As crianças dos 0 anos 4 anos; 4. Desporto informal, 5. Espaços verdes (espaços livres) 6. O desporto informal <p>Desarticulação da malha urbana Predomínio das construções inacabadas Solos fragmentados (isolados)</p> <ol style="list-style-type: none"> 7. Fortes riscos naturais 8. Deficiência no saneamento básico (recolha e tratamento dos resíduos (sólidos e líquidos) 9. Desordem na estruturação do espaço 10. Desalinhamento das construções e estrangulamento das ruas 11. Áreas degradadas no centro da cidade 12. Falta de orientação urbanística 13. Falta de capacidade das autoridades na produção do espaço urbano infraestruturção e dos equipamentos coletivos.
<p style="text-align: center;">Oportunidades (O)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Aprovação do PDM no município 2. Alargamento dos perímetros urbanos pelo PDM 3. Definição dos equipamentos e infraestruturas estruturantes pelo PDM, com a estratégia de transformar a Cidade de Assomada num Pólo alternativo à cidade capital do País (cidade da Praia); 4. Transformar Assomada no centro incubadora de negócios 5. Novo quadro legislativo para cidades e áreas urbanas (regime de reabilitação urbana, estatuto das cidades) 6. Criação de novas centralidades urbanas 	<p style="text-align: center;">Ameaças (T)</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Ameaça à saúde pública, devido ao fraco sistema de saneamento básico 2. Especulação imobiliária, pelo aumento da procura do solo urbano para residência 3. Proliferação das construções, devido ao aumento exponencial da população nas últimas 3 décadas 4. Aumento das construções nas encostas e linhas de águas 5. Concorrência dos outros centros urbanos (Cidade da Praia, Tarrafal e Pedra Badejo) 6. Ameaça para uma alocação financeira exorbitante para a demolição das construções como solução de encontrar espaços destinado à rede viária e equipamentos coletivos

Fonte: Elaboração Própria

Plano da tese



Fonte: Elaboração, Aluna Sandra Tavares

Fotografias Diversas:

Bairro Assomada Centro: Equipamentos coletivos concentrados e a única praça utilizada no seu verdadeiro sentido



O Bairro de Achada Riba e Bolanha: Ruas estreitas, ausência de arruamentos e contentores

